



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADO
2010

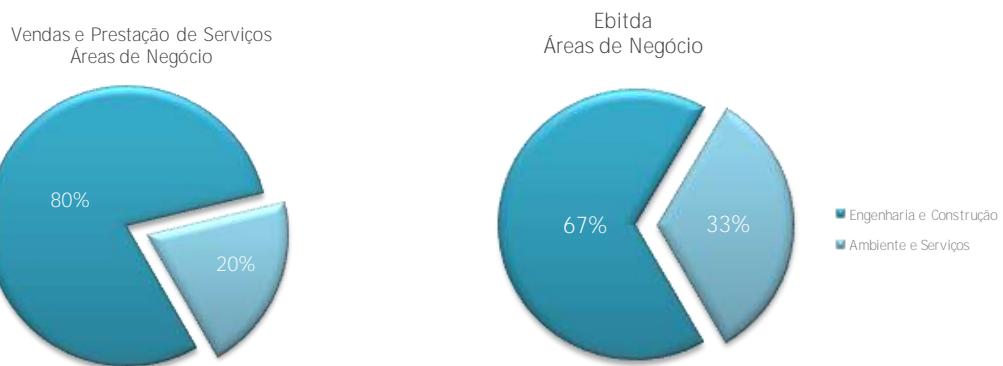
Um Mundo de Inspiração





Destaques

- Volume de negócios estável, atingindo 2.005 milhões de euros
- Margens EBITDA e EBIT de 11,8% e 6,6%
- Resultado líquido Grupo ajustado de 40,1 milhões de euros
- Carteira de encomendas de 3,3 mil milhões de euros
- Endividamento líquido corporativo de 907 milhões de euros



	2010	% VPS	Δ	2009 (***)	% VPS	4T10	% VPS	Δ	4T09 (***)	% VPS
Vendas e Prestações de Serviços	2.004.551		1,3%	1.978.733		541.639		4,2%	519.775	
EBITDA	237.294	11,8%	20,9%	196.268	9,9%	66.890	12,3%	22,7%	54.511	10,5%
EBIT	131.746	6,6%	17,1%	112.493	5,7%	28.448	5,3%	(4,4%)	29.771	5,7%
Resultados financeiros	(50.928)	(2,5%)	(6,5%)	(47.836)	(2,4%)	(2.626)	(0,5%)	82,2%	(14.736)	(2,8%)
Ganhos/perdas em empresas associadas	7.506	0,4%	(81,9%)	41.429	2,1%	5.174	1,0%	383,8%	(1.823)	(0,4%)
Resultados antes de impostos	88.325	4,4%	(16,7%)	106.086	5,4%	30.996	5,7%	134,6%	13.212	2,5%
Resultado líquido consolidado	69.357	3,5%	(16,0%)	82.559	4,2%	30.879	5,7%	345,9%	6.924	1,3%
Atribuível:										
a interesses que não controlam	32.406	1,6%	225,8%	9.947	0,5%	24.670	4,6%	995,3%	2.252	0,4%
ao Grupo	36.951	1,8%	(49,1%)	72.612	3,7%	6.209	1,1%	32,9%	4.672	0,9%
Martifer / outros efeitos não recorrentes (*)	(3.191)			40.389		(3.214)			(3.137)	
Resultado Líquido Grupo Ajustado (**)	40.142	2,0%	24,6%	32.223	1,6%	9.422	1,7%	20,7%	7.809	1,5%

Ebitda = Resultado operacional + amortizações + provisões e perdas de imparidade

Endividamento líquido = Endividamento – caixa e seus equivalentes

(*) Inclui efeitos da reclassificação de ganhos anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral, pela redução de interesses em entidades conjuntamente controladas, na sequência do processo de concentração das participações nas concessões rodoviárias na Ascendi Group

(**) Resultado Líquido do Grupo ajustado dos ganhos/perdas da Martifer e de outros efeitos não recorrentes

(***) Valores reexpressos (alteração do método de consolidação dos interesses financeiros em empreendimentos conjuntos: IFRIC 12: IFRIC15)

Índice

Destaques	2
Principais acontecimentos 2010	5
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	7
Relatório de Gestão Consolidado	9
Enquadramento macro-económico	10
Análise económico-financeira	13
Áreas de negócio	17
Engenharia & Construção	17
Ambiente & Serviços	24
Ascendi Group	28
Mota-Engil na bolsa	33
Gestão de risco	35
Gestão do capital humano do Grupo	39
Actividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração	42
Proposta de aplicação de resultados	43
Perspectivas para 2011	44
Factos relevantes após o termo do exercício	45
Nota final	46
Informação Financeira Consolidada	49
Demonstração dos Resultados Consolidados Separada	51
Demonstração do Rendimento Consolidado Integral	52
Demonstração da Posição Financeira Consolidada	53
Demonstração Consolidada das Alterações nos Capitais Próprios	54
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	56
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	57
Relatório sobre as Práticas de Governo Societário	131
Anexos	180
Declaração nos termos do artigo 245.º do CVM	181
Artigo 324º do CSC	181
Artigo 447.º do CSC	183
Artigo 448.º do CSC	183
Decreto-Lei n.º 411/91	184
Artigo 66.º nº 5 alínea g) do CSC	184
Participações Qualificadas	185
Relatórios de Fiscalização	187
Certificação Legal das Contas	189
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	191
Relatório de Auditoria	193

Principais acontecimentos 2010

Fevereiro de 2010

- > Assinado contrato de Parceria para constituição da sociedade de direito Angolano - Mota-Engil Angola, na sequência do Memorando de Entendimento assinado em 2009

Março de 2010

- > Adjudicação à Gian Agua (participada da Mota-Engil na Irlanda) de contratos para a concepção, construção e operação a 20 anos de 25 estações de tratamento de águas, no valor de 55,2 milhões de euros

Maio de 2010

- > Aquisição de 50% da empresa brasileira na área dos resíduos Geovision, na sequência do cumprimento do plano estratégico de internacionalização e diversificação de negócios da Mota-Engil
- > Adjudicação à Translei no Peru de obras em consórcio (50%) no valor total de 71 milhões de euros
- > Adjudicação à Mota-Engil Central Europe de obras na Polónia no valor total de 84 milhões de euros
- > Adjudicação à Mota-Engil Engenharia (através da sua sucursal em Moçambique e numa parceria 50/50 com a Soares da Costa) da construção da Vila dos Jogos Pan-Africanos em Maputo, Moçambique (114 Milhões de Euros)
- > Aquisição de 25% da empresa de construção mexicana Idinsa, na sequência do cumprimento do plano estratégico de internacionalização

Junho de 2010

- > Aquisição da sociedade de direito polaco PRD-M LUBLIN SA, com vista ao reforço do plano estratégico de internacionalização da Mota-Engil
- > A Ascendi celebrou um acordo com a Brisa para a aquisição de 20% do capital da Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A. (Via Verde)

Julho de 2010

- > Adjudicação à Mota-Engil Engenharia de obras em Moçambique no valor total de 116 milhões de euros



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Accionistas

Pelo quarto ano consecutivo que ao dirigir-me a V. Exas., sou obrigado a, como primeira referência, colocar ênfase na crise que tendo sido transversal a todas as economias, persiste em manter-se nas economias periféricas e mais frágeis como é a Economia Portuguesa.

O arrastar da situação tem desencadeado forte instabilidade financeira nos mercados com terreno fértil para a especulação, provocando o crescimento em Portugal das taxas de juros e o aumento de desemprego e em que, apesar das drásticas medidas que estão a ser tomadas, tarda em haver claros sinais de melhoria.

Vivemos assim um período difícil em Portugal, subitamente agravado por força da crise política instalada nos países do Norte de África provocando um crescimento acentuado dos preços do petróleo.

Atravessamos hoje uma crise de confiança que necessita que todos, políticos, jornalistas, empresários e trabalhadores, acreditem que somos capazes de ultrapassar numa Europa que necessita de se reencontrar e voltar a ganhar a capacidade de liderança que o projecto Europeu necessita e merece.

Foi neste contexto que o Grupo Mota-Engil desenvolveu a sua actividade durante 2010 e como tal não poderia deixar de ver a sua actividade afectada com o agravar da crise no sector da construção em Portugal e a necessidade de restringir o investimento de expansão, não permitindo pois que em 2010 o Grupo tenha apresentado, ao nível do volume de negócios, o crescimento que pretendíamos, mas é com orgulho que dizemos que todos os outros indicadores de rentabilidade do Grupo foram cumpridos, conseguindo assim dar sustentabilidade ao desenvolvimento futuro do Grupo.

E o alcançar destes objectivos só foi possível fruto de uma estratégia que vimos implementando de diversificação e de maior internacionalização de todas as áreas de negócios que permitiu que estivéssemos activos em muitos países que não foram afectados pela crise, como é o caso de Angola, Brasil, Peru, Moçambique, Malawi, etc.

A estratégia definida, uma forte coesão entre todos e a capacidade de liderança são factores que no nosso Grupo se mantêm intactos e que estou certo permitirão, também em 2011, continuar o crescimento sustentável do Grupo.

António Mota
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Exmos. Senhores Accionistas,

O ano de 2010 representou, no panorama internacional, um contexto sócio-económico verdadeiramente adverso, na sequência do que persistentemente vimos assistindo nos últimos anos.

A Economia Mundial, e nomeadamente as economias mais desenvolvidas, viram-se forçadas, apesar da conjuntura recessiva, a implementar medidas de contracção no Investimento, priorizando o reequilíbrio ao nível das suas Finanças Públicas, facto relevante na Europa, e de forma mais expressiva nas economias periféricas e de maior fragilidade como é o caso da economia portuguesa.

Conscientes da difícil realidade que vivemos em 2010 e que se perspectiva que se mantenha nos próximos tempos, mantivemos, sem desvios, a estratégia idealizada e em implementação no âmbito do Plano Ambição 2013.

E digo mantivemos porque verificamos, através do acompanhamento que de perto efectuamos do nosso posicionamento a nível internacional, que o caminho que vimos seguindo se revela ser, no panorama geoestratégico, aquele que melhor se enquadra face ao potencial de crescimento que vislumbramos para o Grupo Mota-Engil.

Apesar das dificuldades com que nos confrontámos, continuámos a contrariar os ventos desfavoráveis, e numa estratégia selectiva de diversificação geográfica e sectorial, conseguimos crescer, e acima de tudo, ser mais eficientes nas nossas operações, tornando o modelo de desenvolvimento do Grupo mais sustentável para o seu crescimento futuro.

Concentrados na criação de valor e na rentabilidade, desinvestimos nos mercados que se afiguravam como de menor rentabilidade, consolidando a nossa presença onde declaradamente continuamos a afirmar-nos com elevada capacidade e potencial de crescimento e iniciando actividade em mercados e áreas onde vislumbramos novas oportunidades.

Foi com esta Visão Estratégica integrada e pragmática de mercados e sectores de actividade que foi possível obter o maior valor consolidado na actividade internacional dos últimos anos, compensando assim a forte retracção no mercado nacional.

Em 2010, aumentámos a presença internacional através de um maior crescimento e diversificação, potenciando sinergias e gerando maior valor acrescentado.

Desta forma, conseguimos aumentar os resultados operacionais, o que conjugado com uma elevada selectividade no Investimento e na gestão da Dívida, permitiu reforçar a estrutura financeira do Grupo e simultaneamente potenciar a sua maior capacidade de crescimento no futuro.

Por último não poderia deixar de manifestar uma palavra de agradecimento ao esforço conjunto de todos os que trabalham diariamente e que fazem da Mota-Engil o que ela é hoje - um Grupo Económico diversificado, líder em Portugal e com cada vez maior presença Internacional.

Se no ano passado referi que prosseguimos uma estratégia de resistir no presente para ganhar o futuro, hoje refiro que o desafio estando longe de estar ganho, na conjuntura adversa que vivemos, ESTAMOS A CONSEGUIR vencer os desafios e, passo a passo, com profissionalismo, determinação e com muito trabalho de todos, tudo fazermos para ganharmos o futuro.

Jorge Coelho
Presidente da Comissão Executiva





MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADO
2010

1.
RELATÓRIO
DE GESTÃO
CONSOLIDADO



1. Enquadramento macro-económico

Situação económica internacional

A economia mundial só recentemente começou a emergir da recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial. Após uma contracção de 0,6% em 2009, o produto mundial terá aumentado 5% em 2010, e para 2011, as projecções do FMI apontam para uma taxa de crescimento de cerca de 4%.

Em 2010, assistimos a uma recuperação a diferentes velocidades, o verdadeiro motor do dinamismo continuam a ser os mercados emergentes, principalmente a Ásia (em particular a China com uma taxa de crescimento do PIB de 10,3% e a Índia que terá em 2010 aumentado o seu produto interno em 9,7%), América Latina e África Subsariana, enquanto as economias desenvolvidas continuam a perder terreno, dominadas pelas preocupações conjunturais e financeiras.

A discrepancia entre o crescimento nas economias desenvolvidas e emergentes continuará a atrair políticas macroeconómicas muito diferentes. Nos EUA e na Europa, os bancos centrais deverão continuar a implementar as políticas monetárias acomodatícias na tentativa de estimular o crescimento económico. Simultaneamente, sinais de sobreaquecimento da economia, impulsionado por fortes influxos de capitais, começam a surgir em alguns países da Ásia e América Latina, levando as autoridades a considerar a antecipação de medidas macroeconómicas restritivas para limitar o crescimento do crédito, controlar inflação e evitar aumentos súbitos e acentuados nas taxas de câmbio.

Em 2010, as crescentes incertezas sobre a solidez do sector financeiro Europeu e as dúvidas sobre a capacidade da zona Euro para resolver a sua crise de dívida soberana, abalaram um sistema financeiro ainda fragilizado. Desencadeada pelos acontecimentos de Maio passado, com os problemas de dívida pública da Grécia, a turbulência financeira difundiu-se pela zona Euro no último trimestre do ano (atingindo particularmente a Irlanda, Espanha e Portugal), alcançando patamares nunca vistos desde o lançamento da União Económica e Monetária. Assim, a crise financeira nos países periféricos da zona Euro, levou a uma análise de risco mais rigorosa que resultou num agravamento do seu prémio de risco soberano assim como a maiores restrições no acesso a financiamento externo. No entanto, ao contrário do plano de resgate à Grécia em Maio, as repercussões financeiras a outros países foram limitadas, tendo mesmo as condições financeiras melhorado fora da periferia da zona Euro e em 2010, apesar das tensões nos mercados financeiros, com excepção da Grécia, Irlanda e Espanha, o crescimento na Europa será positivo, o que aponta para uma grande recuperação face a 2009, fortemente impulsionada pelo renascimento da economia mundial. Em 2010, a zona Euro terá crescido 1,7% em contraponto com a contracção de 4% em 2009. Apesar do dinamismo recente, as instituições e os mercados continuam frágeis e a retoma na Europa a 27 deverá manter-se moderada para padrões históricos, e também em comparação com outras economias desenvolvidas, resultado essencialmente do impacto prolongado da crise, assim como da implementação de fortes medidas de controlo orçamental em 2011.

A recuperação económica está a decorrer em geral como esperado, mas os riscos continuam extremamente elevados. A maioria das economias desenvolvidas e algumas economias emergentes continuam a enfrentar grandes ajustes e desafios. Nos EUA, a economia continua a dar sinais de recuperação e em 2010, o seu produto interno terá mesmo registado um crescimento de 2,8%. No entanto, os pontos fracos não desapareceram, o elevado desemprego coloca grandes desafios sociais, o mercado imobiliário continua frágil e o sector financeiro continua em reestruturação.

Em 2010, as “commodities” minerais (petróleo e metais) e agrícolas (milho, algodão ou soja) registaram um aumento de preços de dois dígitos, atingindo mesmo, no caso de alguns metais, máximos históricos. A subida nas “commodities” foi impulsionada pela crescente procura de economias emergentes, como por exemplo a China, o maior consumidor mundial de minério de ferro, borracha, cobre e zinco, que em 2010 foi a economia com maior taxa de crescimento, 10,3% e em 2011 é expectável que registe um crescimento de 9,6%. Em consequência da retoma económica, ao longo de 2010 verificou-se um aumento da procura mundial de petróleo, especialmente pelos países emergentes, o que se reflectiu numa valorização anual de 8% fixando-se o preço do barril em 91 dólares.

O aumento dos preços das “commodities” foi responsável, em parte, pelo aumento da inflação observada nas

economias emergentes no final de 2010. O aumento dos preços dos bens alimentares teve um papel importante no escalar da inflação registado em alguns países emergentes, especialmente na Ásia. O aumento dos preços no mundo em desenvolvimento contrasta com os baixos índices de inflação na Europa e nos Estados Unidos e com a persistente deflação no Japão. A diferença é em parte um subproduto das recuperações económicas a ritmos diferentes, mais fortes dos países em desenvolvimento, em comparação com o crescimento lento das economias avançadas. De acordo com o FMI, nas economias desenvolvidas a inflação deverá manter-se nos 1,5%, fortemente influenciada pela subida do preço da energia, enquanto nas economias emergentes e em desenvolvimento é expectável que em 2010 os preços ao consumidor tenham aumentado 6%, indicando sinais de sobreaquecimento. Em resposta a esta situação, os bancos centrais do Brasil, Rússia, Índia e China (países do Bric), que são agora responsáveis por aproximadamente 1/5 da actividade económica mundial, aumentaram recentemente taxas de juros e estão em estudo medidas adicionais para travar o avanço dos preços, especialmente os de alimentos.

Apesar do bom ritmo de crescimento observado em 2010 no produto mundial, para 2011 as previsões apontam para um abrandamento ligeiro do ritmo de expansão global, com particular evidência nas economias mais avançadas como os EUA, Japão e zona Euro. Os mercados financeiros continuam frágeis e as tensões no mercado cambial e a instabilidade no mercado de dívida soberana podem representar fortes ameaças contra o crescimento económico.

Economia Portuguesa

Desencadeada pela Grécia, a crise nos mercados de dívida soberana foi um dos principais eventos económicos de 2010 em vários países periféricos Europeus, nomeadamente Portugal. O baixo crescimento económico verificado no país ao longo da última década é apontado como um dos principais entraves para o equilíbrio das contas públicas portuguesas, já que dificulta a captação de receita para fazer face à despesa. Em 2010, a fraca execução orçamental, que levará a um défice público de 7,3% do PIB, fez com que o prémio de risco soberano fosse penalizado pelos investidores internacionais exigindo uma *yield* para a dívida com maturidade de 10 anos a ultrapassar os 7%. Com efeito, os bancos portugueses depararam-se com dificuldades de financiamento em mercados internacionais, tendo-se financiado essencialmente com recurso ao Banco Central Europeu.

Apesar da instabilidade do mercado financeiro em Portugal e dos problemas de liquidez do sistema bancário nacional, 2010 deverá ter registado um crescimento do PIB de 1,1%, contrapondo à contracção de 2,6% de 2009. No entanto para 2011, as projecções do FMI apontam para um crescimento económico nulo o que representa um risco acrescido a um sistema económico já fragilizado. Torna-se necessário garantir uma rigorosa execução orçamental, principalmente num cenário de crescimento nulo, para atingir os 4,6% de défice público acordados em Bruxelas para 2011.

Em 2010, a taxa de inflação média anual situou-se nos 1,4%, em contraponto com a deflação de 0,8% registada em 2009. A taxa de desemprego atingiu valores históricos, situando-se nos 10,9% no terceiro trimestre, piorando de forma generalizada o poder de compra e a confiança dos consumidores. Estes factores, conciliados com a aceleração do processo de consolidação orçamental, com o anúncio do aumento do IVA para 23%, a diminuição de salários e o congelamento da progressão na carreira na função pública, entre outras medidas, poderão gerar um impacto mais negativo do que o antecipado a curto prazo, ainda que a médio/longo prazo devam suportar a retoma do crescimento da actividade económica do país.

Economia Angolana

A maioria dos países da África Subsariana recuperou rapidamente da crise financeira internacional, e a região deverá ter obtido um crescimento de 5% em 2010, voltando aos ritmos de crescimento registados no período pré-crise, aumentando para 5,5% em 2011. O ritmo de recuperação variou dentro da região, e em Angola, o principal mercado externo do Grupo Mota-Engil, a recuperação foi mais moderada, estimando-se que a taxa de crescimento do PIB não tivesse ultrapassado os 2,5%. A subida generalizada das “commodities” nos mercados internacionais, a grande dependência de bens importados e a instabilidade no mercado cambial, foram as principais razões apontadas para a inflação de 15,31% em 2010. Para 2011, um dos principais objectivos do governo Angolano é o controlo de inflação, que é expectável que diminua para 12%, recorrendo à estabilidade cambial como principal instrumento.

No último semestre de 2010, as autoridades Angolanas iniciaram o processo de regularização das dívidas às empresas estrangeiras (o Grupo Mota-Engil foi também abrangido por este plano), o que foi também um dos factores apontados, mesmo tendo o governo emitido Bilhetes do Tesouro para fazer face às maiores necessidades de financiamento, para que o saldo orçamental tenha terminado o ano com um déficit de 2%.

Para 2011, o FMI prevê que a economia Angolana registe uma taxa de crescimento de 7,5%, fortemente influenciada pelas boas perspectivas de crescimento das economias emergentes da América Latina (especialmente o Brasil) e da Ásia, mercados responsáveis por captar cerca de 40% das exportações de petróleo angolano.

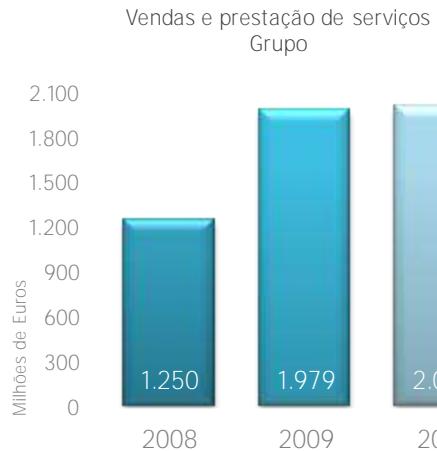
Economia Polaca

À semelhança da tendência global generalizada, os países emergentes da Europa, que tinham sido duramente afectados pela crise mundial, apresentam também sinais de recuperação, registando uma taxa de crescimento económico de 3,9% em 2010.

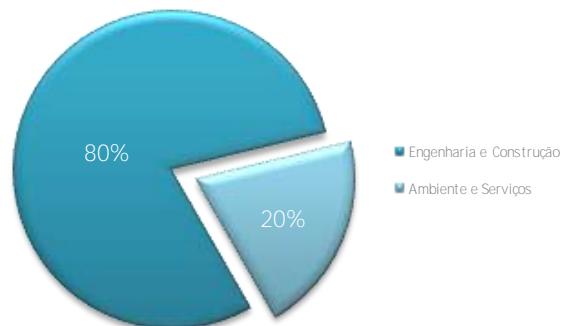
A economia Polaca é um dos motores da Europa Emergente e é esperado que em 2010 registe uma taxa de crescimento do PIB de 3,4%, aumentando para 3,7% no ano seguinte. Não obstante estes indicadores económicos favoráveis, o país ainda enfrenta grandes desafios e a consolidação orçamental torna-se extremamente necessária para reduzir os défices orçamentais que aumentaram fortemente durante a crise financeira internacional. Através de medidas como o aumento do IVA em um ponto percentual e a diminuição da despesa pública por via de congelamento dos salários da função pública, o governo polaco prevê diminuir o défice de 8% do PIB em 2010, para 4,69% em 2011-2012.

Não obstante os sinais positivos de crescimento económico, em Janeiro de 2011 a Polónia, a título prudencial, voltou a solicitar acesso à linha de crédito flexível do FMI no valor de 30 mil milhões de dólares para garantir uma maior solidez nas finanças públicas, aumentar a confiança dos investidores internacionais, combater o desemprego, que atingiu 11,8% em 2010, promovendo assim um crescimento económico sustentado.

2. Análise económico-financeira



Vendas e Prestação de Serviços
Áreas de Negócio



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospetiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

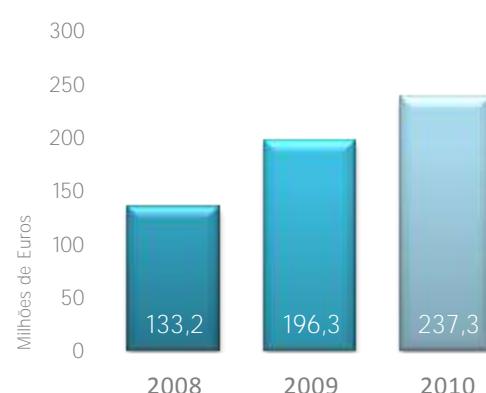
O Grupo Mota-Engil atingiu, em 2010, um resultado líquido consolidado de 69,4 milhões de euros, dos quais 37 milhões de euros atribuíveis ao Grupo. O resultado líquido atribuível ao Grupo, ajustado dos resultados da Martifer e de outros efeitos não recorrentes, ascendeu a 40,1 milhões de euros (2009: 32,2 milhões de euros).

O volume de negócios em 2010 teve um crescimento residual de 1,3% (considerando os dados pró-forma de 2009), tendo atingido o montante de 2.005 milhões de euros (2009: 1.979 milhões de euros). A evolução positiva ocorrida na área de Ambiente & Serviços (crescimento de 25% em 2010) foi absorvida, quase na sua totalidade, pela performance neutra da área de Engenharia & Construção (redução de 3% em 2010).

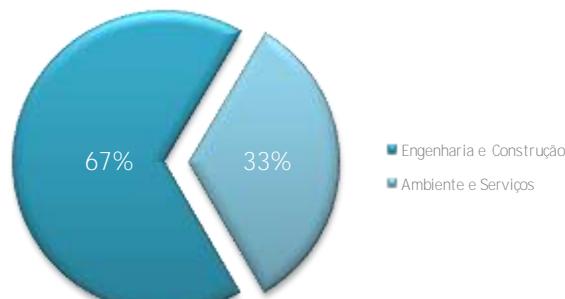
O mix de volume de negócios manteve-se estável face a 2009, sendo, no entanto, de realçar um ligeiro aumento do peso relativo da área de Ambiente & Serviços (2010: 20%; 2009: 17%) e, por consequência, uma ligeira diminuição do peso relativo da área de Engenharia & Construção (2010: 80%; 2009: 83%).

O volume de negócios do Grupo teve a seguinte distribuição: Engenharia & Construção 1.599 milhões de euros (2009: 1.654 milhões de euros) e Ambiente & Serviços 410 milhões de euros (2009: 329 milhões de euros).

Ebitda
Grupo



Ebitda
Áreas de Negócio

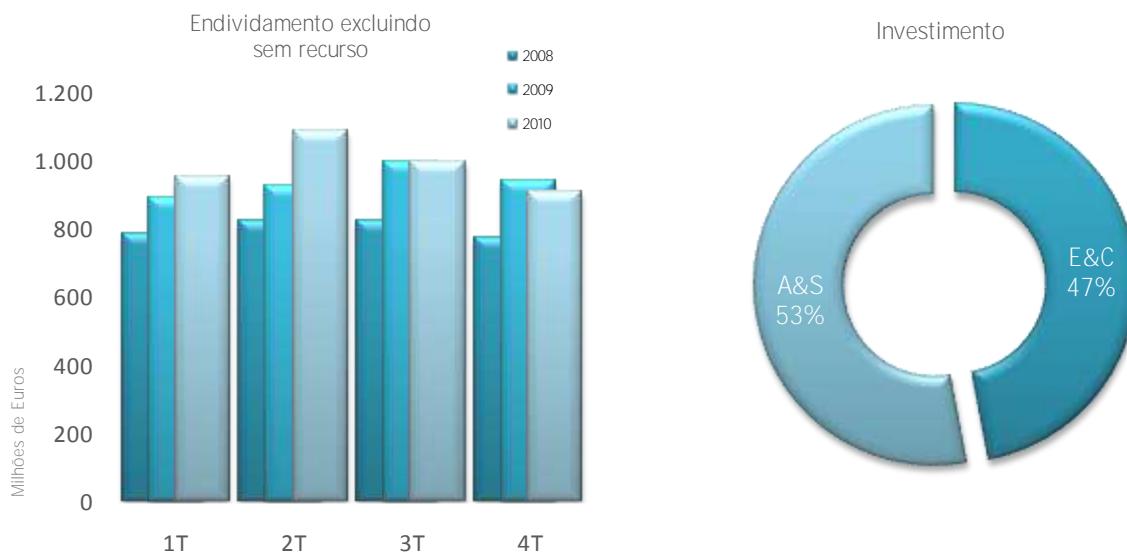


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospetiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

A Área de Engenharia & Construção, apesar da estabilização em termos de Volume de Negócios, registou uma forte melhoria das margens EBITDA em 2010 (10,2% em 2010, que compara com 7,9% em 2009), o que, aliada ao crescimento do volume de negócios e manutenção das margens EBITDA na área de Ambiente & Serviços, permitiu a obtenção de uma excelente performance operacional em termos consolidados, tendo o EBITDA do Grupo apresentado um crescimento de 21% (237,3 milhões de euros em 2010, que compara com 196,3 milhões de euros em 2009).

No que se refere ao *mix* do EBITDA, a performance da área de Engenharia & Construção conduziu a um ligeiro aumento do seu peso relativo, representado agora 67% do resultado operacional antes de amortizações e provisões/imparidades (2009: 66%). A área de Ambiente & Serviços contribuiu com 33% do EBITDA (2009: 34%).

No capítulo 3 do presente relatório detalha-se a análise dos resultados e da actividade desenvolvida por cada uma das áreas do Grupo em 2010.



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). **2008:** Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

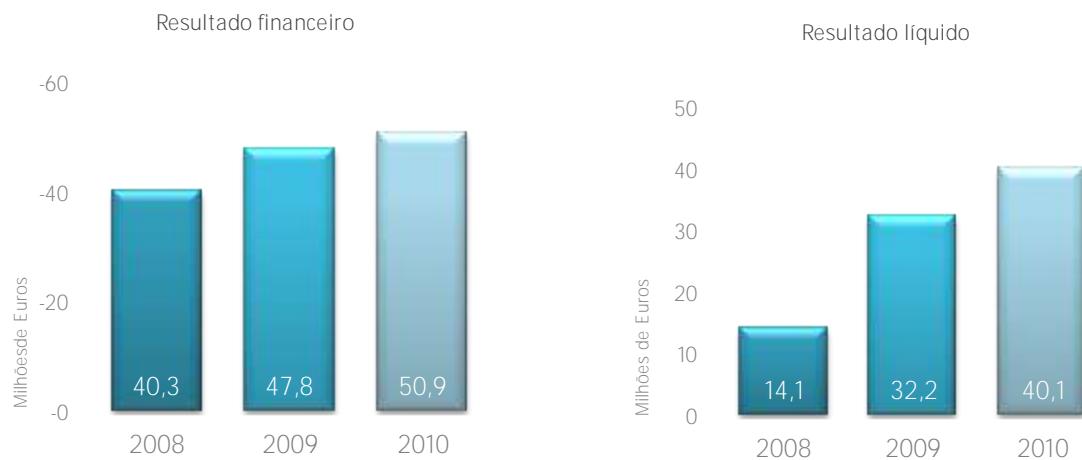
Em 2010, o investimento líquido consolidado atingiu 161 milhões de euros, com destaque para o investimento na área de Ambiente & Serviços, que totalizou 83 milhões de euros (inclui investimento de manutenção e crescimento nas concessões de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente na Indaqua Matosinhos, Vila do Conde e Feira, com aproximadamente 33 milhões de euros, e aquisição de uma participação no Brasil na área dos resíduos, com aproximadamente 22 milhões de euros). Um pouco menos, 75 milhões de euros, investiu a área de Engenharia & Construção (principalmente nos segmentos de África e América, incluindo a aquisição de uma participação no México, tendo sido o restante montante investido ao nível da holding e suas participadas). O investimento de manutenção totalizou 59 milhões de euros. O volume de investimento referido está de acordo com a política de investimento da Mota-Engil, a qual se encontra orientada para um crescimento sustentável e assente num equilíbrio entre áreas de negócio.

Em 2010, e apesar do volume significativo de investimento, o nível de endividamento líquido total manteve-se sensivelmente idêntico ao apresentado em 2009 (2010: 1.015 milhões de Euros; 2009: 984 milhões de Euros). É de realçar, no entanto, a tendência descendente nos 3º e 4º trimestres de 2010.

O endividamento corporativo (com recurso) ascendeu a 907 milhões de euros (2009: 908 milhões de euros). Deste montante, cerca de 413 milhões de euros encontravam-se alocados à actividade operacional do Grupo, correspondendo o restante valor (494 milhões de euros) a investimento em associadas, que não contribuem para

o EBITDA, e a activos não estratégicos. Por área de negócio, 303 milhões de euros estavam alocados à área de Engenharia & Construção e o montante de 337 milhões de euros à área de Ambiente & Serviços.

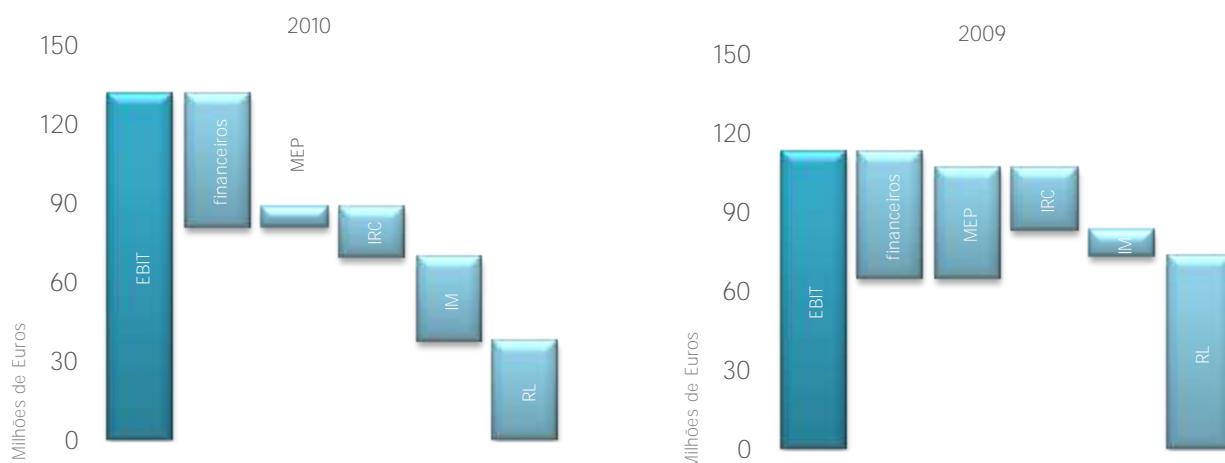
Adicionalmente, o endividamento do Grupo inclui ainda a dívida sem recurso (contratualizado no âmbito de negócios em *project finance* e, portanto, não exigível ao accionista) com origem na consolidação das empresas concessionárias de água e saneamento básico, e portuárias. Em Dezembro de 2010, o montante do endividamento sem recurso era de cerca de 108 milhões de euros (2009: 76 milhões de euros).



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). **2008:** Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

Os resultados financeiros contribuíram para o resultado líquido do Grupo no montante negativo de 50,9 milhões de euros (2009: negativo em 47,8 milhões de euros), o que representa um aumento de cerca de 6% face a 2009.

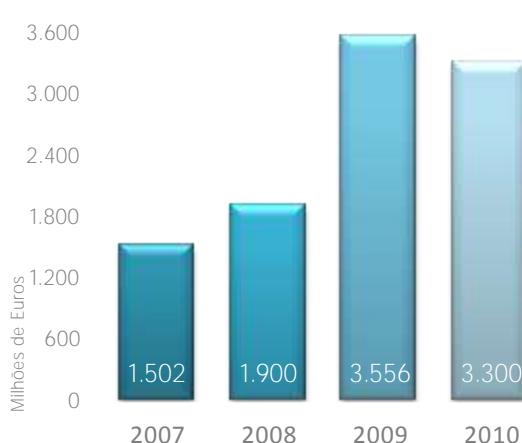
Fruto desta performance operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 88,3 milhões de euros (2009: 106 milhões euros) e o resultado líquido a 69,4 milhões de euros, sendo a parcela de 37 milhões de euros atribuível ao Grupo.



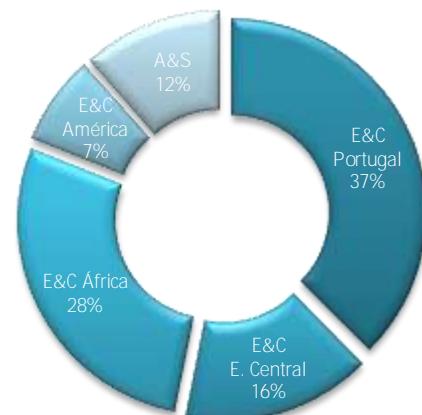
Em 2010, a rubrica de ganhos e perdas em empresas associadas (MEP no gráfico) contribuiu positivamente para o resultado com 7,5 milhões de euros (2009: 41,4 milhões de euros). O valor de 2010 é composto essencialmente por dois efeitos de sinal contrário: pela parte do Grupo nos resultados do Grupo Martifer, no montante negativo de 20,6 milhões de euros (2009: positivo em 40,4 milhões de euros), e pelo montante positivo de 17,4 milhões de euros da reclassificação de ganhos anteriormente reconhecidos em outro rendimento

integral, pela redução de interesses em entidades conjuntamente controladas, na sequência do processo de dispersão de capital da Ascendi Group.

Carteira de encomendas



Carteira de encomendas



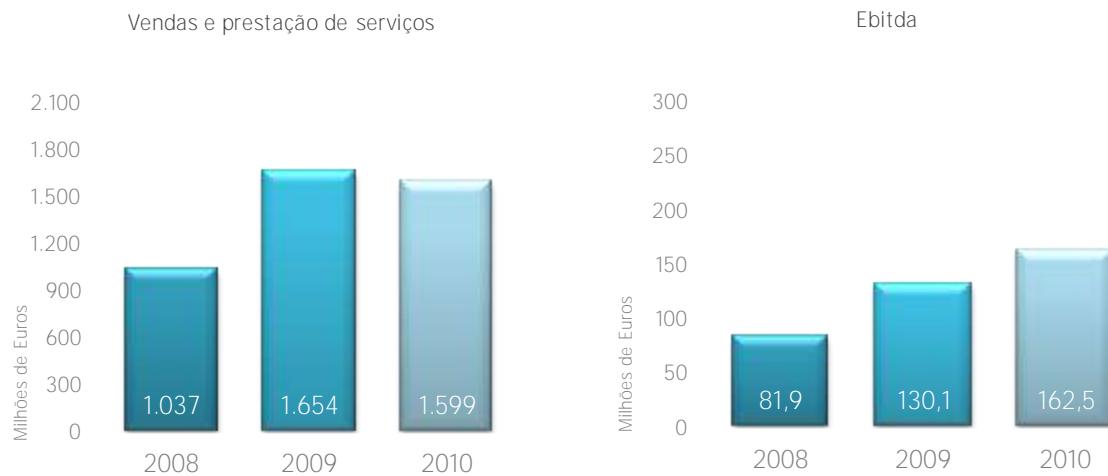
A carteira de encomendas no final de Dezembro de 2010 ascendia a cerca de 3,3 mil milhões de euros, dos quais 2,9 mil milhões de euros relativos à área de negócio Engenharia & Construção.

Em 2010, o Grupo reforçou a sua carteira no mercado Africano e América Latina, nomeadamente no Peru e em Moçambique, facto que permitiu amortecer a redução verificada noutros mercados.

Como habitualmente, a carteira da área de Ambiente & Serviços contempla apenas os contratos de prestação de serviços nos segmentos de resíduos e multi-serviços. O Grupo não considera na carteira de encomendas as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de concessão de água e saneamento (agora com mais peso no volume de negócios consolidado) e da exploração de portos marítimos.

3. Áreas de negócio

Engenharia & Construção



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

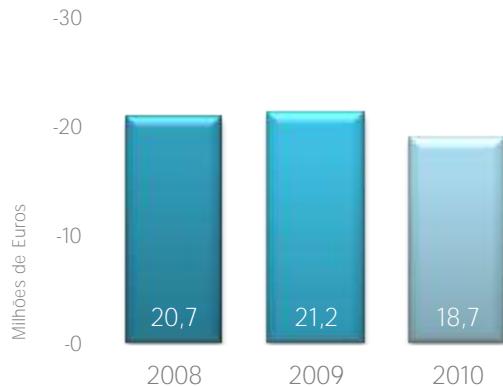
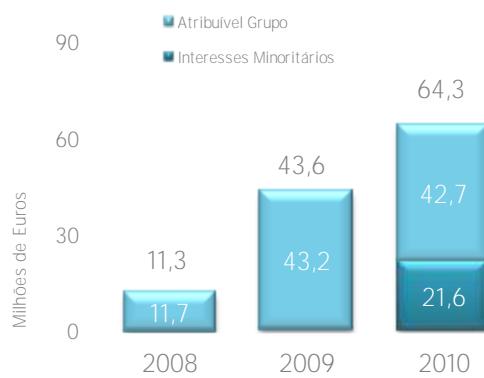
O volume de negócios do Grupo Mota-Engil na área da Engenharia & Construção atingiu, em 2010, os 1.599 milhões de euros (2009: 1.654 milhões de euros), traduzindo-se numa redução de 3% face a 2009.

Esta evolução é o resultado de diferentes comportamentos dos segmentos em 2010, tendo ocorrido uma redução das performances obtidas nos segmentos de Portugal (diminuição de 24% do volume de negócios) e da Europa Central (diminuição de 17% do volume de negócios) e uma melhoria das performances dos segmentos de África (26%) e da América (95%).

A contribuir para o bom desempenho do segmento de África esteve o mercado de Angola que continuou a crescer a bom ritmo, sendo que, em 2010, o volume de negócios alcançado neste mercado ascendeu a 452 milhões de euros, comparado com 403 milhões de euros em 2009. Ao mesmo tempo, a carteira de encomendas nos restantes países desta região foi fortemente reforçada, com destaque para Moçambique, onde as receitas ultrapassaram os 58 milhões de euros em 2010 (2009: 16 milhões de euros).

A actividade na Europa Central foi afectada, por um lado, por um Inverno excepcionalmente rigoroso no início do ano e, por outro, pela descontinuação de actividade na Hungria, Roménia e Eslováquia. O crescimento excepcional obtido na Polónia (29%) compensou a redução de actividade nos restantes países da Europa Central. O Volume de Negócios neste país ascendeu, em 2010, a 191 milhões de euros (2009: 148 milhões de euros), sendo que a sua carteira de encomendas permite antecipar para 2011 um bom desempenho a este nível.

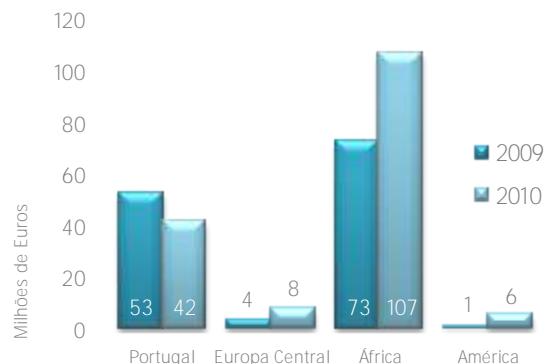
Ao nível da rentabilidade operacional da área de negócio, há a registar um crescimento da margem EBITDA face a 2009 (10,2% em 2010, contra 7,9% em 2009) e um crescimento do valor do EBITDA de cerca de 25% (162,5 milhões de euros em 2010, que compara com 130,1 milhões de euros em 2009).

Resultado Financeiro

Resultado Líquido


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

Os resultados financeiros da área de negócios contribuíram para o resultado líquido do Grupo no montante negativo de 18,7 milhões de euros (2009: negativo em 21,2 milhões de euros), o que representa uma redução de cerca de 11% face a 2009. Fruto de uma melhor performance operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 74 milhões de euros (2009: 59,2 milhões euros) e o resultado líquido total a 64,3 milhões de euros (2009: 43,6 milhões de euros), do qual 42,7 milhões relativo ao resultado atribuível ao Grupo (2009: 43,2 milhões de euros).

Vendas e prestação de serviços

EBITDA


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

Seguindo as *guidelines* do Plano Ambição 2013 do Grupo, de diversificar a actividade e o risco, é de destacar: o crescimento em África; a consolidação da Mota-Engil Central Europe com resultados históricos; a implementação da Mota-Engil Angola em parceria com um consórcio de empresas angolanas lideradas pela Sonangol; a entrada no México com a aquisição de uma participação na Idinsa; a diversificação da actividade no Peru, que culminou com a mudança de identidade da Translei para Mota-Engil Peru e também a abordagem aos mercados do Brasil e Colômbia.

Portugal

O segmento de negócios Portugal inclui também a actividade residual da área de Engenharia & Construção em Espanha e na Irlanda.

A actividade de Engenharia & Construção encontra-se em crise profunda há alguns anos em Portugal, com fraca procura, excesso de capacidade instalada e esmagamento das margens praticadas. O sector, influenciado por um enquadramento económico profundamente desfavorável, fruto da crise financeira internacional iniciada em 2008, voltou a registar, durante o ano de 2010, uma quebra na sua actividade. Trata-se de uma crise prolongada, sistémica e profunda que voltou a agudizar-se em 2010.

Depois de em 2009 se ter tentado utilizar o investimento público como principal instrumento de política para dinamizar a economia, como forma de atenuar os impactos da crise financeira mundial, em 2010 continuou a ser este também o principal instrumento de política utilizado, mas agora com efeito contrário, para consolidar as finanças públicas. Neste contexto, as sucessivas políticas de austeridade que têm vindo a ser implementadas desde o início de 2010, e que se perspectivam continuar em 2011, contribuíram para a contracção de despesas de investimento público e, por conseguinte, do sector.

A generalidade dos indicadores aponta para uma contracção do volume de produção da construção em redor dos 6,5% (contracção de 9% em 2009). Apesar de tudo, e das medidas de austeridade em particular, os índices de produção para as obras de engenharia civil e edifícios públicos não residenciais apresentaram evoluções mais favoráveis do que os apurados para o segmento dos edifícios privados.

Dadas as características da crise económica e financeira que se abateu sobre o mundo em 2008, e que teve graves repercussões no nosso país, o segmento da construção de edifícios residenciais, em 2010, voltou a ser o que registou a maior quebra de produção, a qual deverá ter rondado os 15%, apesar de uma ligeira melhoria face a 2009. Em termos acumulados desde 2002, esta actividade já deverá ter perdido cerca de 59% do seu volume de produção, correspondendo, em 2010, a apenas 29% do total da produção do Sector, quando equivalia a 46,5% em 2001. Com efeito, este segmento tem sido o mais fortemente penalizado pela crise financeira, a qual, tendo um forte impacto no sistema bancário, veio a repercutir-se directamente no mercado residencial, dadas as restrições impostas às famílias no acesso ao financiamento para compra de habitação. Este factor, associado às crescentes dificuldades económicas decorrentes do aumento do desemprego, bem como à grave crise de confiança que se instalou a nível geral, tem conduzido a uma redução drástica da procura de habitação.

O segmento de edifícios não residenciais, fruto igualmente da crise económica, voltou a registar, em 2010, um sensível decréscimo, sobretudo devido à quebra verificada na sua componente privada, pelas decisões de adiamento dos agentes económicos de parte dos seus investimentos. Apesar de tudo, a componente pública da construção de edifícios não residenciais, tendo beneficiado da execução do programa de reabilitação de edifícios escolares, a cargo da empresa Parque Escolar que continuou os seus trabalhos ao longo de 2010, contrariou a evolução negativa. Estima-se que a produção da componente pública do segmento de construção de edifícios não residenciais tenha registado um acréscimo de cerca de 3%, durante o ano de 2010, contrariamente à componente privada, cujo volume de produção deverá ter recuado cerca de 9%. Em termos agregados, a produção conjunta de edifícios não residenciais deverá ter registado, em 2010, uma quebra de 4,9%.

Contrariando as perspectivas avançadas no início do ano, fruto das então anunciadas medidas de estímulo orçamental, assentes no relançamento das actividades de construção, o volume dos trabalhos associados a obras de engenharia civil deverá ter registado uma quebra durante o ano de 2010, a qual deverá ter rondado 1%. Na verdade, as fortes restrições impostas pelo Governo com vista à redução do défice orçamental, conduziram ao adiamento de parte dos trabalhos inicialmente previstos para 2010. Em resultado, verificou-se uma forte redução no montante de trabalhos adjudicados, face a 2009. O valor total adjudicado em 2010 (2,1 mil milhões de Euros) traduz uma quebra de 48% face ao montante adjudicado ao longo de 2009.

Ainda assim, é com optimismo que o Grupo encara o ano de 2011, sendo sua expectativa que venha a revelar-se como um ano de melhoria deste ciclo deprimido no sector da construção em Portugal.

Em 2010, o volume de negócios da área em Portugal (excluindo Espanha e Irlanda) foi superior a 641 milhões de

euros (2009: 778 milhões de euros). Apesar de se ter verificado um menor volume de actividade, a rentabilidade operacional manteve uma performance bastante positiva, fruto da qualidade de carteira que tem vindo a ser angariada quer na área rodoviária quer na construção civil. Tendo em conta as dificuldades sentidas no mercado interno, aliadas ao dinamismo do processo de internacionalização da actividade da construção, o mercado doméstico viu mais uma vez reduzir o seu peso no total do volume de negócios da área: em 2010 o mercado português representou apenas 40% da actividade de construção do Grupo (2009: 47%).

Verificou-se também uma alteração da tipologia das empreitadas, com crescimento das obras rodoviárias e concentração da produção em empreitadas de maior dimensão e menor número de estaleiros, comparativamente a 2009.

Realçam-se, pela sua importância, as seguintes empreitadas:

- *Centre for the Unknown*, para a Fundação Champalimaud;
- Grupo Operacional de Combustíveis, para a ANA - Aeroporto de Lisboa;
- INL- Instituto de Nanotecnologia;
- Hospitais de Loures e da Ilha Terceira;
- Novo Museu dos Coches

De destacar ainda a execução de diversas Infra-estruturas Hidráulicas, realizadas para a EDIA e DGADR, bem como a execução de várias empreitadas de Remodelação de Escolas para a Parque Escolar, que se evidenciam no panorama geral, devido ao cumprimento de objectivos de prazos e qualidade.

Europa Central

A área da Engenharia & Construção, embora presente em cinco países da Europa Central (Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria e Roménia), concentra fundamentalmente a sua actividade na Polónia.

O sector da construção na Polónia tem assistido a um rápido desenvolvimento e crescimento desde 2007/2008, essencialmente devido ao Euro 2012, o investimento em infra-estruturas financiadas pela União Europeia e ao crescimento do mercado imobiliário. Apesar deste desenvolvimento ter sido de alguma forma travado pela crise financeira de 2008, o aumento significativo da produção de materiais de construção em 2010 sugere que a actividade de construção está bastante robusta, apesar dos indicadores oficiais assim o não demonstrarem.

Relativamente ao mercado imobiliário, o impacto da crise financeira internacional manteve-se em 2010, penalizando quer o preço médio de venda quer o número de transacções realizadas na generalidade dos países da Europa Central. O plano estratégico, desenvolvido para a actividade imobiliária do Grupo na região, assenta na definição do segmento residencial nas cidades de Varsóvia, Cracóvia, Praga e Bratislava como prioritários, assim como na definição do número de limites de fogos a serem construídos por ano em cada uma destas cidades.

Apesar de um primeiro semestre de 2010 marcado por um Inverno rigoroso, a que se seguiram cheias no período da Primavera, e pelo cancelamento do Projecto D1 na Eslováquia, a melhoria de condições climatéricas no segundo semestre e a carteira angariada na Polónia permitiram recuperar o ritmo de produção e atingir os objectivos preconizados para 2010.

Em termos organizacionais, o ano permitiu concretizar um ciclo de alterações no Modelo de Gestão Corporativo e modernização dos Sistemas de Gestão da Mota-Engil Central Europe. Com uma estratégia clara, inicia-se uma etapa em 2011 com particular enfoque na Eficiência, Produtividade, Inovação e reforço da Coesão Interna. A solidificação da estratégia de desenvolvimento e consolidação regional continuará em execução, prosseguindo o objectivo de abranger todo o território polaco. Em paralelo, estão definidas como prioridades a diversificação da construção no segmento de ambiente - em particular nas obras hidráulicas, protecção e prevenção de cheias - e a intensificação da actividade de construção civil, com enfoque nos projectos imobiliários próprios.

O Volume de Negócios atingiu, em 2010, cerca 239 milhões de euros e o EBITDA rondou os 7,8 milhões de euros. A carteira angariada na Polónia no segmento de Infra-estruturas permitiu à Mota-Engil Central Europe manter a tendência verificada nos últimos anos de melhoria sustentada da performance operacional. A actividade

na Polónia representou cerca de 79% do Volume de Negócios na região (2009: 52%).

O exercício de 2010 ficou marcado pelas seguintes adjudicações relevantes na Polónia:

- Via Rápida S3, localizada a Oeste de Poznan, ao longo do eixo que faz a ligação entre Swinoujscie no Mar Báltico e Jakuszyce na fronteira com a República Checa (extensão de 16 km). O valor do projecto ascende a cerca de 76 milhões euros;
- Ligação da Avenida João Paulo II à Autoestrada A4, na cidade de Tarnów, com um valor de próximo dos 8 milhões de euros;
- Bypass de Przemysł com extensão de 4 km com um valor de cerca de 45 milhões de euros;
- Bypass de Dobczyce com extensão de 2,2 km incluindo uma nova ponte com 500 m.

Em termos de projectos em curso e obras inauguradas durante 2010 merecem particular destaque:

- Concepção e Construção de uma secção de 22,1 km da Via Rápida S8, entre Wroclaw e Olesnica, no valor de 87 milhões de euros;
- Concepção e Construção de uma secção de 22,75 km da Via Rápida S8 entre Jezewo e Bialystok, no valor de 123 milhões de euros - líder com 51% de um consórcio com a Strabag;
- Via Rápida S7 entre Skarzysko/Kamienna/Wystepa, numa extensão de 13,7 km, incluindo ainda a construção de dois Nós e 29 Obras de Arte. O valor do contrato ascende a 160 milhões de euros. A obra deverá ser entregue na Primavera de 2011.

A Mota-Engil Central Europe considera essencial uma política de proximidade aos clientes regionais baseada em capacidade produtiva própria e meios permanentes em particular centrais de asfalto. Nesse sentido, 2010 marcou o reforço da estratégia de consolidação regional, através da execução de contratos de média dimensão, destacando-se a aquisição, em Junho, da sociedade PRD-M LUBLIN SA, uma referência na região de Lubelskie. O início de actividade nas regiões de Lubuskie e Slaskie alargou também o campo de acção que, até então, se centrava nas regiões de Malopolskie, Lubelskie, Dolnośląskie, Świętokrzyskie, Podkarpackie e Podlaskie. Para 2011 está previsto o início de actividades na região de Pomorskie (Gdansk).

Relativamente à área imobiliária, e para fazer face aos objectivos preconizados no plano estratégico, sobretudo ao nível do número de fogos a serem construídos anualmente em cada mercado, a actividade no ano de 2010 esteve focalizada no desenvolvimento e optimização de projectos em carteira com início de construção planeado para os anos de 2011 e 2012. A este nível destacam-se as optimizações na terceira fase do projecto da Soltyowska e na segunda fase do projecto da Devonska II, ambos com início de construção agendada para o segundo trimestre de 2011.

Foram alienados cerca de 180 apartamentos no exercício de 2010, sendo de destacar a finalização da comercialização do projecto de Kordylewskiego, em Cracóvia, e da primeira fase do projecto de Devonska, em Praga. Também o sucesso comercial do projecto Soltyowska em Cracóvia manteve-se, tendo atingido vendas superiores a 100 unidades ano pelo segundo ano consecutivo.

O ano de 2010 ficou ainda marcado pela entrada em operação do primeiro hotel detido pelo Grupo Mota-Engil na Europa Central, localizado na cidade de Budapeste e explorado por uma reconhecida marca internacional e pela alienação dos 60% que eram detidos no projecto residencial Kozielska na cidade de Gliwice, na Polónia.

Em 2010, iniciou-se a construção do projecto Steinerova, em Praga, e a Torre B do projecto Mierova, em Bratislava. O ano ficou igualmente marcado pelo início do processo de licenciamento dos projectos de Wilanów, em Varsóvia, Kilinskiego, em Lodz, e Bergamon, em Bratislava. Ainda de registar o investimento na aquisição de 50% de participação no projecto de Bergamon, em Bratislava.

Relativamente ao segmento de construção na Hungria e Roménia, prosseguiram esforços no intuito de concluir a

actividade remanescente. Estas operações contribuíram negativamente para o EBITDA da área de negócio em -4,2 milhões de euros, decorrente, essencialmente, de custos de desmobilização e obras em garantia.

África

A área da Engenharia & Construção está presente nos seguintes países de África: Angola, Moçambique, Malawi, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

O Grupo Mota-Engil está presente em Angola há mais de 64 anos, e continua a assumir este como um dos seus naturais mercados de actuação. Neste sentido, e como sinal de aprofundamento do relacionamento histórico que o Grupo tem neste país, foi formalmente constituída a Mota-Engil Angola, sendo que este marco constitui o início de um novo ciclo na vida da Mota-Engil naquele país. Esta empresa resulta de uma parceria entre o Grupo, com 51% do capital, e um consórcio angolano liderado pela petrolífera Sonangol, com 49% do capital. Esta sociedade passará a desenvolver a parte relevante da actividade que até agora era desenvolvida pela Mota-Engil Engenharia, através da sua Sucursal que, entretanto, se mantém. O processo de transferência de activos e participações financeiras para a recém-criada sociedade será concluído no decurso de 2011.

A actividade de Engenharia & Construção em Angola registou em 2010, mais uma vez, um ano excelente com 452 milhões de euros de volume de negócios, com um crescimento de 12% (2009: 403 milhões de euros). Este mercado já representa 28% do volume total da área de negócios Engenharia e Construção (2009: 24%) e 23% do volume total do Grupo Mota-Engil (2009: 20%). Também ao nível da rentabilidade operacional o ano de 2010 foi muito positivo, com a margem EBITDA a situar-se nos 16,1% (2009: 14,6%).

Apesar da crise mundial, o arranque do ano de 2011 no mercado angolano continua a ser encarado com optimismo e a expectativa do Grupo é a de manter o crescimento naquele país, sustentado numa carteira de encomendas robusta (que actualmente atinge o valor de 443 milhões de euros) e em consolidação. A Mota-Engil pretende diversificar os negócios em Angola na área da Engenharia & Construção e, por isso, encontra-se a apostar em novas actividades industriais associadas ao negócio da construção, nomeadamente através da Novicer, dedicada à cerâmica, e da Fatra, dedicada à trefilaria.

Nos outros mercados de África onde o Grupo Mota-Engil marca presença, o ano de 2010 foi também bastante positivo, destacando-se o Malawi, Moçambique e Cabo Verde, onde o Grupo reforçou a sua presença, nomeadamente na área de construção e manutenção de estradas, apresentando actualmente uma carteira de mais de 477 milhões de euros. O reforço de carteira nestes mercados foi possível devido ao reconhecido prestígio que foi construindo por via do seu posicionamento no mercado, pautado pela correcção e competência na execução de obras como a ponte do Zambeze ou o porto de Nsanje no Malawi.

Em Moçambique, o Grupo atingiu em 2010 na área de Engenharia e Construção um Volume de Negócios 58 milhões de euros (2009: 16 milhões de euros), traduzindo um acréscimo de actividade de cerca de 262%.

A obra da Vila Olímpica e Piscinas, para os X Jogos Africanos a realizar em Maputo, começou em Julho e contempla a construção dos 848 apartamentos, para alojar os participantes do evento, incluindo os respectivos arruamentos, arranjos exteriores e todas as infra-estruturas. Também em consórcio, a empreitada prevê ainda a construção do pavilhão para a Piscina Olímpica. O projecto da Ponte de Tete, que implica a construção de um viaduto de acesso, de uma ponte sobre o Rio Zambeze, bem como dos acessos imediatos à estrutura e reabilitação da estrada entre Cuchamano e Zóbué, numa extensão aproximada de 260 km, começou em Julho. A obra é realizada em consórcio e tem conclusão prevista para Junho de 2014.

Ainda em Moçambique, o ano em exercício marcou igualmente o início da Reabilitação e Melhoramento de uma Estrada, com cerca de 84 km. A empreitada inclui movimento de terras, todos os trabalhos rodoviários necessários e complementares, bem como a inserção de passadiços nas obras de arte existentes. A Sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia é responsável a 100% por esta obra que tem conclusão prevista para Abril de 2013.

O segmento de negócio de África registou, em 2010, um crescimento do volume de negócios de 26% para os 626 milhões de euros (2009: 497 milhões de euros). Este mercado já representa 39% do volume total da área de negócios Engenharia e Construção (2009: 29%) e 31% do volume total do Grupo Mota-Engil (2009: 25%).

Também ao nível da rentabilidade operacional o ano de 2010 foi muito positivo, com a margem EBITDA a situar-se nos 17,1% (2009: 14,7%).

América

A área da Engenharia & Construção está presente nos seguintes países da América: México e Peru.

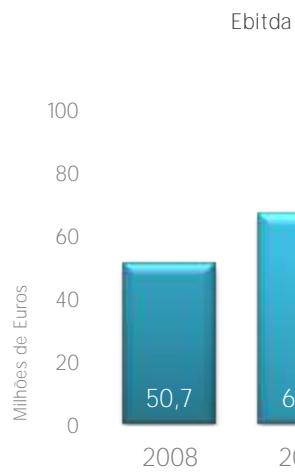
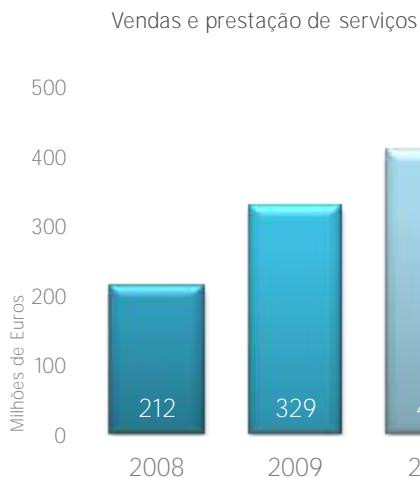
No Peru, o ano de 2010 foi mais um bom ano para a actividade neste país, sendo que a estabilidade do mercado permitiu continuar a desenvolver a estratégia de crescimento e valorização da nossa associada local. No final do ano, e cumprindo o objectivo de uniformização da marca Mota-Engil, por um lado, e também reforçando a estratégia de diversificação que se tem vindo a implementar no mercado peruano desde 2008, por outro, procedeu-se à alteração da designação da empresa Translei para Mota-Engil Peru.

No México, continua a construção da auto-estrada “Perote-Banderilla y Libramiento de Xalapa”, representando um investimento na área da construção de cerca de 179 milhões de euros.

De forma a dar cumprimento ao plano estratégico de internacionalização, a Mota-Engil adquiriu uma participação na construtora mexicana Idinsa. Através desta subsidiária, o Grupo prevê potenciar o crescimento da actividade de construção no mercado mexicano, aproveitando para o efeito as oportunidades existentes ao nível do “Programa Nacional de Infra-estrutura 2007-2012” do Governo Mexicano, cujas obras ascenderão ao montante de cerca de 60.000 milhões de Euros.

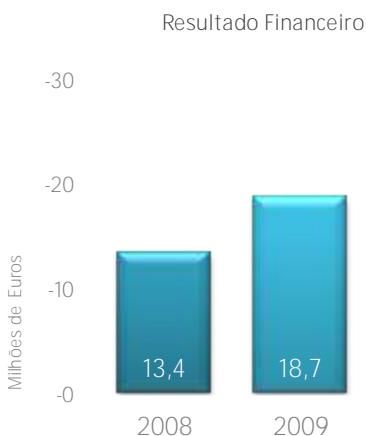
O Grupo tem ainda como objectivo alargar a sua presença no segmento de negócio América, e para isso conta investir na tomada de uma posição maioritária numa sociedade a operar no mercado brasileiro e noutra a operar no mercado colombiano. Ambos os mercados apresentam boas taxas de crescimento da economia, facto que aliado aos fortes planos de investimento em infra-estruturas públicas, os tornam prioritários na expansão internacional da área de negócios Engenharia & Construção.

O segmento de negócio da América registou, em 2010, um aumento do volume de negócios de 95% para os 83 milhões de euros (2009: 42 milhões de euros). Ao nível da rentabilidade operacional, o desempenho em 2010 foi também positivo, com o EBITDA de 5,8 milhões de euros, que compara com 1,1 milhões de euros obtidos em 2009.

Ambiente & Serviços


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). **2008:** Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

A actividade da área de Ambiente & Serviços registou uma excelente performance em 2010, quer em termos de volume de negócios, quer em termos de rentabilidade operacional. O volume de negócios em 2010 ascendeu a 410 milhões de euros (2009: 329 milhões de euros), representando um crescimento de cerca de 25%. Este crescimento, aliado à manutenção das margens EBITDA (2010: 19,7%; 2009: 20,3%), provocaram melhorias relevantes ao nível do desempenho operacional, tendo o EBITDA crescido cerca de 21% (2010: 80,8 milhões de euros; 2009: 66,8 milhões de euros).



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). **2008:** Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

Os resultados financeiros da área de negócios contribuíram para o resultado líquido do Grupo no montante negativo de 23,6 milhões de euros (2009: negativo em 18,7 milhões de euros), o que representa um desvio de cerca de 25% face a 2009. Fruto desta performance operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 21,6 milhões de euros (2009: 20,2 milhões euros) e o resultado líquido total a 9,1 milhões de euros (2009: 11,3 milhões de euros), do qual 9,2 milhões de euros relativo a interesses que não controlam.

Vendas e prestação de serviços



EBITDA



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

O segmento da Logística continua a representar a maior fatia da actividade da área de negócio, representando cerca de 39% do seu volume de negócios. A seguir aparece o segmento de resíduos com um peso relativo de 29%. Estes dois segmentos representam cerca de 67% do total da área Ambiente e Serviços em termos de volume de negócios (2009: 72%) e 75% em termos de rentabilidade operacional medida pelo EBITDA (2009: 73%).

Resíduos

Em 2010, a actividade de resíduos atingiu um crescimento de 6%, tendo o seu volume de negócios passado de 112 milhões de euros, em 2009, para os 119 milhões de euros, em 2010. Em termos de EBITDA, assistiu-se a uma melhoria das margens (27% em 2010, face a 23% em 2009), o que contribuiu para o aumento do nível de EBITDA em cerca de 22% em relação ao ano passado (2010: 31,7 milhões de euros; 2009: 26,1 milhões de euros).

Alicerçado no Subgrupo Suma, o segmento de negócio dos Resíduos engloba mais de três dezenas de empresas destinadas a assegurar a excelência na gestão integrada do ciclo de vida dos Resíduos. A posição de liderança no mercado nacional dos Resíduos, com mais de uma década e meia de experiência consolidada ao serviço do Ambiente e das populações, tem sido sinónimo de crescimento sustentado e impulsionador de um ambicioso projecto de internacionalização. A par da diversificação de serviços, com a aposta no mercado dos resíduos industriais e do tratamento, a internacionalização é um pólo dinamizador no desenvolvimento da actividade neste segmento, alargando o âmbito de implantação geográfica aos mercados da Europa Central, África e América Latina. A aquisição da Geo Vision, um grupo de empresas vocacionadas para a gestão global de resíduos no Brasil, é a mais recente aposta no estrangeiro, evidenciando um crescimento exponencial além fronteiras.

O Sector dos Resíduos em Portugal está caracterizado por uma persistente estagnação no crescimento da actividade e a privatização dos serviços continua muito longe das expectativas geradas e muito abaixo dos valores de referência na União Europeia.

A Suma apresenta uma quota de 54% do mercado nacional privatizado, no segmento da recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, o que se traduz em cerca de 2,3 milhões de habitantes servidos em 54 concelhos. Relativamente ao segmento da gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a SUMA está presente em 36 concelhos, servindo mais de 600 mil habitantes em Portugal. No estrangeiro, a população abrangida na Polónia aproxima-se de 1 milhão de habitantes, em Angola supera 1,5 milhões de habitantes e no Brasil são cerca de 4 milhões de habitantes abrangidos pelos serviços do Grupo. A importância da internacionalização fica patente no aumento do volume de negócios gerado no segmento dos Resíduos e o seu peso relativamente ao total desse volume de negócios é já de cerca de 20% em 2010, gerado pelas empresas Vista Waste Management em Angola, que presta serviços de recolha de resíduos, limpeza urbana e educação

ambiental, e a Ekosrodowisko na Polónia, que presta serviços nas áreas de recolha e limpeza urbana, limpeza de neve, limpeza de interiores, e manutenção de espaços verdes. A Suma continua a ser a empresa que mais contribui para o volume de negócios do segmento, assumindo-se como *player* de referência no mercado da recolha de RSU e limpeza urbana, mas deve ser relevado o importante contributo das empresas Correia&Correia, Enviroil e Triu, a operar no mercado dos resíduos industriais.

No segmento dos Resíduos estão concentrados cerca de 4700 trabalhadores, a prestar serviço dentro e fora de Portugal, que conjuntamente com mais de 1300 equipamentos motorizados, demonstram a dimensão de um Grupo que aposta com ambição nesta área de negócio. Contando com diversas certificações e acreditações em sistemas integrados de gestão implantados em empresas do Grupo, a Suma é reconhecidamente um exemplo de sucesso na sua área de intervenção e detém um perfil impar no mercado nacional, investindo nas áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança com vista à melhoria contínua e ao cumprimento dos padrões de excelência que são apanágio do Grupo.

O trabalho de prospecção de mercados e identificação e selecção de negócios no estrangeiro, adquiriu uma maior relevância, não só na perspectiva de entrada em novos mercados como também na transposição dos modelos de análise e elaboração de propostas comerciais nos países onde já nos encontramos. Este vector está em marcha e existe um grande potencial de crescimento, sendo necessário tirar partido da experiência da Suma e potenciar os investimentos já realizados.

Apesar da conjuntura negativa e das dificuldades de crescimento orgânico por via dos concursos nacionais, a análise aos indicadores de referência permite situar a Suma num contexto de continuidade, demonstrando o dinamismo e o empenhamento necessários à manutenção do estatuto de líder de Mercado na sua área de actuação e reassumindo o compromisso de crescimento e consolidação sustentáveis.

A salvaguarda do desenvolvimento sustentável e do bem-estar das populações é o desafio a que a Suma procura continuamente responder através da diversificação e do avanço progressivo das suas empresas e da respectiva oferta de serviços e soluções completas, integradas, competitivas e economicamente viáveis, na construção de um ambiente melhor.

Água

O segmento de negócio da Água inclui as concessões de abastecimento de água e saneamento dos concelhos de Fafe, Santo Tirso, Trofa, Santa Maria da Feira, Matosinhos e Vila do Conde, controladas pelas participadas do Subgrupo Indaqua. Inclui também uma parceria público-privada com o município de São João da Madeira para a gestão do serviço público municipal de abastecimento de água e recolha de águas residuais e pluviais. No mercado internacional, a Indaqua controla, desde 2009, a Vista Water, sociedade que actua no mercado angolano, integralmente focada no sector de Água e Saneamento.

A Indaqua é o maior operador privado português no que diz respeito ao universo das concessões municipais de água. No serviço de saneamento, tendo em conta que nas concessões de Fafe e Santo Tirso/Trofa esse serviço não é prestado, a Indaqua detém a segunda posição do mercado.

A evolução do mercado nacional em 2010 foi desfavorável aos interesses de crescimento da Indaqua, porquanto o lançamento de concursos tem sido escasso e sucessivamente adiado. Não obstante este facto, o número total de clientes da Indaqua em Dezembro de 2010 ultrapassava já os 203 mil e o volume de água facturado foi da ordem dos 24 milhões de metros cúbicos, o que representa um aumento, face a 2009, de cerca de 3% e 6%, respectivamente. O total de utentes de saneamento em Dezembro de 2010 ascendia a cerca de 137 mil e o volume facturado foi de cerca de 16 milhões de metros cúbicos, o que consubstancia um aumento de cerca de 4% e de 8,5%, respectivamente, face a 2009.

No início de 2010, a Indaqua adquiriu 5% do capital da Indaqua Feira, passando a deter 98% desta sociedade, e o remanescente dos capitais da Indaqua Fafe e da Indaqua Santo Tirso/Trofa, assumindo a posse da totalidade do capital destas sociedades concessionárias.

O investimento do segmento em Portugal ascendeu a 33 milhões de euros, sendo que os maiores investimentos foram em infra-estruturas, pela execução de diversas obras conforme definido nos planos de investimento das

sociedades concessionárias.

Dos aspectos relevantes da actividade do ano de 2010 destaca-se o arranque do novo sistema de gestão de clientes SAP IS-U, plataforma aplicacional hoje uniforme e transversal a todas as empresas concessionárias. No mercado internacional, a Vistawater consolidou em 2010 o contrato de consultoria estabelecido com o Ministério de Energia e Águas ao nível da assessoria ao programa de investimento público “Água para Todos”, com duração prevista até Julho de 2011. Adicionalmente, esta sociedade angolana desenvolveu uma outra área de negócio, relacionada com a comercialização de equipamentos e soluções tecnológicas no domínio das águas.

O ano de 2010 ficou ainda marcado por uma intensa procura de novos mercados geográficos, essencialmente na América do Sul. Confirmou-se que os mercados brasileiro e peruano apresentam condições macroeconómicas interessantes para investir. No entanto, fruto do aquecimento dessas economias, os activos encontram-se inflacionados, representando dois riscos importantes, desaceleração da economia e consequente desvalorização cambial. No Peru foram identificadas algumas possibilidades de aquisições de empresas concessionárias locais de relativa pequena dimensão. No Brasil, onde o potencial de negócios é elevado, dada a existência de um plano de investimentos de grande dimensão para os próximos anos no sector do saneamento básico (que inclui abastecimento de água potável, águas residuais, gestão de resíduos sólidos, e drenagem e gestão de águas pluviais urbanas), o Grupo procura activamente oportunidades de investimento.

Por seu lado, na Irlanda existe uma grande expectativa de desenvolvimento do mercado, dada a carência de infra-estruturas no sector da água.

Para 2011, a Indaqua perspectiva que sejam lançados dois a quatro concursos para concessões ou participação em empresas municipais e tem como objectivo participar em todos eles. A actividade de 2011 estará ainda centrada no desenvolvimento da procura de novos negócios nos mercados geográficos definidos como prioritários, na definição de novas áreas de negócio no mercado não-regulado e na consolidação da uniformização de procedimentos das diversas sociedades concessionárias, tendo em vista a melhoria dos seus sistemas de qualidade, ambiente e segurança.

Logística

O segmento da Logística comprehende toda a actividade do Grupo no sector logístico (operação de terminais rodo-ferroviários, de logística integrada e de transporte ferroviário de mercadorias) e portuário (operação de terminais marítimos).

A Tertir, sociedade do Grupo que agrupa as empresas de logística, ocupa uma posição de liderança e de referência na operação de terminais portuários (Lisboa, Leixões, Setúbal e Aveiro). Consolidando o seu “know-how” em concessões de infra-estruturas públicas, fornece ainda actividades integradas de estiva, transporte rodoviário e ferroviário, instalações logísticas e intermodais, distribuição, transitários e outros serviços relacionados, destacando-se como primeiro operador privado português a entrar no sector do transporte ferroviário de mercadorias e como co-promotor da maior plataforma logística do país, localizada no Poceirão, que irá servir Lisboa, o novo aeroporto e os portos de Lisboa, Setúbal e Sines.

A nível internacional o Grupo está presente em diversos países, com destaque para a concessão de 30 anos do Porto de Paita, situado no Norte do Peru, adjudicada em 2009 ao consórcio controlado pelo Grupo (Terminales Portuarios Euroandinos), e para a Transitex, transitário de cargas que articula os movimentos dos contentores entre plataformas logísticas e terminais portuários, presente em países como Espanha, Moçambique e México.

Num contexto de fraca actividade económica em Portugal, este segmento de negócio tem demonstrado solidez nos resultados, o que abre excelentes perspectivas para o reforço da aposta nos vários negócios ligados à cadeia de valor da logística.

No decorrer de 2010, o Grupo procedeu à reorganização societária do segmento da logística através de várias operações de fusão e permuta de partes de capital que concentraram a actividade de algumas empresas numa só e colocaram todas as sociedades da logística sob domínio da Tertir.

Na sequência da revogação por parte da Assembleia da República do decreto-lei que prevê a prorrogação até

2042 da concessão do terminal de Alcântara, foi constituído um tribunal arbitral que irá decidir se a referida revogação tem legalidade jurídica. A Liscont, suportada em pareceres de conceituados professores de direito que consideram constitucional a revogação da concessão do terminal, reitera a total legitimidade da sua posição jurídica.

Em 2010, o Subgrupo Tertir manteve a sua aposta nos mercados externos onde o Grupo Mota-Engil opera, destacando-se o aumento da capacidade operacional da Sonauta, sociedade angolana especializada no transporte marítimo de cabotagem entre os vários portos angolanos e de outros países africanos, através do investimento numa barcaça de 750 toneladas de capacidade, fundamental para o crescimento do negócio da empresa.

No que respeita ao transporte ferroviário, a Takargo Rail, após ter-lhe sido atribuída em 2006 a licença de operador de transporte de mercadorias em caminho-de-ferro, consolidou a sua operação como uma referência ibérica no transporte ferroviário de mercadorias.

Ao longo do ano, este segmento continuou a representar a maior fatia da actividade da área de negócio. Com um aumento de actividade de 5% face a 2009, o segmento foi responsável por 159 milhões de euros de volume de negócios (2009: 151 milhões de euros). Em termos de EBITDA, assistiu-se a uma melhoria das margens (20,3% em 2009, face a 16,7% em 2009), razão pela qual o EBITDA cresceu cerca de 28% em relação ao ano passado, tendo atingido o montante de 32,3 milhões de euros (2009: 25,2 milhões de euros). Este comportamento reflecte o crescimento verificado nas exportações nacionais em 2010, com impacto directo nas actividades portuárias e de transportes rodo-ferroviários.

Multi-Serviços

O Grupo Mota-Engil agrupa um conjunto de empresas vocacionadas para a prestação de serviços em que a subcontratação se afigura como uma alternativa interessante para os seus Clientes, que assim poderão libertar-se de funções que não constituem o seu *core business*.

Entre o conjunto de empresas que integram esta área, é de referir a actuação nos segmentos da manutenção industrial e de edifícios através da Manvia. Esta empresa actua também na reabilitação de condutas através da Manvia Condutas.

Outra área de intervenção é a arquitectura paisagística e concepção, construção e manutenção de espaços verdes e campos de golfe, através da Vibeiras e Áreagolfe, respectivamente. A Vibeiras tem também presença no mercado de Angola, através da Vbt.

De referir também a presença no mercado de concessões de parques de estacionamento através das empresas Emsa e Parquegil, com espaços de estacionamento concessionados em várias cidades portuguesas.

Dando continuidade ao processo de internacionalização da Vibeiras, salienta-se a constituição da empresa Vibeiras Moçambique com um parceiro local relevante.

Por último, salientam-se ainda a Lokemark, empresa especializada no outsourcing dos serviços de *billing e finishing* de correios e marketing directo, e a Vortal, empresa pioneira especializada no desenvolvimento e gestão de plataformas de transacções electrónicas.

Com a excepção da actividade de construção de campos de golfe, que sofreu uma redução em 2010, todas as restantes actividades de Multiserviços prosseguiram um trajecto de crescimento das suas actividades, nalguns casos de uma forma substancial, como é o caso da actividade da GlanAgua, Manvia, Vortal e Lokemark.

Ascendi Group

A Ascendi Group é o resultado da parceria celebrada entre o Grupo Mota-Engil e o Grupo Banco Espírito Santo no final de 2006 para área das concessões de transportes.

Esta parceria previa que fosse constituído um novo veículo autónomo. No entanto, as dificuldades decorrentes da necessidade de acautelar a eficiência operacional da implementação da parceria levaram a que as partes alterassem a configuração da operação, executando-a através da concentração das participações na Mota-Engil Concessões de Transportes, entretanto redenominada Ascendi Group.

Esta transferência de participações foi iniciada através de uma operação realizada a 24 de Agosto de 2010, na qual se efectuou um aumento de capital da Ascendi Group integralmente subscrito pela ESConcessões, através da entrada em espécie das participações sociais por esta detidas nas concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto. A transferência das restantes participações deverá ser concretizada no decorrer de 2011, dentro do cronograma previsto.

Com o objectivo de reforçar e consolidar o reconhecimento público da marca Ascendi, durante o ano de 2010 desenvolveu-se o processo de implementação da nova imagem, culminando em Julho com a alteração da designação social de sete concessionárias e sete operadoras (das concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, Grande Porto, Grande Lisboa, Douro Interior e Pinhal Interior). Com esta alteração, todas estas empresas passaram a ter na sua designação a palavra Ascendi.

Subconcessão Douro Interior

Em 26 de Março de 2010, foi concedido o visto favorável pelo Tribunal de Contas ao contrato da Subconcessão Douro Interior, situação que permitiu o desenvolvimento regular das actividades de construção. Em Dezembro foram abertos ao tráfego os primeiros dois lanços da subconcessão construídos de raiz – lanço Trancoso/Celorico da Beira, no eixo do IP2, com uma extensão de cerca de 14 km; lanço Murça (IP4) / Nó da EN 212, no eixo do IC5, com uma extensão de 7 km).

Subconcessão Pinhal Interior

O contrato de subconcessão e respectivos contratos de financiamento foram assinados em Abril de 2010. Trata-se de uma subconcessão em regime misto de disponibilidade e taxa de serviço, com um prazo de 30 anos e cujo investimento inicial atinge um valor na ordem dos 1.429 milhões de euros. Este investimento será financiado por capitais próprios de cerca de 210 milhões de euros e por financiamentos a contratar junto do BEI e da Banca Comercial de cerca de 1.200 milhões de euros. O valor do contrato de construção é de 958 milhões de euros e o consórcio construtor é liderado pela Mota-Engil (53,52%). A subconcessionária é participada maioritariamente pela Ascendi Group (79,99%). Durante o ano foram iniciados os trabalhos de construção, que decorrem dentro dos prazos inicialmente estimados.

Acordo global com o Estado

Em 2010, foram assinadas e implementadas alterações nos contratos de concessão e, correlativamente, nos contratos de financiamento e de operação e manutenção das concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, Grande Porto e Grande Lisboa. As alterações aos contratos de concessão respeitaram, essencialmente, à forma de remuneração da actividade das empresas concessionárias, que passaram de uma remuneração em regime de portagem real ou virtual para uma remuneração por disponibilidade da infra-estrutura rodoviária concessionada.

Cobrança Electrónica de Portagens (Ascendi O&M)

A 15 de Outubro de 2010, concluindo um intenso e exigente processo de desenvolvimento e integração de sistemas tecnológicos e operativos, a Ascendi O&M pôde iniciar a operação de cobrança de portagens aos utentes nas concessões da Costa de Prata e do Grande Porto através de um inovador sistema, integralmente electrónico, de tipo “Multi Lane Free Flow” (MLFF). No seu conjunto, o sistema integra 42 pontos de cobrança, sendo neste momento um dos maiores da Europa (senão mesmo o maior) com capacidade de cobrar todo o tipo de veículos (ligeiros e pesados), o que coloca a Ascendi O&M na vanguarda europeia do desenvolvimento de sistemas tecnológicos de cobrança de portagens por meios exclusivamente electrónicos.

O potencial de globalização destes sistemas é francamente elevado atendendo à generalização da aceitação do princípio utilizador-pagador, o que é demonstrado pelo facto de, como consequência de um processo iniciado no final de 2010 e concluído em Janeiro de 2011, ter a Ascendi O&M contratado a instalação e iniciado negociações para a operação de mais dois sistemas MLFF em Portugal, um na concessão das Beiras Litoral e Alta e outro na concessão do Interior Norte (esta não participada da Ascendi Group), com um total de 52 novos pontos de cobrança,

Lusoponte

Em 2010, a evolução da operação da Lusoponte ocorreu dentro da normalidade de uma concessão na sua fase de maturidade no contexto macroeconómico actual. No entanto, deve-se salientar, ao nível dos meios de pagamento, a evolução positiva do meio de pagamento automático Via Card, que viu a sua importância acrescida, tendo representado 10,0% do tráfego total e atingido na Ponte 25 de Abril os 13,4% (representa um crescimento de 2,4% relativamente a 2009). É de salientar, também, o sistema de recuperação de violações não-voluntárias, denominado por “photo-tolling” e implementado em 2004, que contribuiu para a diminuição das violações (incobráveis), permitindo recuperar cerca de 63% do total das violações inicialmente registadas.

Concessão Metro Sul do Tejo

A actividade decorreu conforme esperado, não se tendo registado diferenças assinaláveis no que respeita aos índices de procura, receitas e custos. Saliente-se que em 2010 foi obtida, sem qualquer não-conformidade, a certificação do sistema integrado de gestão de ambiente, qualidade e segurança. Como factor negativo, são de referir os atrasos nos recebimentos das compensações contratuais devidas, o que causou sérias restrições de tesouraria.

Reforço das participações em Portugal

No âmbito do processo de reorganização das participações e dando sequência à estratégia de reforço da presença em Portugal, no final de 2010 a Ascendi Group concretizou a aquisição das participações que a Odebrecht e o BCP detinham nas concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto. Relativamente à Odebrecht, foram adquiridas participações de 13,87% na concessão Norte e 14,23% nas concessões Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto, por um valor de 126 milhões de euros. No que respeita ao BCP, foram adquiridas as participações de 6,67% na concessão Norte e 7,5% nas concessões Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto, por um valor de 51,9 milhões de euros.

Aquisição de participação na Via Verde Portugal

Com objectivo de consolidação das competências na área da cobrança electrónica de portagens, potenciada pelo grande desenvolvimento de actividade gerado pelo início de operação dos novos sistemas MLFF, foi adquirida no passado mês de Outubro, através da Ascendi O&M, uma participação de 20% no capital da Via Verde Portugal.

Actividade desenvolvida em 2010 no mercado internacional

Prestes a completar dois anos de actuação, a Concessionária Rodovias do Tietê tem contribuído para o crescimento da região onde está inserida. A recuperação do traçado de mais de 400 km de rodovias permitiu atingir os níveis de tráfego que estavam previstos no plano de negócios original. 2010 foi o primeiro ano completo de operação da concessionária, tendo sido atingidos os níveis de serviço exigidos pelo contrato de concessão, bem como realizados os investimentos previstos no cronograma inicial. Para 2011 estão previstos vários investimentos importantes: a implantação de fibra óptica em toda a rede viária gerida pela concessionária; o Contorno de Piracicaba, esperado há mais de 20 anos pela população e que permitirá uma forte diminuição do tráfego urbano nessa cidade; e o início da duplicação da SP101 e SP308, importantes vias de comunicação entre Campinas, Salto e Piracicaba.

No México, após aprovação da data de Maio de 2011 para término da construção da concessão Perote-Xalapa, foi iniciado o processo de negociação com o concedente para a ampliação do perfil da concessão para duas vias por duas vias, em oposição à situação contratualmente prevista de uma via por uma via. Este processo encontra-se, à data, praticamente concluído, sendo previsível que toda a documentação de formalização desta alteração deva ocorrer nos próximos meses. Esta alteração vai aumentar o nível de serviço da concessão e permitirá que todo o eixo de ligação entre o porto de Veracruz e a Cidade do México (via Xalapa) se realize no perfil de duas vias por duas vias, aumentando o potencial de tráfego desta concessão. Em 2010, os trabalhos de construção avançaram a um ritmo inferior ao estimado, provocado pelo atraso na libertação dos direitos de via, responsabilidade alheia à concessionária, sendo que no final do ano encontrava-se cerca de 60% da obra concluída, no perfil actual de A2. No caso de se concluir satisfatoriamente o processo de ampliação e de acordo com o novo cronograma de construção, será previsível que a construção esteja concluída em duas vias por duas vias no final de 2012, sendo que os primeiros 30 km da concessão (ligação Perote-Banderilla) entrarão em operação no primeiro trimestre de 2012.

Ainda em 2010, um consórcio liderado pela Ascendi celebrou com o Governo de Moçambique o contrato de concessão da nova ponte de Tete por 30 anos, que dará lugar à construção da segunda travessia rodoviária na cidade de Tete, província de Tete, bem como à realização de obras de reabilitação ao longo dos 260 km do traçado Cuchamano – Tete – Zóbue, que liga, por dentro das fronteiras terrestre de Moçambique, o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabué. Nesta concessão estão ainda incluídos mais dois eixos rodoviários (secundários), perfazendo um total de 702 km de estradas em operação com cobrança de portagens. No final do ano, foi atribuído a um outro consórcio liderado pela Ascendi o título de “Preferred Bidder” para a Concessão Maputo-Ka Tembe – Ponta do Ouro, tendo-se de imediato iniciado os trabalhos conducentes ao fecho contratual e financeiro dessa nova concessão, que deverão estar concluídos antes do final de 2011.

Na Eslováquia, a Ascendi integrava, com uma participação de 19%, a concessionária Slovenské Dial'nice, a quem foi adjudicada, em Abril 2009, a concessão (incluindo projecto, construção, financiamento, operação e manutenção) da auto-estrada D1. Porém, antes do fecho financeiro, que estava previsto para o final de Agosto 2010, as eleições realizadas naquele país conduziram à posse de um novo governo, que decidiu cancelar todas as PPP rodoviárias cujo fecho financeiro ainda não tinha ocorrido.

Evolução do portefólio de concessões e da carteira de activos

Como foi referido anteriormente, a Ascendi ainda não concretizou todas as transferências de activos, uma vez que as autorizações necessárias passam por um processo burocrático complexo. Os quadros abaixo traduzem o portefólio actual como se estas transferências já tivessem sido efectuadas.

Concessionária	Participação Actual ⁽¹⁾	Participação Prevista ⁽¹⁾	km	Termino	Investimento (M€)
Portugal					
Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo	38,02%	38,02%	19,5	2030	897
Ascendi – Auto-Estradas do Norte	74,87%	74,87%	175,0	2029	1.272
Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior	-	22,23%	178,0	2029	812
Ascendi – Auto-Estradas da Costa de Prata	80,20%	80,20%	109,6	2030	499
Ascendi – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta	80,20%	80,20%	172,5	2031	1.130
Ascendi – Auto-Estradas do Grande Porto	80,20%	80,20%	55,5	2032	841
Vialitoral – Concessões Rodoviárias da Madeira	-	4,75%	44,2	2025	390
Ascendi – Auto-Estradas da Grande Lisboa	-	80,20%	91,1	2036	290
Ascendi – Estradas do Douro Interior	8,85%	80,75%	242,3	2038	931
Ascendi - Estradas do Pinhal Interior	8,09%	79,99%	520,3	2040	1.429
Total Portugal			1.608,0		8.491
Espanha					
Auvisa – Autovía de Los Viñedos	-	50,00%	75,0	2033	210
Autopista Madrid – Toledo	-	15,00%	81,0	2040	600
Total Espanha			156,0		810
América Latina					
México – Concessionaria Autopista Perote – Xalapa	30,00%	50,00%	60,0	2038	389
Brasil – Concessionária Rodovias do Tietê	-	40,00%	415,0	2039	470
Total América Latina			475,0		859
África					
Moçambique – Nova Ponte de Tete	40,00%	40,00%	701,0	2039	151
Total África			701,0		151
Concessões Ferroviárias					
MTS – Metro, Transportes do Sul	18,09 %	24,89%	20,0	2032	338
TOTAL			3.046,0		10.854

(1) Participações detidas (ou a deter) directamente pela Ascendi Group, SGPS, SA, ou por qualquer outra empresa pertencente ao seu perímetro de consolidação

4. MOTA-ENGIL na bolsa

O ano de 2010 ficou marcado por uma grave crise dos mercados obrigacionistas da zona euro, espelhando os receios de incumprimento nos reembolsos de dívida soberana externa por parte dos países periféricos da zona Euro (Europa do Sul e Irlanda). Esta crise foi o principal factor que condicionou a evolução dos restantes mercados na Europa. Verificou-se assim, sobretudo a partir do segundo trimestre do ano, uma selectividade nunca antes vista no espaço do Euro, distinguindo os investidores claramente aqueles países que vêm acumulando dívida externa fruto de elevados défices orçamentais e sobreaquecimento da procura interna dos demais.

No terceiro trimestre, reagindo a sinais que apontavam para uma recuperação económica frágil mas aparentemente sustentável e à expectativa de que a Reserva Federal Norte-Americana poderia reiniciar uma política de compra massiva de instrumentos financeiros de longo prazo, injectando liquidez na economia e permitindo uma redução das taxas de juro a longo prazo, os mercados accionistas recuperaram significativamente. Esta tendência não eliminou, contudo, as incertezas relativamente à capacidade de reembolso da dívida pública externa por parte do Estado Grego, Irlandês e, em certa medida, Português.

No contexto de um novo paradigma onde também os investidores de acções se revelaram cada vez mais sensíveis ao endividamento das empresas e afectado pelas incertezas no sector de construção em Portugal, principalmente no sector das obras públicas, o título da Mota-Engil, depois da forte apreciação que registara em 2009 (68%) foi fortemente penalizado, com uma queda de 55,7% no ano, correspondendo a uma capitalização bolsista de € 356,7 milhões.

O comportamento anual do título pode ser analisado como se segue:

	1º semestre 2010	2º semestre 2010	Performance total 2010	1º semestre 2009	2º semestre 2009	Performance total 2009
Acção Mota-Engil	-46%	-10%	-56%	37%	30%	68%
PSI-20	-17%	6%	-10%	12%	21%	33%
EURONEXT 100	-9%	10%	1%	0%	26%	25%

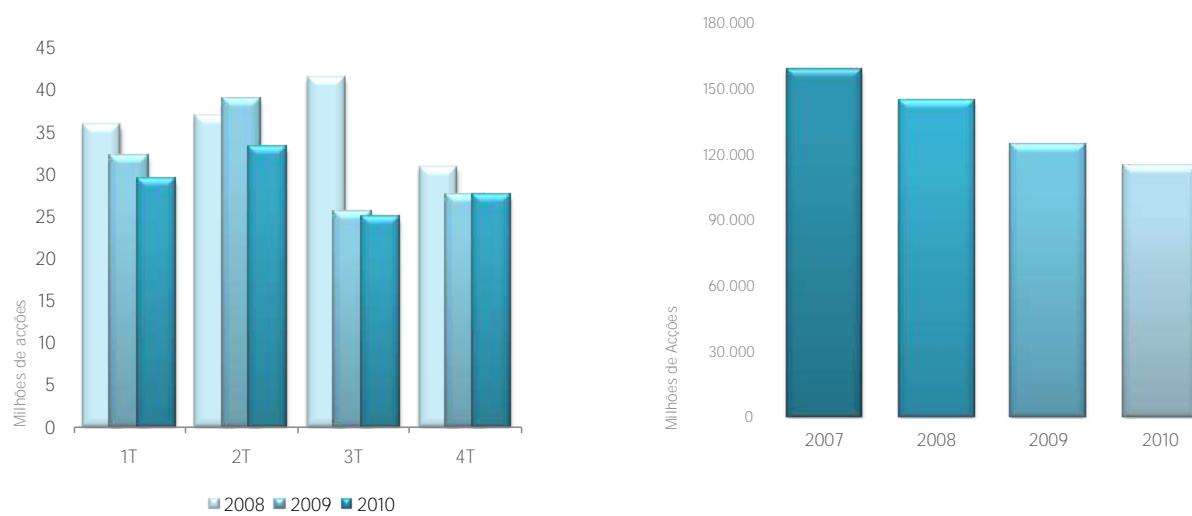
A evolução da “performance” da cotação pode ser analisada nos gráficos seguintes:





O valor intrínseco do título, de acordo com a avaliação dos oito analistas financeiros que o acompanham, mantém uma margem significativa para se valorizar. Os “price targets” para a MOTA-ENGIL situam-se entre € 2,60 e € 5,00 (a última cotação do título em 31 de Dezembro de 2010 foi de € 1,743).

No que respeita ao volume, foram transaccionadas em 2010 115 milhões de acções, menos 7,3% do que no ano anterior. A evolução da liquidez pode ser analisada nos gráficos seguintes:



A empresa distribuiu um dividendo líquido de 11 cêntimos por acção, que foi pago no primeiro semestre do ano e que corresponde a um *dividend yield* de 4,4% para a cotação média do título durante o ano.

O Conselho de Administração apresenta neste relatório uma proposta de aplicação de resultados, na qual consta o pagamento de um dividendo de 11 cêntimos por acção.

5. Gestão de risco

A Gestão de Risco tem como objectivo central a criação de valor, através de processos de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir o Grupo e as suas participadas, estando subjacente uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo.

A exposição ao risco por parte de qualquer participada do Grupo Mota-Engil deverá estar sempre subordinada à sua estratégia e ser limitada e acessória à actividade de cada empresa, para que se prossigam e atinjam os objectivos traçados para as diversas áreas de negócio.

O processo de Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do Grupo, concretizando-se genericamente num conjunto sequencial de etapas ou fases que se repetem ciclicamente e que a seguir se apresentam:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias.

O Grupo Mota-Engil dispõe de diversas Comissões, que se constituem como órgãos de natureza consultiva, cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, provendo uma visão independente e objectiva que suporte o processo de tomada de decisão do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

A Comissão de Auditoria e Risco tem como principal função apreciar políticas de investimento e risco de negócios e projectos do Grupo, examinar e emitir pareceres sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir pareceres sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorar operações financeiras e societárias relevantes.

Assim, os principais riscos a que o Grupo está sujeito e que em seguida se abordam são acompanhados pelos reportes internos daquela Comissão, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas com destaque para a Direcção Jurídica, a Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, a Direcção de Finanças Corporativas e a Direcção Corporativa de Recursos Humanos.

A Comissão de Auditoria e Risco, com a missão de apoiar a gestão do Grupo Mota-Engil no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, deu continuidade ao novo ciclo de actividade, iniciado em 2008, através do Gabinete de Auditoria e Risco, cuja estrutura de recursos está especificamente alocada às seguintes funções:

- Identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;
- Emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do Grupo Mota-Engil;
- Minimização de ineficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do Grupo Mota-Engil na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e na proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;

- Identificação de riscos transversais dentro do Grupo, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do Grupo Mota-Engil;
- Emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições ou alienações definidas pelo Grupo Mota-Engil;
- Auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos ou actividades em todas as áreas e empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil.

Elaborado que foi o mapeamento de risco das empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil, anualmente são efectuadas auditorias internas em várias empresas do Grupo, procurando-se promover a eficiência dos meios de controlo interno e a melhoria dos respectivos processos de negócio. Esta metodologia garante um carácter dinâmico na monitorização do risco em cada uma das operações do Grupo Mota-Engil, promovendo as acções adequadas em função do risco percepção e acompanhando a sua evolução.

Adicionalmente, em 2010, reforçou-se o acompanhamento da implementação de medidas sugeridas no decurso de trabalhos efectuados anteriormente.

Gestão do Risco Financeiro

O Grupo Mota-Engil, à semelhança de todas as outras empresas e negócios, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial de transacção e de conversão, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da actividade e induz incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflecte em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efectivas de gestão.

A actividade de gestão de risco financeiro é coordenada pela Direcção de Finanças Corporativas, com o apoio e suporte da Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria Investimento e Risco, que daquele é delegada, não deixando de ser uma responsabilidade das Administrações de cada uma das unidades de negócio do Grupo Mota-Engil.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é cautelosa e conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos derivados para cobertura de riscos, sempre na perspectiva de que estes se relacionem com a actividade normal e corrente da empresa, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas de cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, contribuindo essa integração para a prossecução do mesmo objectivo, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a optimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do Grupo, maioritariamente denominada em euros.

Até 2008, foram realizadas, por várias áreas de negócio, diversas operações de fixação ou limitação de variação

nas taxas de juro em empréstimos, sobretudo indexadas à Euribor, por contratação de “swaps” ou realização de outras operações estruturadas sobre derivados, a custo zero, que contribuíram (e contribuirão, no futuro), para a redução da sensibilidade dos custos financeiros a eventuais movimentos ascendentes nas taxas de juro.

A contratação destas operações teve como racional subjacente a prossecução do objectivo de realização e/ou manutenção da cobertura em cerca de 30% da dívida corporativa do Grupo, emitida normalmente em regime de taxa indexada ou variável.

Depois de 2008, face à estagnação a que têm estado votadas as taxas de juro de curto e médio longo prazo, estáveis em mínimos históricos, em sequência da grave e prolongada crise económico-financeira que atravessamos, não têm sido realizadas novas operações de cobertura deste risco, estando o Grupo, contudo, atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a inevitável retoma das Economias nos anos que se avizinharam.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem por objectivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo Mota-Engil a risco cambial resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, nomeadamente Angola e Europa Central, em que a actividade representa uma parcela cada vez mais importante do volume de negócios, mas também, desde 2009, da presença na América Central e do Sul, em especial nos mercados Mexicano e Brasileiro, que trazem novos desafios, com a exposição a novas moedas e novas realidades económico-financeiras.

Em termos de gestão de risco cambial, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transacções cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e data de realização.

Risco de Liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objectivo garantir que existem fundos disponíveis a cada momento no Grupo e nas suas participadas, suficientes para que estas possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que o Grupo dispõe dos meios financeiros (saldos e fluxos financeiros de entrada) necessários para solver compromissos (fluxos financeiros de saída) no momento em que estes se tornam exigíveis.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao Grupo numa óptica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afectam todos os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro, por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a optimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do Grupo;

- Financiamento dos investimentos no MLP, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projecto ou empresa;
- Início do processo de negociação do refinanciamento de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com 6 meses de antecedência sobre a respectiva maturidade;
- Manutenção de uma estrutura de dívida nas empresas, com níveis de financiamento no médio e longo prazo situados entre os 60% a 70%, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a factores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns activos de longo prazo detidos pelo Grupo;
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objectivo de:
 - Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o Grupo desenvolve actividade;
 - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas.

A gestão eficaz do risco de liquidez está intimamente relacionada com a adequada gestão dos restantes riscos financeiros, que contribuem complementarmente para a prossecução deste objectivo, assegurando a realização dos fluxos de caixa nos momentos e nos montantes previstos.

Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objectivo garantir que as participadas do Grupo promovem a efectiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal das suas diversas actividades, merecendo especial atenção nas actividades de prestação de serviços e/ou vendas a retalho.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente antes da exposição ao risco pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito, que permitem fundamentar a decisão de concessão de crédito. Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida pela organização a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de seguradoras credíveis do mercado.

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não susceptíveis de afectar a saúde financeira das participadas do Grupo.

6. Gestão do capital humano do Grupo

Mantendo o alinhamento com o plano estratégico Ambição 2013, as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Gestão do Capital Humano do Grupo, mantiveram a focalização nas sete prioridades estratégicas de Recursos Humanos definidas:

1. Identificar e gerir o talento no Grupo;
2. Desenvolver o perfil de gestor do Grupo;
3. Desenvolver competências que acrescentem valor ao Negócio;
4. Promover a mobilidade e a rotação de quadros;
5. Fomentar o recrutamento e o desenvolvimento de quadros internacionais;
6. Alinhar a política de retribuição com a gestão de performance;
7. Reforçar a Cultura e conhecimento do Grupo.

Neste sentido, o ano de 2010 caracterizou-se pela consolidação das Políticas e Modelos Corporativos de Recursos Humanos, bem como pelo lançamento de Projectos e Programas Corporativos, nas diferentes áreas de negócio e mercados em que o Grupo tem actualmente presença.

6.1 Políticas e Modelos Corporativos de Recursos Humanos

Tendo por missão assegurar uma filosofia e arquitectura comuns à diversidade dos negócios e geografias existentes no Grupo e, simultaneamente, garantir a adequação às diversas realidades/necessidades que caracterizam as diferentes empresas do universo Mota-Engil, as Políticas e Modelos Corporativos de RH serão gradualmente implementados no Grupo.



Neste domínio, o ano de 2010, contribuiu de modo positivo para a consolidação da missão designada por “One – HR Corporate Standards”, através da implementação, em várias empresas do Grupo, das Políticas e Modelos Corporativos aprovados:



O Modelo Corporativo de Funções e Competências é uma ferramenta central na gestão de Pessoas, que tem como finalidade a criação de uma estrutura comum, capaz de promover um alinhamento organizacional entre as diferentes Unidades de Negócio/Mercados, bem como a criação de bases para o desenvolvimento futuro de outros processos de gestão de recursos humanos.

O Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho pretende apoiar o desenvolvimento, a gestão e o reconhecimento do desempenho dos Colaboradores, com vista a promover o compromisso dos colaboradores com os Valores e Estratégia da Mota-Engil e, simultaneamente, reforçar uma Cultura de Grupo.



A Política Retributiva que tem como missão promover uma Cultura de Grupo e recompensar o desempenho individual e de equipa, assegurando um nível de equidade, capacidade de captação, mobilização e retenção dos talentos necessários à gestão do negócio.



A Política de Mobilidade Internacional visa suportar a criação e desenvolvimento de um negócio global, assente num conjunto de processos e instrumentos que promovam uma adequada gestão dos quadros em mobilidade no Grupo, com vista à consecução dos objectivos e implementação da estratégia do Grupo Mota-Engil.

A implementação de *HR Corporate Standards* no Grupo Mota-Engil, dotando as diferentes empresas/mercados de instrumentos de gestão de pessoas adequados à prossecução dos objectivos estratégicos, reflecte a concretização de um plano de implementação de médio/longo prazo, cujos resultados se consolidarão progressivamente até ao ano de 2013.



6.2 Programas e Projectos Corporativos de Recursos Humanos

O ano de 2010 apostou também na implementação de Programas e Projectos Corporativos, especificamente desenvolvidos para promover a concretização das sete prioridades estratégicas de RH.



Tendo como missão identificar o Talento no Grupo com vista à criação de contextos que capitalizem o desenvolvimento do potencial dos Colaboradores, foi concretizada a segunda edição do Projecto MAP na Mota-Engil.

Reforçando o seu carácter corporativo, a edição de 2010 deste Projecto envolveu 248 colaboradores de 21 empresas distintas, tendo sido envolvidos mais de 35% de

Participantes provenientes dos quatro mercados externos onde o Grupo Mota-Engil possui presença. Um número significativo destes colaboradores são quadros locais, o que resultou numa verdadeira internacionalização do Projecto, que decorreu integralmente num formato bilingue e em diferentes pólos geográficos.

Como benefícios imediatos desta segunda edição do MAP é possível identificar:

- Clarificação do potencial de desenvolvimento dos colaboradores ao nível das competências consideradas críticas para o Negócio;
- Identificação sustentada das competências que deverão ser capitalizadas, assim como, das áreas que carecem de desenvolvimento, direcionando o investimento para iniciativas de desenvolvimento;
- Recolha de informação qualitativa acerca do perfil dos colaboradores abrangidos no projecto, nomeadamente as expectativas de evolução de carreira;
- Reforço do conhecimento do Grupo, alinhando os colaboradores com os comportamentos valorizados pelo Grupo Mota-Engil.

No médio prazo, o Projecto MAP permitirá apostar num desenvolvimento direcionado do perfil de gestor do Grupo e, simultaneamente, capitalizar o potencial de desenvolvimento dos seus colaboradores.



Com a importante missão de contribuir para o rejuvenescimento do Grupo, o Programa Corporativo de Acolhimento de *Trainees* - *start@ME* pretende dotar a Mota-Engil de jovens de elevado potencial, com espírito de liderança e motivação para abraçar desafios.

Para a concretização desta missão, o Programa tem por objectivo atrair os melhores recursos recém-licenciados em diversas áreas de formação e integrá-los no Grupo, alinhando-os com a

Cultura e Valores Mota-Engil.

O ano de 2010 foi particularmente relevante para este Programa Corporativo, na medida em que permitiu concluir a primeira edição, colocando em prática o modelo de avaliação previsto e identificando de um modo sustentado os jovens quadros com potencial para permanecer no Grupo, e, simultaneamente dar início à segunda edição do Programa, que se iniciou em Outubro de 2010.

Para o ano de 2011, o Grupo Mota-Engil irá dar seguimento ao plano de implementação de HR Corporate Standards nas diferentes Unidades de Negócio e Geografias, bem como ao desenvolvimento/monitorização de Programas e Projectos Corporativos que capitalizem o desenvolvimento das suas Pessoas, contribuindo para a concretização das sete prioridades estratégicas definidas para o Grupo Mota-Engil.



7. Actividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração

Durante o ano, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a directrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Sempre que necessário, mantiveram um contacto estreito com os directores corporativos e gestores de negócio.

8. Proposta de aplicação de resultados

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 104.429.791 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 5.221.489 euros e 55 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,67%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 75.998.375 euros.



9. Perspectivas para 2011

Não obstante a actual conjuntura macroeconómica internacional e nacional, marcada por inúmeras incertezas, o quadro de tendências traçado pelo Grupo Mota-Engil no seu Plano Ambição 2013 permanece válido.

O Grupo acredita que os negócios que opera, com propostas de valor únicas, focados no crescimento e na eficiência das operações, estão bem posicionados para continuar a resistir bem, se não mesmo a beneficiar, da envolvente económica adversa.

Nestas circunstâncias, e em linha com os seus objectivos estratégicos, a Mota-Engil prevê para o ano de 2011 o seguinte:

- Crescimento do Volume de Negócios Consolidado superior a 10%, suportado numa forte carteira de encomendas de construção;
- Área de Engenharia & Construção com crescimento superior a 10% no seu Volume de Negócios, com tendência de estabilização de margens;
- Crescimento do Volume de Negócios da área de Ambiente & Serviços superior a 10%, com tendência de estabilização de margens;
- Ascendi Group com contribuição para o Resultado do Grupo similar a 2010;
- Carteira de encomendas acima de 3 mil milhões de euros, suportada na actividade internacional.

Alerta-se para o facto de que estas perspectivas não correspondem a um compromisso quanto a performance futura do Grupo, mas tão somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à actividade das suas empresas em 2011. Assim sendo, a performance que poderá ser efectivamente alcançada em 2011 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, a Mota-Engil não se compromete a fazer actualizações ou correcções desta informação por alteração de qualquer factor endógeno ou exógeno que venha a alterar o desempenho do Grupo.

10. Factos relevantes após o termo do exercício

Em 2011, até à emissão do presente relatório, ocorreu o seguinte facto relevante, cujos detalhes se encontram adequadamente divulgados, a título de divulgação de informação privilegiada, nos sites da Mota-Engil e da CMVM:

- Mota-Engil informa adjudicação de obra na Polónia no valor de 158 milhões de euros

“A Mota-Engil informa a adjudicação de um contrato para a construção de uma secção de via rápida na Polónia, ao consórcio liderado pela sua participada Mota-Engil Central Europe (participação de 62%).

O projecto consiste na concepção e construção de uma secção da Via Rápida S17, entre Varsóvia e Lublin, com uma extensão de 24,5 Km. O prazo de execução é de 24 meses e o valor do projecto ascende a 624 milhões de Złotys (158 milhões de Euros).

A Mota-Engil mantém o crescimento das suas operações neste mercado, sendo que a sua carteira actual ascende a cerca de 500 milhões de euros.”

11. Nota final

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do Grupo Mota-Engil, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 14 de Março de 2011

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer)

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves
Vogal do Conselho de Administração

Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima
Vogal do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração



Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADO
2010

2.
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA





**Demonstração dos resultados consolidados separada
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009**

Notas	Ano			Trimestral		
	2010 Euro	2009 reexpresso Euro	2009 Euro	2010 Euro	2009 reexpresso Euro	2009 Euro
	(auditado)	(auditado)	(auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)
<i>Vendas e prestações de serviços</i>	<i>3 e 4</i>	<i>2.004.550.902</i>	<i>1.978.732.739</i>	<i>2.131.244.582</i>	<i>541.639.191</i>	<i>519.775.232</i>
<i>Outros proveitos</i>		<i>121.758.147</i>	<i>160.546.450</i>	<i>163.342.427</i>	<i>64.331.691</i>	<i>62.743.097</i>
<i>Custo das mercadorias e dos subcontratos</i>	<i>5</i>	<i>(1.175.693.906)</i>	<i>(1.246.714.071)</i>	<i>(1.280.421.840)</i>	<i>(352.984.489)</i>	<i>(334.081.483)</i>
<i>Resultado bruto</i>		<i>950.615.143</i>	<i>892.565.118</i>	<i>1.014.165.169</i>	<i>252.986.393</i>	<i>248.436.846</i>
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	<i>6</i>	<i>(340.420.025)</i>	<i>(359.541.473)</i>	<i>(382.780.384)</i>	<i>(88.649.243)</i>	<i>(107.802.901)</i>
<i>Custos com o pessoal</i>	<i>7</i>	<i>(358.586.804)</i>	<i>(314.001.411)</i>	<i>(326.166.059)</i>	<i>(93.855.274)</i>	<i>(82.850.844)</i>
<i>Outros proveitos / (custos) operacionais</i>	<i>8</i>	<i>(14.314.425)</i>	<i>(22.754.021)</i>	<i>(864.035)</i>	<i>(3.592.057)</i>	<i>(3.272.427)</i>
	<i>4</i>	<i>237.293.889</i>	<i>196.268.213</i>	<i>304.354.691</i>	<i>66.889.819</i>	<i>54.510.674</i>
<i>Amortizações</i>	<i>4, 9, 17, 18 e 19</i>	<i>(86.379.789)</i>	<i>(77.369.800)</i>	<i>(125.785.864)</i>	<i>(21.641.704)</i>	<i>(19.217.403)</i>
<i>Provisões e perdas de imparidade</i>	<i>10</i>	<i>(19.168.089)</i>	<i>(6.404.923)</i>	<i>(6.210.612)</i>	<i>(16.799.804)</i>	<i>(5.522.091)</i>
<i>Resultado operacional</i>	<i>4</i>	<i>131.746.011</i>	<i>112.493.490</i>	<i>172.358.215</i>	<i>28.448.311</i>	<i>29.771.180</i>
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>	<i>4 e 11</i>	<i>79.324.988</i>	<i>58.981.318</i>	<i>65.721.450</i>	<i>28.776.858</i>	<i>22.043.552</i>
<i>Custos e perdas financeiras</i>	<i>4 e 11</i>	<i>(130.252.581)</i>	<i>(106.817.289)</i>	<i>(181.176.312)</i>	<i>(31.402.855)</i>	<i>(36.779.732)</i>
<i>Ganhos / (perdas) em empresas associadas</i>	<i>4 e 12</i>	<i>7.506.187</i>	<i>41.428.587</i>	<i>50.568.297</i>	<i>5.174.157</i>	<i>(1.823.167)</i>
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	<i>4 e 13</i>	<i>(18.967.917)</i>	<i>(23.526.827)</i>	<i>(27.559.489)</i>	<i>(117.634)</i>	<i>(6.287.342)</i>
<i>Resultado consolidado líquido do exercício</i>		<i>69.356.688</i>	<i>82.559.279</i>	<i>79.912.161</i>	<i>30.878.837</i>	<i>6.924.491</i>
						<i>4.747.701</i>
<i>Atribuível:</i>						
<i>a interesses que não controlam</i>	<i>4</i>	<i>32.406.014</i>	<i>9.946.801</i>	<i>8.174.069</i>	<i>24.670.125</i>	<i>2.252.282</i>
<i>ao Grupo</i>	<i>4</i>	<i>36.950.674</i>	<i>72.612.478</i>	<i>71.738.092</i>	<i>6.208.712</i>	<i>4.672.209</i>
						<i>3.797.823</i>
<i>Resultado por acção:</i>						
<i>básico</i>	<i>15</i>	<i>0,1908</i>	<i>0,3749</i>	<i>0,3704</i>	<i>14,9817</i>	<i>0,0228</i>
<i>diluído</i>	<i>15</i>	<i>0,1908</i>	<i>0,3749</i>	<i>0,3704</i>	<i>14,9817</i>	<i>0,0228</i>
						<i>0,0183</i>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas



**Demonstração dos resultados consolidados integral
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009**

	Ano		4º Trimestre		
	2010 Euro	2009 reexpresso Euro	2009 Euro	2010 Euro	2009 reexpresso Euro
				(não auditado)	(não auditado)
Resultado consolidado líquido do exercício	69.356.688	82.559.279	79.912.161	30.878.837	6.924.491
Outros rendimentos Integrais					
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	825.549	(8.144.212)	(8.144.211)	1.247.207	(11.323.937)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	1.684.353	(4.645.256)	(6.911.784)	4.233.169	8.929.395
Variação, líquida de impostos, no justo valor dos activos minerais	6.632.284	386.516	386.516	6.632.284	386.516
Reclassificação de outro rendimento integral (redução de interesses em empreendimentos conjuntos)	(17.394.209)	-	-	-	-
Outro rendimento integral de investimentos financeiros em equivalência patrimonial	(22.912.864)	2.166.213	2.166.210	(14.610.040)	2.543.719
Total do rendimento consolidado Integral	38.191.801	72.322.540	67.408.892	28.381.458	7.460.184
Atribuível:					
a interesses que não controlam	31.463.649	7.011.189	5.238.457	30.290.537	3.925.207
ao Grupo	6.728.152	65.311.351	62.170.435	(1.909.080)	3.534.977
					864.389

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 Euro	2009 reexpresso Euro	2009 Euro
Activo				
<i>Não corrente</i>				
Goodwill	16	135.309.629	133.010.980	166.173.280
Activos intangíveis	17	264.980.820	239.196.453	103.515.556
Activos concessionados	18	-	-	1.359.426.080
Activos tangíveis	19	569.058.903	577.498.566	558.985.747
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	20	336.920.636	325.660.378	330.232.487
Investimentos financeiros disponíveis para venda	21	20.678.852	9.670.554	52.709.067
Propriedades de investimento	22	88.614.797	30.652.729	30.837.291
Clientes e outros devedores	24	80.680.939	60.002.508	89.938.103
Activos por impostos diferidos	13	47.869.265	40.754.066	50.338.968
		1.544.113.841	1.416.446.234	2.742.156.579
Activos não correntes detidos para venda	39	67.807.496	29.043.672	29.043.672
<i>Corrente</i>				
Inventários	23	203.023.766	233.084.664	249.924.349
Clientes	24	1.008.220.486	806.728.613	838.114.736
Outros devedores	24	303.982.065	189.163.819	195.850.259
Outros activos correntes	24	127.927.830	101.215.748	313.725.464
Instrumentos financeiros derivados	27	464.598	-	-
Caixa e seus equivalentes sem recurso	24	8.636.101	18.717.241	120.440.729
Caixa e seus equivalentes com recurso	24	191.990.001	109.497.429	124.875.090
		1.844.244.847	1.458.407.514	1.842.930.627
Total do Activo	4	3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878
Passivo				
<i>Não corrente</i>				
Endividamento sem recurso	26	112.974.953	91.592.684	1.091.580.057
Endividamento com recurso	26	584.034.666	468.569.668	742.741.654
Fornecedores e Credores diversos	28	231.298.170	227.021.318	299.466.970
Provisões	29	71.774.463	56.643.475	29.567.835
Outros passivos não correntes	30	16.929.087	3.909.554	55.181.435
Passivos por impostos diferidos	13	32.482.904	31.086.236	33.552.856
		1.049.494.243	878.822.935	2.252.090.807
<i>Corrente</i>				
Endividamento sem recurso	26	3.413.463	3.099.065	135.773.353
Endividamento com recurso	26	514.952.264	549.346.996	563.291.966
Fornecedores	28	482.169.565	451.358.905	464.271.291
Instrumentos financeiros derivados	27	13.684.750	13.888.963	16.434.046
Credores diversos	28	441.011.161	353.970.785	409.778.150
Outros passivos correntes	30	470.710.839	260.599.033	396.399.973
		1.925.942.042	1.632.263.747	1.985.948.779
Total do Passivo	4	2.975.436.285	2.511.086.682	4.238.039.586
Capital Próprio				
Capital	25	204.635.695	204.635.695	204.635.695
Reservas	25	170.120.973	65.360.941	51.955.904
Resultado consolidado líquido do exercício		36.950.674	72.612.478	71.738.092
Capital próprio atribuível ao Grupo		411.707.342	342.609.114	328.329.691
Interesses que não controlam		69.022.557	50.201.624	47.761.601
Total do Capital próprio		480.729.899	392.810.738	376.091.292
Total do Capital próprio e Passivo		3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

**Demonstração das
exercícios findos em 31 de**

	Capital	Acções próprias	Prémio de emissão	Reservas de justo valor		
				Invest. disponíveis para venda	Terrenos de activos minerais	Derivados
Sal do em 1 de Janeiro de 2009	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
<i>Total do rendimento integral consolidado do exercício</i>	-	-	-	-	386.516	(4.026.840)
<i>Distribuição de dividendos</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outras distribuições de resultados</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de acções próprias</i>	-	(859.710)	-	-	-	-
<i>Transferências para outras reservas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Alterações no perímetro de consolidação</i>	-	-	-	-	-	-
Sal do em 31 de Dezembro de 2009	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(10.627.661)
Sal do em 1 de Janeiro de 2009	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
<i>IFRIC 12 e IFRIC 15</i>						
Sal do em 1 de Janeiro de 2009 reexpresso	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
Sal do em 1 de Janeiro de 2009 (reexpresso)	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
<i>Total do rendimento integral consolidado do exercício</i>	-	-	-	-	386.516	(1.760.313)
<i>Distribuição de dividendos</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outras distribuições de resultados</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de acções próprias</i>	-	(859.710)	-	-	-	-
<i>Transferências para outras reservas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Alterações no perímetro de consolidação</i>	-	-	-	-	-	-
Sal do em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(8.361.134)
Sal do em 1 de Janeiro de 2010 reexpresso	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(8.361.134)
<i>Total do rendimento integral consolidado do exercício</i>	-	-	-	(17.884.232)	6.632.284	2.833.678
<i>Distribuição de dividendos</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outras distribuições de resultados</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de acções próprias</i>	-	(67.728)	-	-	-	-
<i>Transferências para outras reservas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Alteração no interesse de subsidiárias (ME-Angola e outros)</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Alterações no perímetro de consolidação</i>	-	-	-	-	-	-
Sal do em 31 de Dezembro de 2010	204.635.695	(22.626.520)	87.256.034	27.702.096	4.791.226	(5.527.456)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

alterações no capital próprio para os Dezembro de 2010 e 2009

Reserva de conversão cambial	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível a accionistas	Capital próprio atribuível a int. que não controlam	Total do capital próprio
(23.169.923)	(25.324.182)	30.565.438	289.021.913	52.295.170	341.317.083
(8.093.543)	2.166.210	71.738.092	62.170.435	5.238.457	67.408.892
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(7.437.879)	(28.740.826)
-	(700.000)	-	(700.000)	-	(700.000)
-	-	-	(859.710)	-	(859.710)
-	30.565.438	(30.565.438)	-	-	-
-	-	-	-	(2.334.147)	(2.334.147)
(31.263.466)	(14.595.481)	71.738.092	328.329.691	47.761.601	376.091.292
(23.169.923)	(25.324.182)	30.565.438	289.021.913	52.295.170	341.317.083
	11.138.507		11.138.507	1.836.981	12.975.488
(23.169.923)	(14.185.675)	30.565.438	300.160.420	54.132.151	354.292.571
(23.169.923)	(14.185.675)	30.565.438	300.160.420	54.132.151	354.292.571
(8.093.543)	2.166.213	72.612.478	65.311.351	7.011.189	72.322.540
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(7.437.879)	(28.740.826)
-	(700.000)	-	(700.000)	-	(700.000)
-	-	-	(859.710)	-	(859.710)
-	30.565.438	(30.565.438)	-	-	-
-	-	-	-	(3.503.837)	(3.503.837)
(31.263.466)	(3.456.971)	72.612.478	342.609.114	50.201.624	392.810.738
(31.263.466)	(3.456.971)	72.612.478	342.609.114	50.201.624	392.810.738
277.722	(22.081.975)	36.950.674	6.728.152	31.463.649	38.191.801
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(10.263.362)	(31.566.309)
-	(837.163)	-	(837.163)	(87.628)	(924.791)
-	72.612.478	(72.612.478)	(67.728)	-	(67.728)
-	83.655.930	-	83.655.930	(3.029.893)	80.626.037
-	921.986	-	921.986	738.166	1.660.152
(30.985.744)	109.511.336	36.950.674	411.707.342	69.022.557	480.729.899

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 Euro	2009 reexpresso Euro	2009 Euro
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		2.010.583.485	1.718.651.861	1.974.367.308
Pagamentos a fornecedores		(1.482.038.133)	(1.186.500.419)	(1.216.799.169)
Pagamentos ao pessoal		(326.646.590)	(292.455.236)	(297.201.082)
Fluxos gerados pelas operações		201.898.762	239.696.206	460.367.057
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(24.795.034)	(23.785.879)	(33.947.672)
Outros recebimentos/pagamentos de actividades operacionais		31.496.212	(58.957.057)	(75.335.659)
Fluxos das actividades operacionais (1)		208.599.940	156.953.270	351.083.726
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	38	2.021.692	11.319.695	11.319.695
Activos tangíveis		16.087.390	4.990.412	11.668.266
Juros e proveitos similares		18.852.211	17.061.862	-
Dividendos de empresas não consolidadas		7.752.202	367.147	4.860.675
		44.713.495	33.739.116	27.848.636
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	38	(33.443.172)	(16.246.877)	(142.445.447)
Activos intangíveis		(2.278.766)	(963.653)	(963.653)
Activos tangíveis		(142.542.166)	(314.400.479)	(408.648.239)
		(178.264.104)	(331.611.009)	(552.057.339)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(133.550.609)	(297.871.893)	(524.208.703)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos		2.340.839.421	1.943.933.743	2.165.200.779
		2.340.839.421	1.943.933.743	2.165.200.779
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos		(2.238.072.488)	(1.696.360.518)	(1.775.497.031)
Amortizações de contratos de locação financeira		(26.867.605)	(18.131.869)	(18.131.869)
Juros e custos similares		(60.962.160)	(39.145.155)	(117.778.038)
Dividendos		(21.302.947)	(21.302.947)	(21.302.947)
Aquisição de acções próprias		(67.728)	(859.707)	(859.709)
		(2.347.272.928)	(1.775.800.196)	(1.933.569.594)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(6.433.507)	168.133.547	231.631.185
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		68.615.824	27.214.924	58.506.208
Variações decorrentes de alterações de perímetro		392.215	6.278.254	6.278.254
Efeito das diferenças de câmbio		3.403.393	1.061.814	1.061.814
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28	128.214.670	93.659.678	179.469.543
Caixa e seus equivalentes no fim do período	28	200.626.102	128.214.670	245.315.819

Para ser lido em conjunto com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

0. Nota Introdutória

A Mota-Engil, SGPS, SA, com sede no Edifício Mota, Rua do Rêgo Lameiro, nº38 4300-454 Porto, (Mota-Engil SGPS ou Empresa), e empresas participadas (Grupo), têm como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

A descrição mais detalhada das actividades do Grupo é fornecida na Nota 4. Segmentos de negócio deste anexo.

Todos os montantes apresentados nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Políticas Contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mota-Engil foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standards Interpretation Committee (SIC) tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

Para o Grupo, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

1 de Janeiro de 2005 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo Grupo dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

À data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, encontram-se emitidas pelo IASB e pelo IFRIC as seguinte normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2010:

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação	Adoptada pela UE
Emendas			
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (Classificação das emissões de direitos)	08/10/2009	01/02/2010	Sim
IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, relativas aos itens elegíveis para cobertura	31/07/2008	01/07/2009	Sim
IFRS 1 - Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez	28/01/2010	01/07/2010	Sim
IFRS 1 - Isenções adicionais para os adoptantes pela primeira vez	23/07/2009	01/01/2010	Sim
IFRS 2 - Pagamento com base em acções	18/06/2009	01/01/2010	Sim
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações	23/07/2009	01/01/2010	Sim
IFRS 8 - Segmentos operacionais	04/11/2009	01/01/2010	Sim
IFRIC 14 - Prê-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	26/11/2009	01/01/2011	Sim
Novas Normas/Interpretações			
IFRS 9 - Activos Financeiros - Classificação e mensuração	12/11/2009	01/01/2013	Não
IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços	30/11/2006	29/03/2009	Sim

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação (1)	Adoptada pela UE
IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis	03/07/2008	01/01/2010	Sim
IFRIC 16 – Cobertura de investimentos em moeda estrangeira	03/07/2008	01/07/2009	Sim
IFRIC 17 – Distribuição de activos não monetários a accionistas	27/11/2008	01/11/2009	Sim
IFRIC 18 – Transferência de activos por clientes	29/01/2009	01/11/2009	Sim
IFRIC 19 – Extinguir passivos financeiros através de instrumentos de Capital Próprio	25/11/2009	01/07/2010	Sim
Revisões			
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas	04/11/2009	01/01/2011	Sim
IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas	10/01/2008	01/07/2009	Sim
IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	27/11/2008	01/01/2010	Sim
IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais	10/01/2008	01/07/2009	Sim
Melhoramentos			
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007-2009	16/04/2009	01/01/2010	Sim

(1) Exercícios iniciados em ou após a data referida.

Em 31 de Dezembro de 2010, com excepção das normas de aplicação obrigatória em 2010, o Grupo não se encontra a aplicar qualquer das normas acima referidas, sendo que a aplicação das mesmas não produzirá, segundo o Conselho de Administração, efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas no período da sua primeira aplicação.

Os impactos mais significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mota-Engil em 31 de Dezembro de 2010 decorrentes da adopção das normas de aplicação obrigatória em 2010 encontram-se resumidos abaixo:

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

A aplicação desta interpretação veio introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas que estavam em vigor, cujo impacto nas demonstrações financeiras das empresas concessionárias do Grupo ocorreram maioritariamente:

- (i) na reclassificação para a rubrica de activos intangíveis de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do Grupo possuíam e possuem um direito de exploração dos mesmos e em que as mesmas assumem o risco de procura da operação (modelo intangível);
- (ii) na reclassificação para rubricas de contas a receber de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do Grupo possuíam e possuem um direito incondicional a receber valores pré-determinados e em que as mesmas não assumem o risco de procura da operação (modelo financeiro); e
- (iii) no reconhecimento em resultados financeiros da maioria dos proveitos inerentes aos activos classificados como contas a receber, os quais até à data de aplicação obrigatória desta Interpretação eram registados maioritariamente em rubricas de proveitos operacionais.

Devido à aplicação desta norma, o Grupo Mota-Engil procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos, proveitos e custos. Desta forma, as rubricas das demonstrações financeiras foram apresentadas com os comparativos reexpressos com a incorporação de tais efeitos.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta Interpretação veio abordar a forma sobre como se deve avaliar se um acordo de construção de um imóvel se encontra no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Réido e como o correspondente réido associado a tais operações deve ser reconhecido. A aplicação desta Interpretação veio introduzir algumas alterações no reconhecimento dos resultados associados aos empreendimentos imobiliários construídos e promovidos pelo Grupo. Devido à aplicação desta norma, o Grupo Mota-Engil procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos, custos e proveitos.

Adicionalmente, em 2010, de forma a transmitir uma imagem mais fiel e apropriada da posição financeira do Grupo Mota-Engil, bem como dos resultados das suas operações, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial) pelas razões abaixo enumeradas:

- O IASB (“International Accounting Standard Board”), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, publicou a este propósito em Setembro de 2007 o “Exposure Draft” n.º 9 (ED9) no qual era proposto a eliminação do método de consolidação proporcional no registo de empreendimentos conjuntamente controlados, na medida em que nestas situações as entidades participantes não dispunham individualmente do controlo efectivo da sua quota-partes dos activos ou não eram responsáveis pela quota-partes dos respectivos passivos. Desta forma, tal ED9 recomendava a adopção do método da equivalência patrimonial em substituição do método de consolidação proporcional.
- Adicionalmente, dado que o Grupo Mota-Engil partilha os fundamentos explicitados em tal “Exposure Draft”, o qual é convergente igualmente com o normativo contabilístico americano, e dado que o método da equivalência patrimonial era um tratamento alternativo já permitido pela IAS 31, o mesmo decidiu alterar a forma de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, tendo, para tal, efectuado a respectiva reexpressão das suas demonstrações financeiras consolidadas de períodos anteriores de acordo com as disposições previstas na IAS 8.

As empresas conjuntamente controladas, cujos interesses financeiros detidos pelo Grupo Mota-Engil estão a ser contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial, encontram-se referidas na Nota 20.

Os principais impactos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2009 resultantes da adopção da IFRIC 12, da IFRIC 15 e da alteração do método da consolidação das empresas conjuntamente controladas pode ser resumido como segue:

Balanço	2009 Euro	IFRIC 12	IFRIC 15	Alteração do método de consolidação	2009 reexpresso Euro
Activo					
Não corrente	2.771.200.251	54.418.401	(648.617)	(1.379.480.129)	1.445.489.906
Corrente	1.842.930.627	(3.646.233)	(2.282.068)	(378.594.812)	1.458.407.514
Total do Activo	4.614.130.878	50.772.168	(2.930.685)	(1.758.074.941)	2.903.897.420
Passivo					
Não corrente	2.252.209.080	29.949.456	-	(1.403.217.328)	878.822.935
Corrente	1.985.948.779	1.256.373	-	(354.941.405)	1.632.263.747
Total do Passivo	4.238.039.586	31.205.829	-	(1.758.158.733)	2.511.086.682
Capital Próprio					
Capital próprio atribuível ao GRUPO	328.329.691	17.210.108	(2.930.685)	-	342.609.114
Total do Capital próprio	376.091.292	19.566.339	(2.930.685)	83.792	392.810.738
Total do Capital próprio e Passivo	4.614.130.878	50.772.168	(2.930.685)	(1.758.074.941)	2.903.897.420

Demonstração dos resultados	2009 Euro	IFRIC 12	IFRIC 15	Alteração do método de consolidação	2009 reexpresso Euro
Vendas e prestações de serviços	2.131.244.582	(729.842)	(11.332.995)	(140.449.006)	1.978.732.739
Resul tado bruto	1.014.165.169	(640.137)	(2.282.068)	(118.677.846)	892.565.118
Fornecimentos e serv. externos, custos com o pessoal e outros proveitos / (custos) oper.	(709.810.478)	142.706	-	13.370.867	(696.296.905)
Amortizações, provisões e perdas de imparidade	(131.996.476)	2.769.496	-	45.452.257	(83.774.723)
Resultado operacional	172.358.215	2.272.065	(2.282.068)	(59.854.722)	112.493.490
Resultado financeiro	(115.454.862)	(1.105.495)	-	68.724.386	(47.835.971)
Resul tado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam ao GRUPO	8.174.069	519.257	-	1.253.475	9.946.801
	71.738.092	3.805.071	(2.930.685)	-	72.612.478

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, como resultado da alteração do método de consolidação das empresas conjuntamente controladas (do método proporcional para o método da equivalência patrimonial) deixaram de ser consolidadas nas demonstrações financeiras anexas, aproximadamente 2 mil milhões de euros de activos e passivos, bem como, aproximadamente duzentos milhões de euros de proveitos e custos.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euro por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas em Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados, os quais estão descritos na alínea xxvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Bases de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido dessas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada (na rubrica de capitais próprios) e na demonstração dos resultados consolidados (incluída nos resultados líquidos consolidados), respectivamente, nas subrubricas de interesses minoritários.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua tomada de controlo ou até à data da sua venda (cedência de controlo).

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico (SPE), ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam entidades nesta situação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da associada - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica investimentos financeiros em equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva ("Goodwill"), sendo adicionada ao valor do investimento financeiro, ou, no caso de défice e de este se manter após reconfirmação do processo de valorização do justo valor, na demonstração de resultados do exercício.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, estas são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesses casos uma provisão, para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

c) Empreendimentos conjuntamente controlados

A partir 1 de Janeiro de 2010, os interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas foram consolidadas nas demonstrações financeiras anexas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Adicionalmente, os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's), que se dedicam maioritariamente à actividade de construção foram considerados nas demonstrações financeiras anexas pelo método da consolidação proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas controladas conjuntamente é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efectiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre entidades conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

1.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo nos períodos apresentados são os seguintes:

i) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do Grupo (subsidiárias), acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas associadas e empresas controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica “Investimentos Financeiros em Equivalência Patrimonial” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados.

Adicionalmente, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reserva de conversão cambial”.

As diferenças de consolidação positivas geradas antes da data de transição para IFRS mantêm-se registadas pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de testes de imparidade naquela data. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista no IFRS1 – Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a Mota-Engil SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de Alteração de Taxas de Câmbio às diferenças de consolidação positivas geradas antes de 1 de Janeiro de 2004, pelo que, a partir dessa data, passou a mesurar tais diferenças de consolidação na moeda de reporte das suas participadas pelo valor equivalente de Euro naquela data.

O Grupo, numa base de transacção a transacção (para cada concentração de actividades empresariais), optará por mensurar qualquer interesse que não controla na adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional do interesse que não controla dos activos líquidos identificáveis da adquirida. Até 1 de Janeiro de 2010, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica de “Goodwill” ou em resultados.

No momento em que uma transacção de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os activos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de Janeiro de 2004, o “Goodwill” era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações” do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”, o Grupo suspendeu a amortização do “Goodwill”, sujeitando o mesmo a testes de imparidade.

Anualmente e com referência à data de encerramento de contas, a Mota-Engil SGPS procede à realização de testes formais de imparidade às mesmas. Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação positiva seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance de partes de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo, se possa medir razoavelmente o seu valor e se o Grupo possuir o controlo sobre os mesmos.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente pelos direitos de exploração de concessões (decorrentes da adopção da IFRIC 12 e dos processos de imputação de justo valor aos activos adquiridos em processos de concentrações empresariais), as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o período de vigência das mesmas, e por software, o qual é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis anos.

As despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas, enquanto as despesas de constituição e com aumentos de capital são deduzidas ao capital próprio.

ii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o Grupo, por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. Por razões de funcionamento dos respectivos mercados, o Grupo optou por não aplicar esta política aos imóveis detidos em países africanos, em alguns países da Europa Central e no Peru, registando os mesmos pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos imóveis para uso próprio são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo tangível que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, actualmente variando entre 20 e 50 anos, enquanto os terrenos não são deprecáveis.

Os imóveis em construção por parte do Grupo, nomeadamente em Angola, são registados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais consumidos, os custos com o pessoal incorridos e outros custos, sendo aquele inferior ao respectivo valor estimado de realização.

iv) Terrenos afectos à exploração de pedreiras

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras, bem como alguns custos relacionados (despesas suportadas com o

licenciamento e arranque das pedreiras e os custos a incorrer com a recuperação paisagística das mesmas) são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o Grupo, por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. As avaliações são efectuadas periodicamente, por técnicos externos especializados, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor da respectiva pedreira. A depreciação de tais activos é efectuada de acordo com o nível de inverte extraído anualmente considerando o valor residual da pedreira no final da extracção.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos terrenos afectos à exploração de pedreiras são registados por contrapartida de capital próprio. Quando a pedreira que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeita a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício.

v) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registados ao seu custo considerado (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os outros activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os activos subjacentes se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do Grupo, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo Grupo, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:

Equipamento básico (excluindo o afecto a concessões)	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6

Outros activos tangíveis	3 a 10
--------------------------	--------

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos tangíveis incorridas pelo Grupo são adicionadas aos respectivos activos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As depreciações e amortizações dos activos tangíveis e intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica

“Amortizações”, na demonstração de resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos activos tangíveis são efectuadas de forma prospectiva.

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os activos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas alíneas iii) e v) acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos tangíveis são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido (nomeadamente terrenos detidos na Europa Central para um futuro uso corrente indeterminado) e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado pela avaliação anual efectuada por entidades especializadas independentes ou de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento. Por razões de funcionamento do mercado angolano, o Grupo optou por não aplicar esta política às propriedades de investimento detidas nesse país, registando as mesmas pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. No final do exercício de 2010, o Grupo já não detinha propriedades de investimento em Angola.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados do exercício a que se referem.

viii) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

ix) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através dos resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Investimentos detidos até ao vencimento” e “Investimentos disponíveis para venda”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reappreciada numa base semestral.

- Investimentos registados ao justo valor através dos resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “activos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se adquirido com o propósito de ser vendido no curto-prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço;

- Empréstimos e contas a receber: empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida. Os “empréstimos e contas a receber” são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece na demonstração da posição financeira, incluída nas rubricas de “Clientes” e “Outros devedores”;

- Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os “investimentos registados a justo valor através dos resultados” são classificados como investimentos correntes. Os “investimentos disponíveis para venda” são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de “Reservas de justo valor – investimentos disponíveis para venda” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda de imparidade significativa ou permanente, momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração de resultados do exercício.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação, como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes activos, indícios objectivos de imparidade podem incluir:

- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo Grupo;
- probabilidade elevada de que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os activos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva inicial.

O valor contabilístico dos activos financeiros é reduzido directamente pelas perdas de imparidade detectadas, com excepção das contas a receber de clientes e outros devedores em que o Grupo constitui uma conta de “Perdas de imparidade acumuladas” específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta de “Perdas de imparidade acumuladas”. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anuladas das demonstrações financeiras são registados a crédito na demonstração de resultados do exercício. Alterações ocorridas nas “Perdas de imparidade acumuladas” são registadas na demonstração de resultados do exercício.

Com excepção dos “Investimentos disponíveis para venda”, se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objectivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, esse decréscimo é registado através da demonstração de resultados do exercício até ao limite da Perda de imparidade acumulada existente.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Todos os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, considerando sempre eventuais perdas por imparidade no caso de existirem provas objectivas das mesmas. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor desses investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os dividendos recebidos relativos a instrumentos de capital próprio classificados como “Investimentos disponíveis para Venda” são reconhecidos na demonstração de resultados no exercício em que o direito a receber os mesmos foi estabelecido.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de “Clientes” e as de “Outros devedores” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses

empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de activos apóis dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são semelhantes às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – derivados”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados.

A contabilização dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento financeiro derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – derivados” são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados que embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica não cumprem todas as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica “Outras reservas”.

h) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desprende activos financeiros das suas demonstrações financeiras unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos expiraram ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” à data de cada balanço, com excepção das operações de “factoring” sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo por contrapartida da rubrica “Credores diversos” até ao momento do recebimento das mesmas.

x) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

xi) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

xii) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes”.

xiii) Réido

O réido é registado pelo justo valor dos activos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

a) Reconhecimento de custos e proveitos em obras em curso

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente aos contratos de construção executados por empresas/sucursais localizadas em países Africanos, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada calculadas contrato a contrato e apresentadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”. O impacto da adopção desta política face à descrita no parágrafo acima não produz efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Variações nos trabalhos face à quantia de réido acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício

quando é provável que o cliente aprove a quantia de crédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no crédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração

Nestes contratos de prestação de serviços, o Grupo reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

c) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária

Os custos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os custos directos de construção, assim como todos os custos associados à elaboração de projectos e licenciamento das obras. Os custos imputáveis ao financiamento, à supervisão e à fiscalização do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o mesmo está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases, o mesmo é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

De acordo com a IFRIC 15, as vendas da actividade imobiliária são reconhecidas quando são transferidos substancialmente todos os riscos associados ao activo para o comprador (ou seja, no momento da celebração da escritura do imóvel).

xiv) Custos com a preparação de propostas

Os custos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho da proposta não ser controlável.

xv) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem despesas com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Tais despesas são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os activos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

xvi) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação

funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os activos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os custos e proveitos, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro à taxa média anual. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”. No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambial acumuladas são registadas na demonstração de resultados do exercício.

As diferenças cambiais associadas a contas receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida ou seja expectável de ocorrer (investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras) são registadas na demonstração consolidada do rendimento integral e transferidas para a demonstração de resultados do exercício quando tais contas a receber/pagar forem amortizadas/alienadas/liquidadas.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euro.

xvii) Impostos sobre o rendimento

A Mota-Engil é abrangida, desde Janeiro de 2010, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo.

O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

xviii) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou associados a projectos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização, o final de produção ou construção do activo, ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

xix) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

xx) Pensões

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos, atribuídos a alguns ex-funcionários e actuais funcionários do Grupo, são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

xxi) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos para financiar acções de formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração dos resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Os subsídios atribuídos para financiar investimentos em activos tangíveis são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xxii) Imparidade/ajustamento de activos que não “goodwill”

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e consequentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais.

Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

No caso dos inventários, quaisquer reduções para o seu valor realizável líquido são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

Para o “Goodwill” e para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada, essencialmente, com base nas últimas projecções financeiras existentes sobre tais activos.

xxiii) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os activos e passivos por impostos diferidos e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes (Nota 13. Imposto sobre o Rendimento e Nota 29. Provisões, respectivamente).

xxiv) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxvi) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente terrenos, edifícios e pedreiras;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação e aos activos intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afectos ao serviço da dívida.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

xxviii) Gestão dos capitais investidos

A gestão do capital no Grupo Mota-Engil é levada a cabo com o fundamental objectivo de garantir a continuidade das operações do Grupo, procurando maximizar a criação de valor para os seus accionistas, nomeadamente, através da adopção de uma estrutura de capitais empregues eficiente, por via da optimização no seu balanço do rácio entre capitais próprios e capitais alheios.

Assim, a estrutura de capitais do Grupo comprehende os capitais próprios atribuíveis aos accionistas, o endividamento com recurso, o endividamento sem recurso e ainda os montantes disponíveis em caixa e seus equivalentes.

Os capitais próprios atribuíveis aos accionistas comprehendem o capital social da Mota-Engil SGPS, totalmente subscrito e realizado, no montante de 204.635.695 Euro, representado por 204.635.695 acções ordinárias com o valor nominal de um Euro, admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários regulado da Euronext Lisbon. Compreendem também todas as reservas de capital acumuladas pelo Grupo, nomeadamente as legalmente impostas, as reservas constituídas de forma livre, reservas por reavaliações de activos, reservas por conversão cambial e outras reservas com origem na consolidação das sociedades do Grupo. Por fim, incluem ainda os resultados de anos anteriores não distribuídos aos accionistas.

O endividamento do Grupo tem, genericamente, duas origens diferentes: endividamento com recurso e endividamento sem recurso. Estas duas categorias distinguem-se pelo tipo de responsabilidade assumida pelo Grupo perante o cumprimento da obrigação de fazer face ao seu pagamento. Por um lado, enquanto a dívida com recurso assumida por uma qualquer sociedade do Grupo é exigível ao accionista desta, a dívida sem recurso, assumida exclusivamente no âmbito de negócios concessionados financiados em regime de “project finance”, é apenas exigível à sociedade que a contraiu, e, portanto, apenas os activos desta respondem pelo seu pagamento.

A estrutura de maturidade do endividamento é adequada às características dos activos que financia, privilegiando maturidades de longo prazo para fazer face, sobretudo, a investimentos de carácter de permanência no Grupo.

Os requisitos de capital impostos externamente ao Grupo podem ter origem legal, contratual ou de acesso a mercados.

O principal requisito legal de capital é colocado pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ao impor que o capital próprio de uma sociedade deve ser superior a metade do seu capital social. No Grupo Mota-Engil não existem casos de incumprimento continuado desta norma, uma vez que, nos casos em que pontualmente o seu

cumprimento possa ser posto em causa, são adoptadas as medidas que, aplicadas ao caso concreto, se mostrem as mais adequadas.

Os requisitos de capital impostos contratualmente estão sobretudo presentes em contratos de financiamento bancário. Assim, são por vezes definidos, em operações de financiamento de maior relevância, “covenants” associados a rácios que relacionam a estrutura de capitais e a rentabilidade operacional do Grupo. Estas cláusulas contratuais são definidas em resultado de negociações com as entidades financiadoras e em toda a história do Grupo não há nenhuma incidência de rompimento destes contratos com base no seu incumprimento.

Grande parte das actividades desenvolvidas pelo Grupo Mota-Engil decorrem em estreita relação com o sector público dos diversos países em que está presente. Seja na construção de obras públicas, seja na obtenção de licenças de construção, exploração e manutenção de infra-estruturas públicas, o Grupo enfrenta condições de acesso a esses mercados que são fortemente regulamentadas e fiscalizadas. Algumas das condições de acesso a estes mercados impõem comprovada capacidade e robustez financeira do concorrente, sem a qual ele se vê excluído deles. O Grupo Mota-Engil tem especial preocupação em cumprir os requisitos habitualmente impostos por esta via e, com efeito, tem sido capaz de fazer deste aspecto um dos seus pontos fortes face à sua principal concorrência, sendo esta uma vantagem competitiva que apresenta face a rivais em concurso em grandes projectos nacionais e internacionais.

xxix) Gestão dos riscos financeiros

A gestão que o Grupo efectua dos riscos financeiros em que incorre está exposta no ponto 5 do relatório de gestão, incluído neste Relatório e Contas.

2. Empresas incluídas na consolidação

Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas incluídas na consolidação e respectivos métodos de consolidação, sedes, percentagem efectiva de participação, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são tal como se apresenta no Apêndice A.

As principais alterações ocorridas no perímetro da consolidação durante o exercício de 2010 encontram-se referidas na Nota 36. Alterações de perímetro.

3. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009 reexpresso	2009
Vendas de mercadorias	41.051.593	58.407.245	70.199.023
Vendas de produtos	80.339.491	84.783.837	96.014.279
Prestações de serviços	1.883.159.818	1.835.541.657	1.965.031.280
	2.004.550.902	1.978.732.739	2.131.244.582

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se verificou nenhuma descontinuação significativa nas actividades do Grupo.

4. Segmentos de negócio

O Grupo serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte da informação por segmentos operacionais.

O Grupo está organizado em duas áreas de negócio principais – Engenharia e Construção e Ambiente e Serviços – as quais são coordenadas e apoiadas pela Mota-Engil SGPS e pela Mesp.

O segmento “Engenharia e Construção” inclui as actividades de construção, obras públicas e promoção imobiliária.

O segmento “Ambiente e Serviços” engloba, basicamente, as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as empresas de água e saneamento básico e as empresas de operação portuária.

Os valores relativos à Mota-Engil SGPS, à Mesp e às sociedades do Grupo da área do Turismo estão incluídos na linha “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual inclui também os montantes relativos aos fluxos e saldos entre os segmentos operacionais.

Em 2010, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos seus interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas, passando a consolidar os mesmos através do Método da Equivalência Patrimonial (em alternativa à consolidação proporcional). Esta alteração provocou um maior impacto nas empresas concessionárias de infra-estruturas de transportes, as quais se encontram dentro do âmbito do projecto Ascendi (parceria com o Grupo BES e, portanto, consideradas como empresas conjuntamente controladas). Nestas circunstâncias, e uma vez que os balanços e as demonstrações de resultados destas empresas deixaram de ser integrados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da consolidação proporcional, a área de Concessões de Transportes deixou de ser um segmento relatável.

A informação financeira por segmentos operacionais pode ser analisada como segue:

2010	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
<i>Vendas e prestações de serviços</i>	1.599.023.363	410.056.169	-	(4.528.630)	2.004.550.902
<i>EBITDA</i>	162.493.522	80.776.843	-	(5.976.476)	237.293.889
<i>Amortizações</i>	(54.664.597)	(29.784.034)	-	(1.931.158)	(86.379.789)
<i>Resultado operacional</i>	94.520.925	46.832.721	-	(9.607.635)	131.746.011
<i>Resultado financeiro líquido</i>	(18.744.732)	(23.563.524)	-	(8.619.337)	(50.927.593)
<i>Ganhos / (perdas) em empresas associadas</i>	(1.809.670)	(1.716.451)	-	11.032.308	7.506.187
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	(9.623.763)	(12.465.306)	-	3.121.152	(18.967.917)
<i>Resultado consolidado líquido atribuível:</i>					
<i>a interesses que não controlam</i>	21.604.079	9.166.568	-	1.635.367	32.406.014
<i>ao Grupo</i>	42.738.681	(79.129)	-	(5.708.878)	36.950.674

2009 reexpresso	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
<i>Vendas e prestações de serviços</i>	1.654.265.892	328.820.057	-	(4.353.210)	1.978.732.739
<i>EBITDA</i>	130.127.732	66.819.732	-	(679.251)	196.268.213
<i>Amortizações</i>	(50.996.542)	(24.299.013)	-	(2.074.245)	(77.369.800)
<i>Resultado operacional</i>	74.831.723	40.415.263	-	(2.753.496)	112.493.490
<i>Resultado financeiro líquido</i>	(21.191.706)	(18.677.325)	-	(7.966.940)	(47.835.971)
<i>Ganhos / (perdas) em empresas associadas</i>	6.615.829	(1.500.750)	-	36.313.508	41.428.587
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	(16.014.666)	(8.927.321)	-	1.415.160	(23.526.827)
<i>Resultado consolidado líquido atribuível:</i>					
<i>a interesses que não controlam</i>	367.786	8.835.166	-	743.849	9.946.801
<i>ao Grupo</i>	43.224.778	2.474.704	-	26.912.996	72.612.478

2009	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços	1.693.864.575	333.482.305	117.488.400	(13.590.698)	2.131.244.582
EBITDA	134.152.064	66.308.914	104.961.816	(1.068.103)	304.354.691
Amortizações	(52.465.085)	(27.594.361)	(43.651.934)	(2.074.484)	(125.785.864)
Resultado operacional	77.627.200	36.597.105	61.276.496	(3.142.586)	172.358.215
Resultado financeiro líquido	(22.152.456)	(18.145.345)	(67.189.468)	(7.967.593)	(115.454.862)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	7.343.241	492.660	2.209.195	40.523.200	50.568.297
Imposto sobre o rendimento	(16.294.735)	(8.510.051)	(4.237.732)	1.483.029	(27.559.489)
Resultado consolidado líquido atribuível: a interesses que não controlam ao Grupo	367.786	8.315.909	(1.135.218)	625.592	8.174.069
	46.155.463	2.118.462	(6.806.291)	30.270.458	71.738.092

Em 31 de Dezembro de 2010, as vendas e prestações de serviços efectuadas entre segmentos de negócio estão incluídas na linha “Outros, Eliminações e intragrupo” e são imateriais.

Os ganhos/(perdas) em empresas associadas no exercício de 2010 justificam-se, essencialmente, pelo efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido na Martifer, SGPS, SA e na Ascendi Group, SGPS, S.A..

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as vendas intragrupo foram efectuadas a preços semelhantes aos praticados para as vendas a clientes externos.

O activo líquido total e o passivo do Grupo por segmentos primários podem ser analisados como segue:

	Activo			Passivo		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Engenharia e Construção	2.251.434.226	1.832.161.271	1.875.362.462	1.855.489.748	1.546.588.209	1.589.789.400
Ambiente e Serviços	948.215.590	788.791.518	794.814.636	874.810.666	714.807.922	719.619.845
Concessões de transportes	-	-	1.799.250.437	-	-	1.738.154.900
Outros, eliminações e intragrupo	256.516.368	282.944.631	144.703.343	245.135.871	249.690.551	190.475.441
	3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878	2.975.436.285	2.511.086.682	4.238.039.586

O investimento e as amortizações do Grupo por segmentos primários são como segue:

	Investimento Líquido			Amortizações		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Engenharia e Construção	74.534.000	113.203.513	114.205.076	54.664.597	50.996.542	52.465.085
Ambiente e Serviços	83.342.573	84.376.125	86.973.011	29.784.034	24.299.013	27.594.361
Concessões de transportes	-	-	320.052.879	-	-	43.651.934
Outros, eliminações e intragrupo	3.177.427	884.057	(4.773.935)	1.931.158	2.074.245	2.074.484
	161.054.000	198.463.695	516.457.031	86.379.789	77.369.800	125.785.864

A actividade do Grupo está internacionalizada, marcando presença na Península Ibérica, na Europa Central (nomeadamente, na Polónia, Hungria, República Checa, Roménia e Eslováquia), em África (nomeadamente, em Angola, Moçambique, Malawi, Benim, Argélia, Cabo Verde e Chade), na América do Norte (EUA) e América do Sul (Peru, México e Venezuela). Assim, definem-se 3 grandes segmentos geográficos de actuação: Península Ibérica, Europa Central e África & América.

As vendas e prestações de serviços por segmentos geográficos podem ser analisadas como segue:

	Vendas e prestações de serviços		
	2010	2009 reexpresso	2009
Península Ibérica	1.030.392.529	1.383.897.028	1.522.004.078
Europa Central	241.305.923	291.279.181	294.281.626
Africa & América	750.403.673	551.090.688	569.495.408
Outros, eliminações e intragrupo	(17.551.223)	(247.534.158)	(254.536.530)
	2.004.550.902	1.978.732.739	2.131.244.582

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as vendas e prestações de serviços do Grupo foram efectuadas a um leque alargado de clientes, sendo que nenhum dos mesmos representa mais de 10% do volume de negócios total do Grupo.

Os activos detidos e os investimentos efectuados por segmentos geográficos podem ser analisados como segue:

	Activo			Investimento líquido		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Península Ibérica	2.465.855.192	2.573.393.579	4.428.208.861	126.127.665	225.824.255	399.879.602
Europa Central	364.106.855	310.945.652	323.068.657	14.045.426	47.078.504	47.078.504
Africa & América	1.140.209.925	613.943.438	733.399.327	20.880.720	20.069.396	95.454.289
Outros, eliminações e intragrupo	(514.005.788)	(594.385.249)	(870.545.967)	189	(94.508.460)	(25.955.364)
	3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878	161.054.000	198.463.695	516.457.031

5. Custo das mercadorias e dos subcontratos

O custo das mercadorias, das matérias consumidas e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisado como segue:

2010	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
<i>Inventário inicial</i>	52.628.190	50.069.303	102.697.493
<i>Variação de perímetro, transf. e regul.</i>	(26.029.305)	(596.238)	(26.625.543)
<i>Compras</i>	23.577.592	317.958.386	341.535.978
<i>Inventário final</i>	(38.286.426)	(47.947.573)	(86.233.999)
	11.890.051	319.483.878	331.373.929
<i>Subcontratos</i>			844.319.977
Custo das mercadorias e dos subcontratos			1.175.693.906

2009 reexpresso	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
<i>Inventário inicial</i>	56.640.111	64.240.582	120.880.693
<i>Variação de perímetro, transf. e regul.</i>	(146.548)	(3.750)	(150.298)
<i>Compras</i>	21.756.947	328.279.808	350.036.755
<i>Inventário final</i>	(52.628.190)	(50.069.303)	(102.697.493)
	25.622.320	342.447.337	368.069.657
<i>Subcontratos</i>			878.644.414
Custo das mercadorias e dos subcontratos			1.246.714.071

2009	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
<i>Inventário inicial</i>	56.640.111	64.240.582	120.880.693
<i>Variação de perímetro, transf. e regul.</i>	(146.548)	(3.750)	(150.298)
<i>Compras</i>	38.452.341	336.031.080	374.483.421
<i>Inventário final</i>	(54.081.697)	(52.524.857)	(106.606.554)
	40.864.207	347.743.055	388.607.262
<i>Subcontratos</i>			891.814.578
Custo das mercadorias e dos subcontratos			1.280.421.840

Em 31 de Dezembro de 2010, as transferências ocorridas na rubrica “Mercadorias” justificam-se pela transferência de inventários de um edifício destinado a arrendamento para a rubrica “Propriedades de Investimento” (ver Nota 22), para o qual, durante o exercício, o Grupo celebrou um contrato promessa de arrendamento com uma entidade terceira.

6. Fornecimento e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Rendas e alugueres</i>	110.075.410	118.445.176	123.540.738
Trabalhos especializados	51.294.119	63.215.492	69.160.849
Transportes, deslocações e estadias	40.907.708	47.118.930	48.811.225
Conservação e reparação	32.471.384	28.028.721	31.793.157
Combustíveis	18.571.860	15.896.847	16.338.260
Seguros	10.342.994	11.663.148	12.973.514
Comissões e honorários	7.641.397	10.261.968	11.497.525
Áqua e electricidade	8.008.271	8.688.197	9.376.614
Utensílios e material de escritório	10.705.961	7.731.673	8.016.145
Vigilância e segurança	8.014.909	7.244.444	7.425.955
Comunicações	6.388.499	5.108.121	5.467.707
Publicidade e propaganda	2.637.415	1.905.442	2.146.497
Outros fornecimentos e serviços	33.360.098	34.233.314	36.232.198
	340.420.025	359.541.473	382.780.384

Incluído na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes de Euro 11.260.887 e Euro 7.153.210, respectivamente, relativos a rendas de operações de leasing operacional.

As rendas de locação operacional vincendas são como seguem:

Ano de vencimento	2010	2009 reexpresso	2009
1 ano	11.294.669	7.014.928	7.174.670
Entre 2 e 5 anos	17.320.401	8.983.687	8.983.687
mais de 5 anos	2.367.800	3.108.634	3.108.634
	30.982.870	19.107.249	19.266.991

Os principais contratos de locação operacional do Grupo respeitam, essencialmente, ao arrendamento de instalações e ao aluguer de viaturas e equipamento informático.

7. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Remunerações	279.196.220	242.997.000	252.937.725
Encargos sociais:		-	
Pensões e outros benefícios concedidos	1.231.040	1.656.699	1.656.828
Outros	78.159.544	69.347.712	71.571.506
	358.586.804	314.001.411	326.166.059

As responsabilidades com Planos de Pensões e Reforma encontram-se detalhadas na Nota 32.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, subsídios de refeição e doença e seguros de acidentes de trabalho.

Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo pode ser analisado como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Administradores</i>	126	143	170
<i>Empregados</i>	8.417	7.993	8.240
<i>Assalariados</i>	10.861	10.845	10.892
	19.404	18.981	19.302
 <i>Empresas nacionais</i>	 8.123	 8.862	 9.063
<i>Empresas estrangeiras</i>	5.221	3.876	3.996
<i>Sucursais</i>	6.060	6.243	6.243
	19.404	18.981	19.302

8. Outros proveitos / (custos) operacionais

Os outros proveitos e custos operacionais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Donativos</i>	(1.192.718)	(2.174.372)	(2.213.192)
<i>Ganhos/(perdas) na alienação de activo tangível</i>	4.801.721	1.556.669	1.557.066
<i>Impostos</i>	(17.585.165)	(14.322.464)	(15.582.925)
<i>Subsídios à exploração</i>	1.617.629	949.764	964.849
<i>Trabalhos para a própria empresa</i>	6.407.007	3.178.647	32.434.796
<i>Outros proveitos/(custos)</i>	(8.362.899)	(11.942.265)	(18.024.629)
	(14.314.425)	(22.754.021)	(864.035)

A rubrica “Trabalhos para a própria empresa” inclui, essencialmente, os valores relativos à construção de projectos imobiliários desenvolvidos pelo Grupo.

9. Amortizações

As amortizações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Amortizações do exercício em activo intangível :</i>			
<i>Despesas de desenvolvimento</i>	289.365	1.281.109	1.651.014
<i>Software e outros direitos</i>	1.743.193	2.183.687	2.193.541
<i>Licenças de exploração de concessões</i>	9.933.081	6.759.788	1.731.557
	11.965.639	10.224.584	5.576.112
<i>Amortizações do exercício em activo tangível :</i>			
<i>Terrenos e edifícios</i>	6.592.870	5.401.280	10.792.685
<i>Equipamentos</i>			
<i>Engenharia e Construção</i>	49.792.320	45.233.232	46.368.348
<i>Ambiente e Serviços</i>	16.663.226	12.433.258	15.562.523
<i>Concessões de Transportes</i>	-	-	43.376.774
<i>Outros e eliminações</i>	416.437	290.344	290.525
	66.871.983	57.956.834	105.598.170
<i>Outras activos tangíveis</i>	949.297	3.787.102	3.818.897
	74.414.150	67.145.216	120.209.752
	86.379.789	77.369.800	125.785.864

10. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Provisões (Nota 29. Provisões)			
Engenharia e Construção	11.494.714	3.135.464	3.239.093
Ambiente e Serviços	2.648.371	1.452.032	1.452.032
	14.143.085	4.587.496	4.691.125
Perdas de imparidade			
em inventários (Nota 23. Inventários)			
Engenharia e Construção	222.803	1.294.040	1.295.736
Ambiente e Serviços	-	56.941	56.941
	222.803	1.350.981	1.352.677
em clientes e outros devedores (Nota 24. Outros activos financeiros)			
Engenharia e Construção	7.018.270	3.232.049	3.361.658
Ambiente e Serviços	1.792.085	1.360.047	1.373.424
Concessões de transportes	-	-	33.385
Outros e eliminações	1.700.000	-	-
	10.510.355	4.592.096	4.768.467
Reversão de provisões e perdas de imparidade			
Engenharia e Construção	(5.427.786)	(3.362.086)	(3.836.709)
Ambiente e Serviços	(280.368)	(763.564)	(764.948)
	(5.708.154)	(4.125.650)	(4.601.657)
Total de provisões e perdas de imparidade	19.168.089	6.404.923	6.210.612

Os reforços de provisões, líquidos, no segmento de Engenharia e Construção, destinam-se, essencialmente, a fazer face a contingências como encerramento da actividade em algumas localizações e a fazer face a alguns problemas de imparidade detectados em algumas contas a receber.

11. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Proveitos e ganhos financeiros			
Empréstimos e contas a receber:			
Juros obtidos	22.583.614	22.956.820	25.406.994
Descontos de pronta pagamento obtidos	736.721	766.179	767.610
Diferenças de câmbio favoráveis	53.676.019	29.849.421	31.952.758
Mais-valias na alienação de participações financeiras	363.288	4.279.578	4.279.578
Outros activos e passivos financeiros:			
Rendimentos de imóveis	455.582	-	-
Rendimentos de participações de capital	14.619	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.495.145	1.129.320	3.314.510
	79.324.988	58.981.318	65.721.450
Custos e perdas financeiras			
Empréstimos e contas a pagar:			
Juros suportados	60.319.604	53.253.258	117.102.324
Descontos de pronta pagamento concedidos	28.671	20.177	44.876
Diferenças de câmbio desfavoráveis	50.643.030	31.976.335	34.090.104
Perdas de imparidade em investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	-	1.087.535	1.087.535
Perdas em propriedades de investimentos			
Amortização de investimentos em imóveis (Nota 1-vii))	125.643	403.969	408.707
Outros activos e passivos financeiros:			
Outros custos e perdas financeiros	19.135.633	20.076.015	28.442.766
	130.252.581	106.817.289	181.176.312
	(50.927.593)	(47.835.971)	(115.454.862)

A rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui, essencialmente, os custos com garantias bancárias, com a montagem de empréstimos e diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da rubrica “Juros suportados” pode ser analisada como segue:

2010	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	4.064.272	-	4.064.272
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	13.736.385	5.492.026	19.228.411
Descobertos bancários	9.103.262	-	9.103.262
Contas caucionadas	4.343.722	-	4.343.722
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	5.028.332	-	5.028.332
Outros	2.745.445	-	2.745.445
	39.021.418	5.492.026	44.513.444
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	14.902.303	903.857	15.806.160
	53.923.721	6.395.883	60.319.604

2009 reexpresso	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6.901.828	-	6.901.828
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	11.283.341	4.552.649	15.835.990
Descobertos bancários	7.915.825	-	7.915.825
Contas caucionadas	2.594.892	-	2.594.892
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	7.190.933	-	7.190.933
Outros	1.277.398	-	1.277.398
	37.164.217	4.552.649	41.716.866
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	11.103.284	433.108	11.536.392
	48.267.501	4.985.757	53.253.258

2009	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6.901.828	-	6.901.828
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	23.904.100	54.761.368	78.665.468
Descobertos bancários	8.057.895	116.342	8.174.237
Contas caucionadas	2.594.892	232.582	2.827.474
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	7.215.890	-	7.215.890
Outros	1.523.107	-	1.523.107
	50.197.712	55.110.292	105.308.004
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	11.361.213	433.108	11.794.320
	61.558.925	55.543.399	117.102.324

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os encargos financeiros capitalizados podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Activos fixos	3.084.656	4.228.573	16.221.815
Inventários	2.484.720	3.522.880	3.569.034
	5.569.376	7.751.453	19.790.849

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos activos em construção acima referidos, foi utilizada uma taxa média de 6,2% e 4,19% respectivamente.

A variação ocorrida na taxa média de capitalização de encargos financeiros relativamente a Dezembro de 2009 justifica-se, essencialmente, pela capitalização de juros na Vista Waste (Angola) a uma taxa de cerca de 14%.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	Impacto estimado		
	2010	2009 reexpresso	2009
Variação nos juros suportados pela alteração de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento (excluindo leasing e factoring)	10.147.492	9.843.937	22.880.712
Blindagem por taxa fixa	(829.559)	(505.811)	(7.498.693)
Blindagem por instrumentos derivados de taxa de juro	(3.751.156)	(2.883.714)	(6.183.618)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro:	5.566.777	6.454.412	9.198.401

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos e passivos do Grupo por divisa são como segue:

Moeda de registo	2010	
	Activos	Passivos
Euro (EUR)	2.438.374.800	2.225.108.266
Coroa Checa (CZK)	19.238.866	18.190.216
Dinar Argelino (DZD)	4.208.761	2.240.213
Dobra de S. Tomé e Príncipe (STD)	5.769.988	4.990.104
Dólar dos Estados Unidos (USD)	590.282.424	409.528.938
Escudo de Cabo Verde (CVE)	14.134.281	11.566.984
Forint Húngaro (HUF)	18.785.707	17.982.416
Kwanza de Angola (AOA)	26.576.216	21.745.882
Metical de Moçambique (MZM)	84.966.989	81.010.980
Novo Leu da Roménia (RON)	4.802.842	5.836.551
Peso Mexicano (MXN)	21.065.078	110.560
Rand da África do Sul (ZAR)	-	385.538
Real do Brasil (BRL)	43.119.576	22.649.506
Złoty Polaco (PLN)	163.595.022	133.613.450
Malawi Kwacha (MWK)	21.245.634	20.476.680
	3.456.166.184	2.975.436.285

Em 31 de Dezembro de 2010, a sensibilidade do Grupo à variação cambial do Dólar Norte Americano (USD) e do Novo Złoty Polaco (PLN) pode ser analisada como segue:

	Resultado Líquido	Capital Próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%: do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	431.454	1.751.403
do Novo Złoty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	34.866	229.748

12. Ganhos e perdas em empresas associadas

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

Ganhos em empresas associadas	2010	2009 reexpresso	2009
Asinter	212.455	224.243	224.243
Auto Sueco Angola	322.488	7.217.841	7.217.841
Cimertex & Cº	2.657.601	1.431.151	-
Grupo Ascendi	14.995.201	-	2.209.195
Grupo Martifer	-	40.389.467	40.389.467
Grupo Súma associadas	374.826	314.507	314.507
Parquegil	148.527	131.362	-
Probigalp	-	34.207	-
Soltyowska (Pol)	484.285	44.871	284.751
STM (Moçambique)	163.425	157.925	-
Tersado	233.435	-	-
Vortal	486.921	424.388	424.388
Reclassificação de outro rendimento integral	17.394.209	-	-
Outras	37.390	591.470	418.671
	37.510.762	50.961.432	51.483.063

Durante o exercício de 2010, na sequência do processo de concentração das concessões rodoviárias na Ascendi Group, com a consequente diluição do capital social desta empresa, o Grupo Mota-Engil procedeu à reclassificação

para a demonstração de resultados da parte proporcional (40%) dos ganhos e perdas registados em exercícios anteriores em outro rendimento integral associados, essencialmente, a reservas de justo valor e a diferenças cambiais. O efeito de tal reclassificação na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ascendeu a Euro 17.394.209.

As perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisadas como segue:

Perdas em empresas associadas	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Construcciones Crespo (Esp)</i>	555.154	713.654	-
<i>Grossman (Esp)</i>	4.385.796	1.188.467	-
<i>Grupo Ascendi</i>	-	3.357.460	-
<i>Grupo Geovision</i>	578.882	-	-
<i>Grupo Martífer</i>	20.585.271	-	-
<i>Grupo Suma associadas</i>	-	24.028	-
<i>Grupo Obol Invest</i>	232.858	723.405	723.405
<i>Grupo SLPP</i>	1.012.716	1.663.279	-
<i>Haçor</i>	132.803	2.392	2.392
<i>Hífer</i>	-	810.266	-
<i>HL-Soc. Gestora Edifício,SA</i>	515.434	-	-
<i>Ibercargo (Esp)</i>	1.478.033	678.716	-
<i>Probíqalp</i>	223.498	-	-
<i>Tersado</i>	-	31.377	31.377
<i>Outras</i>	304.131	339.801	157.592
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	30.004.575	9.532.845	914.766
	7.506.187	41.428.587	50.568.297

13. Imposto sobre o rendimento

O detalhe e o movimento dos Activos e Passivos por impostos diferidos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, é o seguinte:

Impostos diferidos activos	2009	2009 reexpresso	Efeito em resultados	Efeito em reservas	2010
<i>Provisões não aceites fiscalmente</i>	14.204.281	12.844.822	8.164.920	(4.912.195)	16.097.547
<i>Acréscimos de custos não aceites fiscalmente</i>	6.537.271	3.348.689	1.038.087	-	4.386.776
<i>Prejuízos fiscais</i>	19.924.136	14.602.642	1.018.810	-	15.621.452
<i>Reduções de amortizações não consideradas</i>	2.407.193	238.140	1.309.672	-	1.547.812
<i>Justo valor de instrumentos derivados (Nota 27)</i>	2.921.441	2.407.193	-	1.200.566	3.607.759
<i>Outros</i>	4.344.646	7.312.580	(190.153)	(514.508)	6.607.919
Impostos diferidos activos	50.338.968	40.754.066	11.341.336	(4.226.137)	47.869.265

Impostos diferidos passivos	2009	2009 reexpresso	Efeito em resultados	Efeito em reservas	2010
<i>Reavaliação de activos fixos</i>	7.934.027	7.879.063	155.752	2.534.114	10.568.929
<i>Resultados negativos em ACE</i>	1.929.247	1.929.247	-	(1.929.247)	-
<i>Diferimento de tributação de mais valias</i>	363.965	363.965	(6.610)	315.502	672.857
<i>Amortizações não aceites fiscalmente</i>	1.974.106	2.031.094	347.674	119.492	2.498.260
<i>Imputração de justo valor em concentrações</i>	8.980.268	8.980.268	(422.989)	-	8.557.279
<i>Acréscimos de proveitos não tributados</i>	5.708.712	3.301.279	(767.756)	-	2.533.523
<i>Outros</i>	6.662.531	6.601.320	1.050.736	-	7.652.056
Impostos diferidos passivos	33.552.856	31.086.236	356.807	1.039.861	32.482.904

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o efeito na demonstração de resultados pelo registo de activos e passivos por impostos diferidos foi positivo em Euro 10.984.529 e Euro 6.917.025, sendo o efeito em capital próprio negativo de Euro 5.265.998 e positivo de Euro 3.225.414, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as declarações fiscais das empresas que registaram activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2006 (inclusivé)	6.292.918	1.567.162
2007	4.256.782	1.088.343
2008	35.063.310	6.100.578
2009	12.444.600	3.171.763
2010	15.780.325	3.693.606
	73.837.935	15.621.452
Data de caducidade:		
2011	3.680.462	915.612
2012	2.914.542	713.343
2013	4.985.758	1.270.582
2014	9.194.461	2.084.807
após 2015	53.062.712	10.637.108
	73.837.935	15.621.452

Em 31 de Dezembro de 2010, foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos que deram origem a activos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que os mesmos pudessem ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributáveis dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2010, existem os seguintes prejuízos fiscais reportáveis no montante de Euro 112.527.014, cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2006 (inclusivé)	39.297.816	9.753.620
2007	16.381.957	3.887.382
2008	18.373.381	3.941.072
2009	22.776.141	3.933.756
2010	15.697.719	2.880.686
	112.527.014	24.396.516
Ano do registo:		
2011	22.637.774	5.671.688
2012	30.597.882	7.427.951
2013	17.046.184	4.202.557
2014	4.847.075	1.123.003
após 2015	37.398.099	5.971.317
	112.527.014	24.396.516

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 são detalhados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto corrente	29.952.446	27.272.869	34.476.514
Imposto diferido	(10.984.529)	(3.746.042)	(6.917.025)
	18.967.917	23.526.827	27.559.489

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto corrente	29.952.446	27.272.869	34.476.514
Imposto diferido			
Reversão líquida do reporte de prejuízos	(1.018.810)	(911.313)	(2.792.395)
Impostos diferidos relativos à amortização da reserva de reavaliação de activos tangíveis	(877.877)	(627.185)	(627.185)
Reversão dos impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	(9.309.812)	(1.034.426)	(1.753.626)
Impostos diferidos relativos à alteração das taxas de tributação, ou lançamento ou abolição de impostos	213.703	446.758	184.853
Outras diferenças não reconhecidas anteriormente como impostos diferidos	8.267	(1.619.876)	(1.928.672)
	(10.984.529)	(3.746.042)	(6.917.025)
Imposto do exercício	18.967.917	23.526.827	27.559.489
Taxa de imposto efectiva	21,5%	22,2%	25,6%

A Mota-Engil é abrangida, desde Janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Para as empresas não abrangidas pelo regime, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição passou a implicar que a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis passassem a ser de 25%, e de 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a Euro 2.000.000. A derrama estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício, tivesse sido de 29%.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	26,50%	88.324.605	23.406.020
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-2,25%	(7.506.187)	(1.989.140)
Prejuízos fiscais gerados em 2010 para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	6,59%	21.970.146	5.822.089
Reversão de reporte de prejuízos	3,19%	11.270.145	2.817.536
Taxas de imposto diferenciadas	-8,13%	(17.108.955)	(7.183.873)
Tributação autónoma e outros custos (que não provisões) não fiscais não reversíveis	3,13%	10.418.013	2.760.773
Outros ajustamentos	-7,55%	(25.070.249)	(6.665.489)
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	21,5%		18.967.917

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais relativas aos anos de 2007 a 2010 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Conforme corroborado pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

14. Dividendos

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 104.429.791 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 5.221.489 euros e 55 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,67%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 75.998.375 euros.

No dia 30 de Abril de 2010 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2009 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

No dia 15 de Maio de 2009 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2008 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

15. Resultados por acção

A Empresa emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no Grupo qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por acção com origem em opções, “warrants”, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a acções ordinárias.

Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por acção básico e o cálculo do resultado por acção diluído.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, não foram emitidas quaisquer acções ordinárias. O número médio de acções ordinárias nestes exercícios foi apenas afectado pelas variações ocorridas no número de acções próprias, as quais se encontram apresentadas em detalhe na Nota 25. Capital e reservas.

Para os exercícios de 2010 e 2009, o apuramento dos resultados por acção pode ser demonstrado com segue:

		2010	2009 reexpresso	2009
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível ao Grupo	(I)	36.950.674	72.612.478	71.738.092
Número total de acções ordinárias	(II)	204.635.695	204.635.695	204.635.695
Número de acções próprias no final do exercício	(III)	11.005.456	10.972.328	10.972.328
Número médio ponderado de acções próprias	(IV)	10.990.910	10.963.574	10.963.574
Número de acções em circulação	(II - IV)	193.644.785	193.672.121	193.672.121
Resultado por acção:				
básico	(I) / (II - IV)	0,1908	0,3749	0,3704
diluído	(I) / (II - IV)	0,1908	0,3749	0,3704

16. Goodwill

A informação relativa ao goodwill, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	2010				2009 reexpresso		2009
	Goodwill bruto	Imparidades do exercício	Variação de perímetro	Imparidades acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill líquido	Goodwill líquido
Aurimove	83.242	-	-	(33.297)	49.945	49.945	49.945
Corgimobil	635.615	-	-	-	635.615	635.615	635.615
Crespo	-	-	-	-	-	-	1.343.052
Devonská	-	-	-	-	-	1.817.149	1.817.149
Fatra	1.035.945	-	-	-	1.035.945	-	-
Grossiman	-	-	-	-	-	-	2.146.157
Grupo Ascendi	-	-	-	-	-	-	27.558.705
Grupo Indaqua	5.618.187	-	-	-	5.618.187	5.618.187	5.618.187
Grupo Suma	15.108.863	-	-	(968.218)	14.140.645	14.103.523	14.103.523
Lokemark	521.418	-	-	-	521.418	521.418	521.418
Manvia	1.072.318	-	-	(74.662)	997.656	997.656	997.656
MKC	271.708	-	-	-	271.708	271.708	271.708
Mota-Engil Betão e Pré-fabricados	1.053.337	-	-	(421.335)	632.002	632.002	632.002
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	818.242	-	-	-	818.242	818.242	818.242
Mota-Engil Central Europe Polónia	4.307.950	-	-	(928.847)	3.379.103	3.272.491	3.272.491
Mota-Engil Central Europe República Checa	1.172.214	-	-	-	1.172.214	1.153.611	1.153.611
Mota-Engil Pavimentações	11.375	-	-	-	11.375	11.375	11.375
Mota-Engil S. Tomé	142.752	-	-	-	142.752	142.752	142.752
Mota Viso	19.900	-	-	(7.960)	11.940	11.940	11.940
Multiterminal	26.455.556	-	-	-	26.455.556	26.455.556	26.455.556
PRD-M Lublin	2.917.516	-	-	-	2.917.516	-	-
Probialp	-	-	-	-	-	-	1.343.312
Sadoport	-	-	-	-	-	-	541.578
Tersado	-	-	-	-	-	-	229.497
Tertir	74.225.866	-	-	-	74.225.866	74.225.866	74.225.866
Tracevia	1.908.225	-	-	-	1.908.225	1.908.225	1.908.225
Tratofoz	174.405	-	-	-	174.405	174.405	174.405
Vilbeiras	189.314	-	-	-	189.314	189.314	189.314
	137.743.949	-	-	(2.434.319)	135.309.629	133.010.980	166.173.280

Os movimentos ocorridos no goodwill durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	% de aquisição	2010	2009 reexpresso
<i>Goodwill no inicio do periodo reexpresso</i>		133.010.980	127.455.075
Aumentos no goodwill			
Grupo Suma (Ekosrodowisko)	20%	-	15.540
Grupo Indaqua (Indaqua)	7%	-	3.084.578
Fatra	70%	1.035.945	
Lokemark	21%	-	119.557
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	40%	-	717.980
PRD-M Lublin	93%	2.917.516	-
Grupo Suma (Sol-S Internacional)	62%	30.472	-
Tertir	2%	-	830.763
Grupo Suma (Transporlíxos)	100%	-	751.927
		3.983.933	5.520.345
Perdas de Imparidade			
Grupo Suma (Ekosrodowisko)		-	(75.109)
		-	(75.109)
Transferência (imputação da diferença de aquisição - inventários)			
Devonská		(1.817.149)	-
		(1.817.149)	-
Alterações no goodwill por variação de perímetro			
Grupo Indaqua (Indaqua Feira)		-	104.053
		-	104.053
Alterações no goodwill por actualização cambial			
Devonská		-	27.420
Grupo Suma (Ekosrodowisko)		6.650	(64.391)
Mota-Engil Central Europe Polónia		106.612	38.607
Mota-Engil Central Europe República Checa		18.603	4.980
		131.865	6.616
Goodwill no final do exercício		135.309.629	133.010.980

As aquisições acima referidas foram contabilizadas pelo método da compra e tiveram numerário como contrapartida da sua aquisição. Como resultado destas aquisições, o Grupo não alienou qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

O Grupo Mota-Engil efectua testes anuais de imparidade do goodwill, tal como definido na alínea i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas. Em 31 de Dezembro de 2010, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras anexas foram como segue:

	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Tertir
Grupo Suma		
Valor líquido do goodwill	14.140.645	3.379.103
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Business plans
Período utilizado	5 anos	5 anos
Taxas de crescimento do cash-flows		Vida útil
Ano n+1	2,00%	5,00%
Ano n+3	2,00%	5,00%
Taxas de crescimento dos cash-flows na perpetuidade	1,00%	3,00%
Taxa de desconto utilizada	7,40%	9,60%
		6,00%

No exercício findo de 31 em Dezembro de 2010, o Grupo passou a registar as diferenças de aquisição de acordo com as alterações introduzidas pela nova IFRS 3.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em orçamentos e “business plans” devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais, com excepção dos relativos a projectos de concessões, abrangem, em média, um período de cinco anos. As projecções de “cash-flows” para além dos cinco anos foram extrapolados aplicando uma taxa de crescimento fixa à perpetuidade, a qual não excede a taxa média de crescimento futura das receitas do sector onde a empresa opera.

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do Grupo (subsidiárias),

acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram essencialmente: (i) a quota de mercado da participada, (ii) as perspectivas de crescimento do mercado onde a participada opera; (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da participada; (iv) o nível de investimento necessário, etc.. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Transacções de compra de interesses em entidades já controladas e transacções de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica de ‘Goodwill’ ou em resultados.

As aquisições de participações financeiras ocorridas no exercício de 2010, consolidadas pelo método integral, não representaram um impacto material nos Activos, Passivos, Custos e Proveitos do Grupo, pelo que não foram divulgadas.

O processo de imputação do justo valor aos activos e passivos adquiridos resultantes das concentrações empresariais ocorridas em 2010 não se encontra ainda concluído, pelo que, provisoriamente, as diferenças de aquisição daí resultantes foram reconhecidas na rubrica Goodwill. Durante o exercício de 2011, o Grupo irá concluir tal processo.

O Grupo Mota-Engil não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material entre 31 de Dezembro de 2010 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

17. Activos intangíveis

A informação relativa aos valores líquidos de activos intangíveis por área de negócio, com referência aos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminaciones	Grupo Mota-Engil
2010					
<i>Despesas de desenvolvimento</i>	94.858	1.506.425	-	8.108	1.609.391
<i>Software e outros direitos</i>	21.286.788	900.926	-	(18.533.408)	3.654.306
<i>Licenças de exploração de concessões</i>	-	243.779.104	-	(2)	243.779.102
<i>Activos em curso</i>	3.237	14.735.290	-	1.199.494	15.938.021
	21.384.883	260.921.745	-	(17.325.808)	264.980.820
2009 reexpresso					
<i>Despesas de desenvolvimento</i>	162.815	3.414.204	-	(13.280)	3.563.739
<i>Software e outros direitos</i>	1.602.946	949.927	-	603.504	3.156.377
<i>Licenças de exploração de concessões</i>	-	213.953.023	-	-	213.953.023
<i>Activos em curso</i>	237.499	17.166.064	-	1.119.750	18.523.313
	2.003.260	235.483.219	-	1.709.974	239.196.453
2009					
<i>Despesas de desenvolvimento</i>	613.569	3.414.892	453.984	(13.281)	4.469.164
<i>Software e outros direitos</i>	1.602.946	1.500.710	33.063	603.500	3.740.219
<i>Licenças de exploração de concessões</i>	-	40.505.917	53.189.966	-	93.695.883
<i>Activos em curso</i>	237.500	187.983	-	1.119.747	1.545.230
<i>Outros activos intangíveis</i>	-	-	65.061	(1)	65.060
	2.454.015	45.609.502	53.742.074	1.709.965	103.515.556

A informação relativa aos valores brutos de activos intangíveis, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Activos em curso	Outros activos intangíveis	Total
2010						
Saldo inicial	6.235.962	13.805.435	261.106.709	18.523.313	-	299.671.418
Aumentos	186.007	1.395.385	17.607.201	18.438.567	-	37.627.160
Alienações	(10.793)	(601.846)	-	(36.511)	-	(649.150)
Abates	(650.015)	(84.271)	-	-	-	(734.286)
Diferenças cambiais	87.084	61.743	-	29.734	-	178.561
Variação de perímetro	-	(9.273)	-	-	-	(9.273)
Transferências e outros movimentos	(385.077)	(863.211)	22.425.156	(21.017.082)	-	159.786
	5.463.168	13.703.962	301.139.066	15.938.021	-	336.244.216
2009 reexpresso						
Saldo inicial	12.473.441	11.123.138	42.031.000	1.897.627	-	67.525.206
Aumentos	1.245.684	838.275	3.388.474	2.328.380	-	7.800.813
Alienações	(385.259)	(27.714)	-	-	-	(412.973)
Abates	(261.719)	(112.871)	-	-	-	(374.590)
Diferenças cambiais	(13.038)	1.874	-	265	-	(10.899)
Variação de perímetro	1.536.031	(57.078)	-	21.189	-	1.500.142
Transferências e outros movimentos	(8.359.178)	2.039.811	215.687.235	14.275.852	-	223.643.719
	6.235.962	13.805.435	261.106.709	18.523.313	-	299.671.418
2009						
Saldo inicial	12.473.441	11.123.138	42.031.000	1.897.627	92.920	67.618.126
Aumentos	1.400.606	1.491.926	56.578.440	2.328.380	61.878	61.861.230
Alienações	(385.259)	(27.714)	-	-	-	(412.973)
Abates	(261.719)	(112.871)	-	-	-	(374.590)
Diferenças cambiais	(5.317)	1.874	-	265	-	(3.178)
Variação de perímetro	3.755.383	(57.078)	-	21.189	-	3.719.494
Transferências e outros movimentos	680.428	2.039.811	-	(2.702.231)	(89.738)	(71.730)
	17.657.563	14.459.086	98.609.440	1.545.230	65.060	132.336.379

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores registados em aumentos nas rubricas “Licenças de exploração de concessões” e “Activos em curso” justifica-se, essencialmente, pelo investimento efectuado no Sub-Grupo Indaqua no alargamento de ramais para o abastecimento de água/saneamento.

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas dos activos intangíveis, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Activos em curso	Outros activos intangíveis	Total
2010						
Saldo inicial	(2.672.223)	(10.649.058)	(47.153.685)	-	-	(60.474.966)
Aumentos	(289.365)	(1.743.193)	(9.933.081)	-	-	(11.965.639)
Alienações	10.793	221.857	-	-	-	232.650
Abates	614.323	57.846	-	-	-	672.169
Diferenças cambiais	1.445	(35.092)	-	-	-	(33.647)
Variação de perímetro	-	9.273	-	-	-	9.273
Transferências e outros movimentos	(1.518.750)	2.088.711	(273.197)	-	-	296.764
	(3.853.777)	(10.049.656)	(57.359.963)	-	-	(71.263.396)
2009 reexpresso						
Saldo inicial	(9.955.544)	(8.379.856)	(3.182.000)	-	-	(21.517.400)
Aumentos	(1.281.109)	(2.183.687)	(6.759.788)	-	-	(10.224.584)
Alienações	385.259	27.714	-	-	-	412.973
Abates	261.719	96.303	-	-	-	358.022
Diferenças cambiais	5.551	(1.874)	-	-	-	3.677
Variação de perímetro	(1.057.118)	45.390	-	-	-	(1.011.728)
Transferências e outros movimentos	8.969.019	(253.048)	(37.211.897)	-	-	(28.495.926)
	(2.672.223)	(10.649.058)	(47.153.685)	-	-	(60.474.966)
2009						
Saldo inicial	(9.955.544)	(8.379.856)	(3.182.000)	-	-	(21.517.400)
Aumentos	(1.651.014)	(2.193.541)	(1.731.557)	-	-	(5.576.112)
Alienações	385.259	27.714	-	-	-	412.973
Abates	261.719	96.303	-	-	-	358.022
Diferenças cambiais	5.317	(1.874)	-	-	-	3.443
Variação de perímetro	(2.163.549)	(14.565)	-	-	-	(2.178.114)
Transferências e outros movimentos	(70.587)	(253.048)	-	-	-	(323.635)
	(13.188.399)	(10.718.867)	(4.913.557)	-	-	(28.820.823)
Valor líquido						
2010	1.609.391	3.654.306	243.779.102	15.938.021	-	264.980.820
2009 reexpresso	3.563.739	3.156.377	213.953.023	18.523.313	-	239.196.453
2009	4.469.164	3.740.219	93.695.883	1.545.230	65.060	103.515.556

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” refere-se, essencialmente, à

contabilização de acordo com a IFRIC 12 dos direitos de exploração das concessões de água/saneamento e das concessões portuárias.

As variações ocorridas nesta rubrica durante o ano estão também relacionadas com a aplicação da IFRIC 12.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Activos intangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

Descrição	Valor
Obras de alargamento de ramais para abastecimento de água/ saneamento (Grupo Indaqua)	11.567.241
Projecto de Construção do Novo Molhe de Contentores (Paita - Peru)	1.982.043
Obras Sograin - Projecto OREN (Socorpo Aveiro)	983.555
	14.532.839

A aplicação desta interpretação veio introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas que estavam em vigor, cujo impacto nas demonstrações financeiras das empresas concessionárias do Grupo ocorreram maioritariamente: (i) na reclassificação para a rubrica de activos intangíveis de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do Grupo Mota-Engil possuíam e possuem um direito de exploração dos mesmos e em que as mesmas assumem o risco de procura da operação (modelo intangível): concessões portuárias e concessões de água/saneamento.

Devido à aplicação desta norma, o Grupo Mota-Engil procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos, custos e proveitos.

As licenças de exploração de concessões estão a ser amortizadas durante o respectivo período de vigência da concessão.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos intangíveis é efectuada através da utilização dos “Business Plans” das respectivas empresas, de igual forma ao mencionado na Nota 16. Goodwill relativamente aos testes de imparidade ao Goodwill.

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo Grupo na valorização destes activos intangíveis estão referidos na alínea ii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2010			
Despesas de desenvolvimento	1.609.391	-	1.609.391
Software e outros direitos	3.654.306	-	3.654.306
Licenças de exploração de concessões	243.779.102	-	243.779.102
Activos em curso	15.938.021	-	15.938.021
	264.980.820	-	264.980.820
2009 reexpresso			
Despesas de desenvolvimento	3.563.739	-	3.563.739
Software e outros direitos	3.156.377	-	3.156.377
Licenças de exploração de concessões	213.953.023	-	213.953.023
Activos em curso	18.523.313	-	18.523.313
	239.196.453	-	239.196.453
2009			
Despesas de desenvolvimento	4.469.164	-	4.469.164
Software e outros direitos	3.740.219	-	3.740.219
Licenças de exploração de concessões	93.695.883	-	93.695.883
Activos em curso	1.545.230	-	1.545.230
	103.450.496	-	103.450.496

As principais concessões de água/saneamento e portuárias em funcionamento do Grupo, suas principais características e duração encontram-se elencadas abaixo:

Grupo Indaqua					
Indaqua Fafe			Água	2.020	não
Indaqua Feira			Água e saneamento	2.049	sim
Indaqua Matosinhos			Água e saneamento	2.032	sim
Indaqua Tirso			Água	2.034	sim
Indaqua Vila do Conde			Água	2.047	sim
Grupo Tertir					
Liscont			Portuária	2.042	sim
Socarport Aveiro			Portuária	2.026	sim
Sotagus			Portuária	2.020	sim
TCL			Portuária	2.025	sim
TMB			Portuária	2.020	sim
Outros					
Paita			Portuária	2.039	sim

18. Activos concessionados

A informação relativa aos valores líquidos dos activos concessionados por área de negócio, com referência ao exercício de 2009, pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminatórias	Grupo Mota-Engil
2009					
Terrenos e edifícios	-	124.927.306	27.041	1	124.954.348
Equipamentos	-	41.177.630	1.043.084.028	(2)	1.084.261.656
Activos em curso	-	24.244.803	104.695.341	(1)	128.940.143
Outras activos tangíveis	-	6.534.997	14.734.933	3	21.269.933
		196.884.736	1.162.541.343	1	1.359.426.080

A informação relativa aos valores brutos dos activos concessionados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2009					
Saldo inicial	65.455.015	1.145.191.050	95.767.474	38.449.000	1.344.862.539
Aumentos	18.874.366	7.594.025	158.422.677	16.901.219	201.792.287
Alienações	-	(286.583)	(2.198.008)	(4.963)	(2.489.554)
Abates	-	(51.979)	(63.946)	(31)	(115.956)
Diferenças cambiais	-	168	-	47	215
Variação de perímetro	51.127.498	3.056.068	7.338.152	21.797	61.543.515
Transferências e outros movimentos	10.804.221	120.802.143	(130.326.206)	(1.583.546)	(303.388)
	146.261.100	1.276.304.892	128.940.143	53.783.523	1.605.289.658

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas dos activos concessionados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2009					
Saldo inicial	(10.205.785)	(140.888.624)	-	(30.639.260)	(181.733.669)
Aumentos	(5.056.854)	(50.378.692)	-	(2.757.308)	(58.192.854)
Alienações	-	203.419	-	-	203.419
Abates	-	50.462	-	31	50.493
Diferenças cambiais	-	(45)	-	(4)	(49)
Variação de perímetro	(6.044.114)	(1.111.526)	-	(4.422)	(7.160.062)
Transferências e outros movimentos	-	81.770	-	887.373	969.143
Valor líquido	(21.306.753)	(192.043.236)	-	(32.513.590)	(245.863.579)
2009	124.954.347	1.084.261.656	128.940.143	21.269.933	1.359.426.080

Em 31 de Dezembro de 2009, a quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2009			
<i>Terrenos e edifícios</i>	124.954.348	-	124.954.348
<i>Equipamentos</i>	1.084.261.656	-	1.084.261.656
<i>Activos tangíveis em curso</i>	128.940.143	-	128.940.143
<i>Outros activos tangíveis</i>	21.269.933	-	21.269.933
	1.359.426.080	-	1.359.426.080

No exercício de 2010, com a aplicação da IFRIC 12, as concessões de infra-estruturas rodoviárias passaram a ser registadas pelo modelo financeiro, e as concessões portuárias e de água/saneamento pelo modelo intangível.

19. Activos tangíveis

A informação relativa aos valores líquidos dos activos tangíveis por área de negócio, com referência aos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Concessões de transportes	Outros e iminações	Grupo Mota-Engil
2010					
<i>Terrenos e edifícios</i>	185.527.752	21.697.629	-	19.180.242	226.405.623
<i>Equipamentos</i>	203.321.168	103.971.333	-	2.543.132	309.835.633
<i>Activos tangíveis em curso</i>	13.786.874	13.446.101	-	799.702	28.032.677
<i>Outros activos tangíveis</i>	1.899.016	2.878.583	-	7.371	4.784.970
	404.534.810	141.993.646	-	22.530.447	569.058.903
2009 reexpresso					
<i>Terrenos e edifícios</i>	155.579.741	58.955.739	-	18.868.727	233.404.207
<i>Equipamentos</i>	192.677.150	93.090.426	-	1.877.805	287.645.381
<i>Activos tangíveis em curso</i>	24.626.550	16.507.303	-	632.818	41.766.671
<i>Outros activos tangíveis</i>	7.421.761	7.259.634	-	912	14.682.307
	380.305.202	175.813.102	-	21.380.262	577.498.566
2009					
<i>Terrenos e edifícios</i>	163.417.200	54.701.937	1	18.876.845	236.995.983
<i>Equipamentos</i>	201.819.024	73.816.139	27.116	1.903.372	277.565.651
<i>Activos tangíveis em curso</i>	24.697.860	10.865.362	-	632.819	36.196.041
<i>Outros activos tangíveis</i>	7.502.524	724.637	-	911	8.228.072
	397.436.608	140.108.075	27.117	21.413.947	558.985.747

A informação relativa aos valores brutos dos activos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2010					
Saldo inicial	293.266.363	719.785.586	41.766.671	51.746.933	1.106.565.553
Aumentos	44.029.254	67.075.715	31.101.449	3.213.958	145.420.376
Alienações	(27.775.931)	(25.369.599)	(8.555.036)	(927.045)	(62.627.611)
Abates	(407.902)	(5.081.333)	(397.847)	(117.790)	(6.004.872)
Reavaliações	8.451.485	-	-	-	8.451.485
Diferenças cambiais	916.751	5.617.672	207.097	10.454	6.751.974
Variação de perímetro	5.260.188	690.868	-	441.447	6.392.503
Transferências e outros movimentos	(38.515.666)	56.910.864	(36.089.657)	(42.410.764)	(60.105.223)
	285.224.542	819.629.773	28.032.677	11.957.193	1.144.844.185
2009 reexpresso					
Saldo inicial	324.515.036	1.715.194.159	160.853.989	48.102.622	2.248.665.806
Aumentos	23.807.986	94.036.790	77.583.761	846.505	196.275.042
Alienações	(543.352)	(21.960.902)	(7.781.214)	(28.661)	(30.314.129)
Abates	(418.947)	(2.936.847)	(63.946)	(8.135)	(3.427.875)
Reavaliações	333.017	53.499	-	-	386.516
Diferenças cambiais	(1.239.244)	(2.553.910)	125.268	23.309	(3.644.577)
Variação de perímetro	(73.255.560)	(1.116.189.806)	(109.086.077)	(948.001)	(1.299.479.444)
Transferências e outros movimentos	20.067.427	54.142.603	(79.865.110)	3.759.294	(1.895.786)
	293.266.363	719.785.586	41.766.671	51.746.933	1.106.565.553
2009					
Saldo inicial	259.060.021	570.003.109	65.086.515	9.653.622	903.803.267
Aumentos	4.967.487	91.011.111	54.438.814	(238.737)	150.178.675
Alienações	(543.352)	(21.741.606)	(5.583.206)	(23.698)	(27.891.862)
Abates	(421.436)	(2.884.868)	-	(8.104)	(3.314.408)
Reavaliações	333.017	53.499	-	-	386.516
Diferenças cambiais	(1.383.460)	(2.750.117)	31.005	(57.483)	(4.160.055)
Variação de perímetro	10.015.385	4.027.028	2.088.023	27.697	16.158.133
Transferências e outros movimentos	20.067.427	54.142.603	(79.865.110)	3.759.294	(1.895.786)
	292.095.089	691.860.759	36.196.041	13.112.591	1.033.264.480

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas em activos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2010					
Saldo inicial	(59.862.156)	(432.140.205)	-	(37.064.626)	(529.066.987)
Aumentos	(6.592.870)	(66.871.983)	-	(949.297)	(74.414.150)
Alienações	4.060.616	18.877.051	-	298.269	23.235.936
Abates	88.297	1.590.855	-	71.231	1.750.383
Diferenças cambiais	(89.368)	(3.362.432)	-	1.662	(3.450.138)
Variação de perímetro	(840.247)	(11.614)	-	(369.769)	(1.221.630)
Transferências e outros movimentos	4.416.809	(27.875.812)	-	30.840.307	7.381.304
	(58.818.919)	(509.794.140)	-	(7.172.223)	(575.785.282)
2009 reexpresso					
Saldo inicial	(57.411.364)	(517.245.909)	-	(34.607.376)	(609.264.649)
Aumentos	(5.401.280)	(57.956.834)	-	(3.787.102)	(67.145.216)
Alienações	361.158	17.541.039	-	1.632	17.903.829
Abates	72.331	1.383.017	-	8.104	1.463.452
Diferenças cambiais	164.880	1.542.273	-	9.463	1.716.616
Variação de perímetro	4.458.072	121.973.968	-	1.242.140	127.674.180
Transferências e outros movimentos	(2.105.953)	622.241	-	68.513	(1.415.199)
	(59.862.156)	(432.140.205)	-	(37.064.626)	(529.066.987)
2009					
Saldo inicial	(47.205.579)	(376.357.285)	-	(3.968.116)	(427.530.980)
Aumentos	(5.735.831)	(55.219.478)	-	(1.061.589)	(62.016.898)
Alienações	361.158	17.386.922	-	1.632	17.749.712
Abates	72.507	1.332.555	-	8.073	1.413.135
Diferenças cambiais	256.118	1.683.348	-	69.420	2.008.886
Variação de perímetro	(741.526)	(3.743.411)	-	(2.452)	(4.487.389)
Transferências e outros movimentos	(2.105.953)	622.241	-	68.513	(1.415.199)
	(55.099.106)	(414.295.108)	-	(4.884.519)	(474.278.733)
Valor líquido					
2010	226.405.623	309.835.633	28.032.677	4.784.970	569.058.903
2009 reexpresso	233.404.207	287.645.381	41.766.671	14.682.307	577.498.566
2009	236.995.983	277.565.651	36.196.041	8.228.072	558.985.747

Em 31 de Dezembro de 2010, o aumento registado em reavaliações na rubrica “Terrenos e Edifícios” justifica-se, essencialmente, pela revalorização para o justo valor dos terrenos afectos à exploração de pedreiras.

O valor registado em variação de perímetro respeita, na quase totalidade, à participada Bergamon, a qual no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 passou a ser consolidada pelo método da consolidação integral, após aquisição do seu controlo.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor registado na rubrica “Transferências e outros movimentos” respeita, essencialmente, às transferências efectuadas de activos tangíveis, quer para propriedades de investimento, quer para activos não correntes detidos para venda.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Activos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

Descrição	Valor
Aquisição de activo tangível (Mota-Engil Engenharia)	3.103.440
Instalações de Vilar de Andorinho -Terreno e Obras em Curso (Suma)	1.665.939
Obras de melhoramento da estrutura ferroviária (Takargo)	917.456
Grandes reparações (Mota-Engil Engenharia)	595.714
Outras obras de requalificação (Outras)	507.281
	6.789.830

Os critérios valorimétricos adoptados, as taxas de amortização utilizadas, bem como os valores residuais definidos estão referidos nas alíneas iii), iv) e v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontra-se registado na rubrica “Terrenos e edifícios” o montante, líquido de amortizações, de Euro 51.294.089 afecto à exploração de pedreiras. Para a obtenção do justo valor das pedreiras são tidos em consideração vários factores, nomeadamente, a área licenciada, a capacidade de exploração, os custos de recuperação paisagística e o valor residual do terreno após encerramento da pedreira. Informação complementar sobre a exploração dos activos minerais do Grupo pode ser encontrada na Nota 34. Exploração de activos minerais.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontravam-se no estrangeiro, em sucursais, os seguintes activos tangíveis, líquidos de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, propriedade da Mota-Engil Engenharia:

	2010	2009 reexpresso	2009
Angola	30.049.536	89.139.795	89.139.795
Benim	-	5	5
Cabo Verde	66.739	76.885	76.885
Chade	-	3.604	3.604
Irlanda	4.842.568	5.738.982	5.738.982
Malawi	17.478.315	19.145.040	19.145.040
Moçambique	8.080.081	6.205.519	6.205.519
Polónia	622.627	620.516	620.516
Roménia	68.719	270.088	270.088
S. Tomé e Príncipe	153.983	198.080	198.080
	61.362.568	121.398.514	121.398.514

Os terrenos e edifícios estão registados ao seu valor de mercado. O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários (Luso-Roux) para valorizar ao justo valor os imóveis do Grupo foi o método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação.

O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em activos semelhantes e no caso das edificações, no custo actual de proceder à construção dos mesmos. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor das mesmas.

A quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2010			
Terrenos e edifícios	191.707.155	34.698.468	226.405.623
Equipamentos	309.546.602	289.031	309.835.633
Activos tangíveis em curso	28.032.677	-	28.032.677
Outros activos tangíveis	4.782.259	2.711	4.784.970
	534.068.693	34.990.210	569.058.903
2009 reexpresso			
Terrenos e edifícios	215.465.990	17.938.217	233.404.207
Equipamentos	279.129.808	8.515.573	287.645.381
Activos tangíveis em curso	41.766.672	-	41.766.671
Outros activos tangíveis	14.597.371	84.935	14.682.307
	550.959.841	26.538.725	577.498.566
2009			
Terrenos e edifícios	219.057.766	17.938.217	236.995.983
Equipamentos	269.050.078	8.515.573	277.565.651
Activos tangíveis em curso	36.196.041	-	36.196.041
Outros activos tangíveis	8.143.137	84.935	8.228.072
	532.447.022	26.538.725	558.985.747

O Grupo, durante o exercício de 2010, não procedeu à actualização das avaliações dos seus imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, excepto para os bens adquiridos em regime de locação financeira e para os activos tangíveis afectos a concessões, não existem outros activos tangíveis que se encontrem penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do activo tangível é efectuada através da utilização dos “Business Plans” das respectivas empresas, de igual forma ao mencionado na Nota 16. Goodwill relativamente aos testes de imparidade ao Goodwill.

20. Investimentos financeiros em equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros em equivalência patrimonial é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Engenharia e Construção			
Auto Sueco Angola	9.085.418	12.102.738	12.102.738
Bergamon	-	8.211.228	-
Berd	1.170.619	1.198.623	1.198.623
Cimertex Angola	1.362.358	500.793	-
Cimertex & Companhia	10.059.923	8.002.948	-
Crespo	1.761.885	1.600.736	-
Grossiman	-	2.948.623	-
Grupo Obolinvest	26.551.107	32.622.218	32.622.218
Hífer	-	311.462	-
Mamaia	2.270.894	2.413.358	2.413.358
Probigálp	1.680.375	1.938.080	-
Soltyowska	542.403	44.955	284.835
Outros	627.784	543.741	577.562
Ambiente e Serviços			
Grupo Geo Vision	40.798.809	-	-
Grupo Suma associadas	2.286.127	2.190.326	2.077.147
Grupo SLPP	1.217.338	-	-
Parquegil	453.630	305.110	-
STM	177.684	104.566	-
Tersado	1.195.170	1.086.332	856.835
Vortal	2.068.818	2.867.587	2.867.587
Outros	20.283	27.976	-
Grupo Ascendi	116.744.862	100.609.676	129.202.282
Grupo Martifer	116.843.043	146.029.302	146.029.302
Outros	2.106	-	-
	336.920.636	325.660.378	330.232.487

Durante o exercício de 2010, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Efeito em Resultado do Exercício	Efeito em Reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Aquisições/Alianças	Saldo final
Engenharia e Construção						
<i>Auto Sueco Angola</i>	12.102.738	322.488	(3.339.808)	-	-	9.085.418
<i>Bergamon</i>	8.211.228	-	-	(8.211.228)	-	-
<i>Berd</i>	1.198.623	33.924	(61.928)	-	-	1.170.619
<i>Cimertex Angola</i>	500.793	36.547	825.018	-	-	1.362.358
<i>Cimertex & Companhia</i>	8.002.948	2.657.601	(600.626)	-	-	10.059.923
<i>Crespo</i>	1.600.736	(555.154)	716.303	-	-	1.761.885
<i>Grossiman</i>	2.948.623	(4.385.796)	-	1.437.173	-	-
<i>Grupo Obolinvest</i>	32.622.218	(232.858)	(5.838.253)	-	-	26.551.107
<i>Hífer</i>	311.462	-	-	(311.462)	-	-
<i>Mamala</i>	2.413.358	370	(142.834)	-	-	2.270.894
<i>Probigalp</i>	1.938.080	(223.498)	(34.207)	-	-	1.680.375
<i>Sołtyowska</i>	44.955	484.285	13.163	-	-	542.403
<i>Outros</i>	543.741	52.420	-	31.623	-	627.784
Ambiente e Serviços						
<i>Grupo Geo Vision</i>	-	(578.882)	-	-	41.377.691	40.798.809
<i>Grupo Suma associadas</i>	2.190.326	374.826	42.315	(321.340)	-	2.286.127
<i>Grupo SLPP</i>	-	(1.012.716)	-	2.230.054	-	1.217.338
<i>Parquegil</i>	305.110	148.527	-	(7)	-	453.630
<i>STM</i>	104.566	163.425	-	(90.307)	-	177.684
<i>Tersado</i>	1.086.332	233.435	-	(124.597)	-	1.195.170
<i>Vortal</i>	2.867.587	486.921	-	(1.285.690)	-	2.068.818
<i>Outros</i>	27.976	(2.303.030)	29.788	2.265.549	-	20.283
<i>Grupo Ascendi</i>	100.609.676	14.995.201	(3.547.347)	4.687.332	-	116.744.862
<i>Grupo Martifer</i>	146.029.302	(20.585.271)	(8.600.988)	-	-	116.843.043
<i>Reclassificação de outro rendimento integral e outros</i>	-	17.393.422	-	(17.391.316)	-	2.106
	325.660.378	7.506.187	(20.539.405)	(17.084.216)	41.377.691	336.920.636

(1) Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados

Em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro no Grupo Obol Invest inclui Euro 22.861.133 de diferenças de consolidação afectas a activos identificáveis (inventários).

Em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro no Grupo Geovision inclui Euro 33.404.103 de “goodwill”.

Em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro no Grupo Ascendi inclui Euro 19.830.852 de “goodwill”, Euro 99.992.688 de diferenças de consolidação afectas a activos identificáveis (conta a receber) e Euro 47.913.795 de prestações suplementares.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado da Martifer, de acordo com a sua cotação de mercado naquela data (Euro 1,45 por acção), correspondia a, aproximadamente, Euro 54.375.000. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, baseado nos “business plans” existentes e no valor patrimonial do Grupo Martifer, que aquele investimento não se encontra em imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2010, a principal informação financeira dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial mais relevantes é como segue:

	% participação	Activo	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
Engenharia e Construção					
Asinter	30%	2.326.661	1.326.312	3.398.156	708.184
Auto Sueco Angola	26%	93.358.459	37.315.402	72.287.221	1.264.659
Bay 6.3 (Grupo Obol Invest)	30%	1.725.400	161.105	-	(27.034)
Bay Office (Grupo Obol Invest)	30%	941.443	531.840	-	(23.544)
Bay Park (Grupo Obol Invest)	30%	14.807.656	8.434.305	197.781	(319.825)
Bay Tower (Grupo Obol Invest)	30%	140.878	66.267	-	(9.587)
Bay Wellness (Grupo Obol Invest)	30%	325.850	192.412	-	(17.327)
Berd	25%	7.980.635	4.725.725	4.016.744	136.844
Cimertex Angola	50%	30.873.383	2.724.716	11.054.259	73.094
Cimertex & Companhia	50%	34.907.806	20.119.845	16.715.093	5.315.201
Crespo	50%	9.439.449	843.535	9.114.651	(1.110.307)
Engber (Grupo Obol Invest)	30%	29.340	8.336	-	(5.772)
Grossiman	50%	14.731.559	(2.305.168)	7.903.184	(4.479.277)
Icer	50%	4.734.696	120.239	1.079.318	(141.270)
Mamala	24%	45.774.692	2.727.908	-	1.540
Mierova	50%	22.798.370	(256.729)	389.612	(17.313)
Nador Obol	30%	3.773.546	1.530.657	-	(44.368)
Novicer	40%	25.373.231	(58.903)	1.163.180	(228.251)
Obol Invest	30%	45.755.056	16.272.293	125.364	(265.497)
Obol XI	30%	36.819.956	4.166.903	155.023	(211.484)
Probigalp	40%	12.526.239	842.657	16.448.046	(558.744)
Sampaio	30%	3.972.607	622.378	195.293	143.085
Soltysowska	34%	19.285.951	1.898.507	11.310.680	1.424.368
Trnavska	50%	1.606	1.606	-	(59)
Turaiço	51%	604.708	441.338	-	(12.874)
Ambiente e Serviços					
Ambilital (Grupo Suma)	30%	17.986.082	6.503.334	3.436.236	665.745
Citrup (Grupo Suma)	18%	1.170.766	800.285	1.807.275	633.853
Ecoleziria (Grupo Suma)	15%	4.079.017	571.677	2.362.052	381.187
Grupo Geo Vision	31%	29.189.550	21.129.698	35.241.928	(1.882.544)
Haçor	40%	37.321.935	(4.134.228)	17.965.737	(332.008)
Ibercargo	50%	7.942.728	(2.077.332)	11.396.840	(2.979.508)
Logz	35%	46.524.705	(234.473)	-	(272.051)
Sadoport	49%	12.464.470	(4.629.386)	7.096.989	(1.910.511)
SLPP	49%	14.715.136	3.095.769	-	(141.473)
Parquegil	50%	13.361.506	907.259	1.687.485	297.053
STM	49%	1.277.186	373.313	1.026.131	330.565
Tersado	25%	10.606.800	3.906.601	12.354.849	944.353
Vista SA	50%	401.655	349.226	354.364	(642.680)
Vortal	25%	11.878.895	6.996.220	9.852.985	1.949.484
Grupo Ascendi	60%	3.577.957.415	160.144.312	129.090.340	23.888.631
Grupo Martifer	38%	1.126.051.346	309.259.817	587.225.838	(54.894.057)
Outros	n.a.	5.508	4.526	-	(1.747)

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos Investimentos financeiros em equivalência patrimonial é efectuado através da utilização dos “Business Plans” das respectivas empresas.

Durante o exercício de 2010, concretizaram-se parte das medidas estabelecidas no Acordo de Cooperação Empresarial assinado pelos Grupos Mota-Engil e Espírito Santo em 2006, relativamente à constituição de uma parceria para a área de Concessões de Transportes.

Embora tal parceria previsse a constituição de um veículo autónomo, a mesma acabou por se consubstanciar na concentração das participações financeiras daqueles Grupos na Mota-Engil Concessões de Transportes, SGPS, S.A. (actualmente denominada por Ascendi Group, SGPS).

Esta concentração de participações foi iniciada através de uma operação realizada no passado dia 24 de Agosto de 2010, na qual se efectuou um aumento de capital na Ascendi Group, SGPS, integralmente subscrito pelo Grupo Espírito Santo, através da entrada em espécie das participações sociais detidas por esta última nas Concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta e Grande Porto.

A transferência das restantes participações deverá ser concretizada no decorrer de 2011. Ao abrigo do acima referido acordo e ao abrigo de contratos parassociais entretanto celebrados, a gestão daquelas empresas concessionárias efectua-se de forma partilhada, pelo que o Grupo Mota-Engil, embora detendo 60% dos interesses financeiros na Ascendi Group, SGPS, considera esta entidade como um empreendimento conjuntamente controlado. Conforme

mencionado na Nota 1. os interesses financeiros detidos pelo Grupo em empresas conjuntamente controladas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial.

21. Investimentos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos investimentos financeiros disponíveis para venda é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Partes do capital (registadas ao custo de aquisição)			
<i>Aguas de S. João</i>	3.951.396	3.940.100	3.940.100
<i>Cerâmica do Boialvo</i>	319.343	-	-
<i>Cosamo</i>	152.049	-	-
<i>Ecodeira</i>	1.153.202	1.153.202	1.153.202
<i>Ersuc</i>	554.381	554.381	554.381
<i>Iberfibran</i>	375.000	-	-
<i>Pfeiffer Manvia</i>	245.092	-	-
<i>MTS</i>	-	-	904.400
<i>Glintt</i>	-	369.660	369.660
<i>Tirlife</i>	900.600	900.600	900.600
<i>TMB</i>	939.360	939.360	939.360
<i>Outros</i>	1.036.202	331.370	142.441
	9.626.625	8.188.673	8.904.144

	2010	2009 reexpresso	2009
Títulos e outras aplicações			
<i>Outros</i>	63.545	928.265	939.398
	63.545	928.265	939.398

	2010	2009 reexpresso	2009
Adiantamentos e outros investimentos			
<i>Grupo Ascendi</i>	-	-	42.311.909
<i>Idinsa</i>	10.418.931	-	-
<i>Parque Ambiental Nortenho</i>	545.186	545.186	545.186
<i>Plataforma Logística Guarda</i>	6.565	5.000	5.000
<i>Outros</i>	18.000	3.430	3.430
	10.988.682	553.616	42.865.525
<i>Investimentos financeiros disponíveis para venda</i>	20.678.852	9.670.554	52.709.067

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na sequência do cumprimento do seu plano estratégico de internacionalização, o Grupo efectuou um adiantamento de Euro 10.418.931 para a aquisição de uma participação financeira no capital social de uma construtora mexicana (Idinsa).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Saldo em 1 de Janeiro</i>	9.670.554	75.148.566	75.148.566
<i>Aquisições e adiantamentos durante o exercício</i>	10.418.931	3.943.530	36.255.439
<i>Alienações durante o exercício</i>	(369.660)	(1.201.632)	(1.201.632)
<i>Transferências</i>	959.027	(67.132.375)	(56.405.771)
<i>Perdas de imparidade (Nota 11)</i>	-	(1.087.535)	(1.087.535)
	20.678.852	9.670.554	52.709.067

Dada a natureza da maior parte dos investimentos financeiros acima referidos (adiantamentos) e dada a dificuldade de apuramento de forma fiável do justo valor dos mesmos, o Grupo registou tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respectivas perdas de imparidade identificadas.

22. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento do Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Saldo inicial</i>	30.652.729	41.344.627	41.344.627
<i>Aumentos</i>	25.927.442	4.926.802	4.922.064
<i>Variação de justo valor</i>	1.276.971	3.066.672	3.066.672
<i>Alienações</i>	-	(726.973)	(726.973)
<i>Diferenças cambiais (propriedades localizadas em Angola e Europa Central)</i>	926.626	(486.191)	(526.022)
<i>Variação de perímetro</i>	-	-	-
<i>Transferências</i>	29.831.029	(17.472.208)	(17.243.077)
<i>Saldo final</i>	88.614.797	30.652.729	30.837.291

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo Grupo na valorização das suas propriedades de investimento estão referidos na alínea vii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal, na Polónia e na República Checa estão registadas ao seu valor de mercado, de acordo com avaliações independentes baseadas na evidência de transacções de mercado recentes de propriedades similares.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal destinam-se ao arrendamento, enquanto que as localizadas na Polónia e na República Checa se destinam à obtenção de ganhos de capital no médio e longo prazo.

Em 2010, a rubrica “Transferências” inclui, essencialmente, o valor de um edifício localizado em Portugal transferido da rubrica Inventários (ver Nota 5), para o qual, durante o exercício, o Grupo celebrou um contrato promessa de arrendamento com uma entidade terceira destinado a arrendamento. Os valores incluídos nas rubricas “Aumentos” e “Variação de justo valor” estão também relacionados com este edifício.

De salientar, no entanto, que o referido edifício ainda não gerou rendas no exercício de 2010, em virtude de ainda se encontrar na fase final de construção.

No exercício de 2009, os imóveis localizados em Angola que se encontravam arrendados e, portanto, registados na rubrica propriedade de investimentos, passaram a ser utilizados na actividade da Sucursal, razão pela qual foram transferidos para a rubrica de activos tangíveis.

As variações de perímetro no exercício de 2009, são justificadas pela aquisição da participada Kilinskiego e da imputação do justo valor dos activos e passivos identificáveis a esta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2010, as propriedades de investimento detidas pelo Grupo eram as seguintes: i) Terreno/imóvel da Jeremiasova (República Checa); ii) Terreno/imóvel da Kilinskiego (Polónia); e iii) condomínio comercial Motadomus (Portugal).

Os ganhos obtidos pelo Grupo relativos a rendas das suas propriedades de investimento ascenderam, em 2010 a Euro 415.945 (2009: Euro 326.600).

As avaliações efectuadas tiveram em conta os seguintes métodos de avaliação: (i) Método comparativo de mercado (terrenos/imóveis na República Checa e Polónia), em que o valor de mercado dos terrenos/imóveis foi determinado por comparação com outros semelhantes de que são conhecidos os preços de mercado; (ii) Método do rendimento (condomínio comercial Motadomus e Edifício Báltico), utilizando para tal o método da capitalização de rendas futuras esperadas. Na avaliação foram seguidos os padrões internacionais e europeus promovidos pelo IVSC (International Valuation Standards Committee) e TEGoVA nos “Approved European Property Valuation Standards”.

23. Inventários

A informação relativa a inventários com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Valor de balanço:</i>			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	47.947.573	50.069.303	52.524.857
Produtos e trabalhos em curso	72.760.360	90.547.431	105.793.544
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	12.181	12.181
Produtos acabados	42.712.410	38.202.977	38.313.219
Mercadorias	38.286.426	52.628.190	54.081.697
Adiantamentos por conta de compras	8.474.342	9.763.948	9.775.077
	210.181.111	241.224.029	260.500.575
<i>Perdas de imparidade acumuladas:</i>			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(657.797)	(765.209)	(2.998.429)
Produtos e trabalhos em curso	(111.742)	-	-
Produtos acabados	(6.136.791)	(4.519.183)	(4.520.210)
Mercadorias	(251.015)	(2.854.973)	(3.057.587)
	(7.157.345)	(8.139.365)	(10.576.226)
	203.023.766	233.084.664	249.924.349

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em inventários com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Saldo inicial</i>	8.139.365	9.376.719	9.376.719
<i>Aumento (Nota 10)</i>	222.803	1.350.981	1.352.677
<i>Redução</i>	(445.465)	(159.266)	(159.266)
<i>Utilização</i>	-	-	-
<i>Transferências e variação de perímetro</i>	(759.358)	(2.429.069)	6.096
<i>Saldo final</i>	7.157.345	8.139.365	10.576.226

24. Outros activos

a) Empréstimos e contas a receber

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de clientes com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Não correntes			Correntes		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Clientes:</i>						
Clientes, conta corrente						
<i>Valor Bruto</i>						
Engenharia e Construção	9.857.563	9.253.228	11.039.640	892.215.835	701.506.889	731.298.854
Ambiente e Serviços	669.799	28.132	418.572	170.059.849	147.925.936	148.293.851
Concessões de transportes	-	-	-	-	-	3.532.382
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	-	(11.879.646)	(5.427.998)	(8.660.720)
	10.527.362	9.281.360	11.458.212	1.050.396.038	844.004.827	874.464.367
<i>Perdas de imparidade acumuladas</i>	(123.629)	(1.548)	(247.587)	(45.201.525)	(40.130.569)	(41.064.699)
	10.403.733	9.279.812	11.210.625	1.005.194.513	803.874.258	833.399.668
Clientes, títulos a receber	126	475.655	475.655	3.025.973	2.854.355	4.715.068
	10.403.859	9.755.467	11.686.280	1.008.220.486	806.728.613	838.114.736

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de outros devedores com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Não correntes			Correntes		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Outros devedores:						
Empresas associadas, participadas e participantes						
Valor Bruto	68.811.021	53.074.350	81.071.624	2.624.707	24.193.954	31.050.999
Perdas de imparidade acumuladas	(2.211.180)	(16.511.445)	(16.511.445)	-	-	-
	66.599.841	36.562.905	64.560.179	2.624.707	24.193.954	31.050.999
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	14.288.756	11.613.370	13.266.292
Estado e outros entes públicos	-	-	-	28.191.894	28.366.626	34.138.791
Outros						
Valor Bruto	4.505.086	13.684.136	13.691.644	278.344.318	143.035.372	135.553.119
Perdas de imparidade acumuladas	(827.847)	-	-	(19.467.610)	(18.045.503)	(18.158.942)
	3.677.239	13.684.136	13.691.644	258.876.708	124.989.869	117.394.177
	70.277.080	50.247.041	78.251.823	303.982.065	189.163.819	195.850.259

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua actividade operacional. As perdas acumuladas de imparidade foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas.

É convicção do Conselho de Administração de que o valor pelo qual estes activos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

O Grupo não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos comerciais relativos aos activos financeiros que não se encontravam em imparidade era como segue:

Antiguidade no balanço 2010	Clientes conta corrente	Clientes títulos a receber	Outros
Valores Vencidos			
J0 : 1] mês	103.952.305	39.920	46.212.742
J1 : 3] meses	154.398.961	16.276	94.317.472
J3 : 12] meses	139.701.907	2.134.769	26.230.438
J1 : 3] anos	156.492.944	47.574	43.286.655
Mais de 3 anos	85.997.943	4.927	11.899.621
	640.544.060	2.243.466	221.946.928
Valores Não Vencidos	375.054.186	782.633	40.607.019
Total	1.015.598.246	3.026.099	262.553.947

Antiguidade no balanço 2009 reexpresso	Clientes conta corrente	Clientes títulos a receber
Valores Vencidos		
J0 : 1] mês	252.957.830	285.073
J1 : 3] meses	163.255.735	112.667
J3 : 12] meses	102.472.735	77.143
J1 : 3] anos	60.300.722	46.504
Mais de 3 anos	25.854.585	4.927
	604.841.607	526.314
Valores Não Vencidos	208.312.463	2.803.696
Total	813.154.070	3.330.010

Antiguidade no balanço 2009	Clientes conta corrente	Clientes títulos a receber
Valores Vencidos		
J0 : 1] mês	253.306.457	493.836
J1 : 3] meses	170.682.476	793.440
J3 : 12] meses	122.735.135	127.143
J1 : 3] anos	63.569.525	146.504
Mais de 3 anos	26.004.237	4.927
	636.297.830	1.565.850
Valores Não Vencidos	208.312.463	3.624.873
Total	844.610.293	5.190.723

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição líquida de perdas de imparidade acumuladas, do Grupo a saldos com antiguidade superior a 1 ano resulta, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Câmaras municipais, Governos regionais, organismos públicos angolanos, etc.), de retenções de garantias prestadas a clientes e a saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, sendo entendimento do Conselho de Administração do Grupo que tais contas a receber não se encontram em imparidade.

São registados ajustamentos às contas a receber por perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são calculados considerando a análise da antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como as condições financeiras dos devedores.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas</i>	1.065.570	3.328.130	3.877.459
<i>Imposto sobre o valor acrescentado</i>	12.388.772	11.265.100	14.921.280
<i>Segurança social</i>	9.541	-	2.431
<i>Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares</i>	10.720	97.043	97.044
<i>Outros impostos</i>	15.581	25.437	25.437
<i>Impostos em outros países</i>	14.701.710	13.650.916	15.215.140
	28.191.894	28.366.626	34.138.791

O movimento das perdas de imparidade em empréstimos e contas a receber é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Clientes, conta corrente:</i>			
<i>Saldo inicial</i>	40.132.117	38.438.609	38.438.609
<i>Aumento</i>	7.210.372	3.918.221	4.062.930
<i>Redução</i>	(2.917.743)	(1.858.839)	(2.058.839)
<i>Utilização</i>	(1.650.899)	(521.600)	(521.600)
<i>Transferências e variação de perímetro</i>	2.551.307	155.726	1.391.186
<i>Saldo final</i>	45.325.154	40.132.117	41.312.286
<i>Outros devedores:</i>			
<i>Saldo inicial</i>	34.556.948	34.889.130	34.889.130
<i>Aumento</i>	3.299.983	673.875	705.537
<i>Redução</i>	(16.586.663)	(295.946)	(295.946)
<i>Utilização</i>	(748)	(372.384)	(372.384)
<i>Transferências e variação de perímetro</i>	1.237.117	(337.727)	(265.950)
<i>Saldo final</i>	22.506.637	34.556.948	34.670.387

Em 31 de Dezembro de 2010, a variação ocorrida na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas” justifica-se, essencialmente, pela utilização da provisão criada para o Intercon ACE, uma vez que durante o exercício de 2010 se procedeu à sua dissolução e liquidação.

Com exceção do acordo de regularização de dívida estabelecido com o Governo Angolano, não foram efectuadas quaisquer renegociações materialmente relevantes relativamente a empréstimos e contas a receber que, por esse motivo pudessem estar vencidos ou com imparidade.

b) Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Acréscimos de proveitos			
Produção e prestação de serviços não facturadas	84.797.387	59.145.079	100.986.971
Indemnizações a receber			126.488.111
Juros a receber	16.598.418	13.594.037	13.689.923
Outros acréscimos de proveitos	16.944.942	10.643.516	17.167.126
	118.340.747	83.382.632	258.332.132
Custos plurianuais			
Seguros	2.819.465	2.611.501	3.237.503
MLFF			24.950.855
Outros custos plurianuais	6.767.618	15.221.615	27.204.974
	9.587.083	17.833.116	55.393.332
	127.927.830	101.215.748	313.725.464

A rubrica “Outros custos plurianuais” inclui fundamentalmente custos com contratos de manutenção celebrados e outros pagamentos efectuados antecipadamente.

A informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Custos de construção incorridos até à data	4.658.125.724	3.246.704.606	3.284.621.949
Custos de construção incorridos no ano	1.175.952.481	702.027.674	719.142.200
Proveitos reconhecidos até à data	4.814.268.940	3.543.964.890	3.578.312.596
Proveitos reconhecidos no ano	1.248.153.703	824.063.742	840.510.718
Adiantamentos recebidos de clientes	92.357.354	20.290.592	25.693.222
Retenções feitas por clientes	23.781.788	5.395.509	5.504.666
Garantias dadas a clientes	334.691.445	252.790.500	252.790.500
Acréscimos de proveitos - excesso de produção sobre facturação	71.070.390	20.160.005	23.180.399
Proveitos diferidos - déficit de produção sobre facturação	96.202.589	42.549.873	43.556.169

Não foram feitas quaisquer renegociações materialmente relevantes relativamente a outros activos correntes a receber que, por esse motivo pudessem estar vencidos ou com imparidade.

c) Caixa e seus equivalentes

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como segue:

	Sem recurso			Com recurso		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Depósitos a prazo e outros	-	3.000.000	15.992.865	1.547.764	2.699.608	2.699.608
Depósitos bancários e caixa						
Depósitos à ordem	8.599.925	15.665.016	104.359.441	187.176.425	102.767.619	118.020.423
Caixa	36.176	52.225	88.423	3.265.812	4.030.202	4.155.059
	8.636.101	18.717.241	120.440.729	191.990.001	109.497.429	124.875.090

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro detido pelo Grupo e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. O valor por que este conjunto de activos está registado aproxima-se do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2009, não existiam restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com recurso”. Em 31 de Dezembro de 2010, existem Euro 2.037.707 registados em caixa e seus equivalentes não disponíveis no curto prazo, pelo facto de terem sido dados em garantia ou cativos.

Os valores da rubrica “Caixa e seus equivalentes sem recurso” dizem respeito à totalidade dos valores registados na rubrica “Caixa e seus equivalentes” das empresas com concessões portuárias, a maioria dos quais se encontra afecto ao serviço da dívida do exercício de 2011.

25. Capital e reservas

O capital da Mota-Engil SGPS em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascende a Euro 204.635.695, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de Euro 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo detém 11.005.456 acções próprias.

Durante o exercício de 2010, as alterações no número de acções próprias podem ser resumidas como segue:

	Quantidade	Custo médio	Montante
<i>Saldo inicial</i>	10.972.328	2,06	22.558.792
<i>Aumentos</i>			
<i>Junho</i>	33.128	2,04	67.729
	33.128	2,04	67.729
<i>Saldo final</i>	11.005.456	2,06	22.626.521

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2010 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do Grupo, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da Mota-Engil SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do Grupo.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Reservas:

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de justo valor – derivados

A reserva de justo valor - derivados reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 27. Instrumentos financeiros derivados) e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda

A reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

As reservas cambiais reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de

filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de ser distribuídas ou de ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Em 31 de Dezembro de 2010, não existiam reservas passíveis de distribuição.

26. Endividamento

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2010					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	7.278.633	50.000.000	25.000.000	-	82.278.633
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	120.568.883	63.649.981	88.036.032	20.148.099	292.402.995
Descobertos bancários	218.012.464	-	-	-	218.012.464
Contas caucionadas	127.010.928	-	-	-	127.010.928
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	38.084.235	55.373.716	219.182.062	60.050.000	372.690.013
Outros empréstimos	3.997.121	529.878	1.677.886	387.012	6.591.897
	514.952.264	169.553.575	333.895.980	80.585.111	1.098.986.930
2009 reexpresso					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	31.000.000	57.500.000	25.000.000	-	113.500.000
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	111.483.778	77.270.679	59.563.731	5.933.817	254.252.005
Descobertos bancários	167.543.444	-	-	-	167.543.444
Contas caucionadas	85.369.158	177.102	-	-	85.546.260
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	120.785.710	51.143.924	113.038.520	61.350.000	346.318.154
Outros empréstimos	33.164.906	4.901.389	7.856.948	4.833.558	50.756.801
	549.346.996	190.993.094	205.459.199	72.117.375	1.017.916.664
2009					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	31.000.000	57.500.000	25.000.000	-	113.500.000
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	122.136.557	133.488.006	198.541.495	84.390.096	538.556.154
Descobertos bancários	168.868.069	-	-	-	168.868.069
Contas caucionadas	86.515.547	177.102	-	-	86.692.649
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	120.785.710	51.143.924	113.038.520	61.350.000	346.318.154
Outros empréstimos	33.986.083	4.901.389	8.377.564	4.833.558	52.098.594
	563.291.966	247.210.421	344.957.579	150.573.654	1.306.033.620

Embora as emissões de papel comercial tenham o seu vencimento no prazo de 1 ano, dado que as mesmas se encontram abrangidas por programas de médio e longo prazo que permitem a sua renovação, o Conselho de Administração do Grupo, dado pretender continuar a utilizar as mesmas, registou tais dívidas no médio e longo prazo.

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2010					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	3.413.463	4.333.346	12.677.458	95.964.149	116.388.416
	3.413.463	4.333.346	12.677.458	95.964.149	116.388.416
2009 reexpresso					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	3.099.065	4.111.015	8.178.912	79.302.757	94.691.749
	3.099.065	4.111.015	8.178.912	79.302.757	94.691.749
2009					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	132.073.353	71.271.143	82.301.578	938.007.336	1.223.653.410
Contas caucionadas	3.700.000	-	-	-	3.700.000
	135.773.353	71.271.143	82.301.578	938.007.336	1.227.353.410

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes relativos ao endividamento estão denominados nas seguintes moedas:

	Obrigações	Instituições de crédito	Papel comercial	Outros empréstimos	Total
2010					
Coroas Checas	-	9.356.945	-	-	9.356.945
Dólares dos Estados Unidos	-	14.156.058	-	-	14.156.058
Dinar Argelino	-	292.196	-	-	292.196
Euros	82.278.633	714.402.206	372.690.013	6.591.897	1.175.962.749
Forints Húngaros	-	1.809.311	-	-	1.809.311
Meticais da Nova Família	-	401.708	-	-	401.708
São Tomé Dobras	-	47.514	-	-	47.514
Złotys Polacos	-	13.348.865	-	-	13.348.865
	82.278.633	753.814.803	372.690.013	6.591.897	1.215.375.346
2009 reexpresso					
Coroas Checas	-	9.800.742	-	-	9.800.742
Dólares dos Estados Unidos	-	10.895.215	-	832.875	11.728.090
Dinar Argelino	-	268.772	-	-	268.772
Euros	113.500.000	569.838.740	346.318.154	49.923.823	1.079.580.717
Forints Húngaros	-	1.743.547	-	-	1.743.547
Meticais da Nova Família	-	68.680	-	103	68.783
Złotys Polacos	-	9.417.761	-	-	9.417.762
	113.500.000	602.033.458	346.318.154	50.756.801	1.112.608.413
2009					
Coroas Checas	-	9.800.742	-	-	9.800.742
Dólares dos Estados Unidos	-	12.995.946	-	1.353.491	14.349.438
Dinar Argelino	-	268.772	-	-	268.772
Euros	113.500.000	1.936.353.027	346.318.154	50.745.000	2.446.916.181
Forints Húngaros	-	1.743.547	-	-	1.743.547
Meticais da Nova Família	-	68.680	-	103	68.783
Pesos Mexicanos	-	50.821.808	-	-	50.821.808
Złotys Polacos	-	9.417.759	-	-	9.417.759
	113.500.000	2.021.470.282	346.318.154	52.098.594	2.533.387.030

As taxas de juro médias suportadas nas principais rubricas do endividamento durante os exercícios de 2010 e 2009 são como segue:

	2010		2009 reexpresso		2009	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	3,93	[2,43 ; 5,49]	3,71	[3,30 ; 4,36]	3,71	[3,30 ; 4,36]
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	3,33	[1,71 ; 6,61]	3,89	[1,67 ; 6,00]	4,64	[1,67 ; 6,00]
Descobertos bancários	4,09	[2,21 ; 19,5]	3,86	[1,72 ; 4,29]	3,92	[1,72 ; 4,29]
Contas caucionadas	3,28	[2,07 ; 19,5]	2,78	[0,70 ; 7,00]	2,88	[0,70 ; 7,00]
Outros empréstimos obtidos:	4,68	[1,52 ; 5,25]	-	-	-	-
Emissões de papel comercial	1,63	[0,81 ; 2,47]	1,87	[1,26 ; 3,24]	1,87	[1,26 ; 3,50]

Os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial obtidos pelo Grupo são como segue:

Tipo de emissão / Emitente	Data emissão	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal actual	Prazo
Empréstimos obrigacionistas:					
Mota-Engil SGPS	29-Dez-04	Euribor 6 meses + 1,5%	i)	7.500.000	
Mota-Engil SGPS	23-Abr-08	Euribor 6 meses + 2,8%	ii)	25.000.000	
Mota-Engil SGPS	18-Nov-09	Mid Swap 3Y + 3,35%	iii)	50.000.000	
Programas de papel comercial :					
Mota-Engil SGPS	17-Nov-08	Euribor do prazo + 0,5%		3.200.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS	21-Nov-08	Euribor do prazo + 0,85%		50.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS	28-Out-10	Euribor do prazo + 3,0%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	13-Nov-06	Euribor do prazo + 1,875%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	3-Dez-08	Euribor do prazo + 3,0%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e	15-Jan-07	Euribor do prazo + 1,5%		77.000.000	De 1, 3, 6 a 12 meses
Mota-Engil Engenharia	30-Mar-06	Euribor do prazo + 0,5%		7.500.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil Engenharia	26-Jun-07	Euribor do prazo + 0,4%		30.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil Engenharia	23-Nov-07	Euribor do prazo + 0,4%		25.000.000	Col Directa: De 7 a 184 dias/ Col Leilão: De 1,2,3,4,5 ou 6 meses
Mota-Engil Engenharia	30-Set-10	Euribor do prazo + 1,5%		10.000.000	De 7 a 182 dias
Mota-Engil Engenharia	28-Out-10	Euribor do prazo + 3,0%		50.000.000	De 7 a 181 dias
Mota-Engil Engenharia	16-Dez-10	Euribor do prazo + 2,5%		50.000.000	Col Directa: De 90 a 181 dias/ Col Leilão: De 3,4,5 ou 6 meses
Tertir	3-Jul-07	Euribor do prazo + 2,0%		25.000.000	1, 3, 6 ou 12 meses

i) Juros pagos em 14 semestralidades a partir de 29 de Junho de 2005. Reembolso em quatro semestralidades a partir do 11º cupão. Possibilidade de reembolso

ii) Juros pagos em dez semestralidades a partir de 23 de Outubro de 2008. Reembolso único no vencimento do contrato.

iii) Juros pagos em seis semestralidades a partir de 18 de Maio de 2010 com reembolso único no vencimento do contrato.

A totalidade do montante em dívida contraído em outros contratos de empréstimos de montante superior a Euro 10.000.000 pode ser analisada como segue:

Emitente	Tipo de emissão	Montante do empréstimo	Montante em dívida
Outras operações:			
Holding			
Mota-Engil, SGPS	Descoberto bancário	78.500.000	76.607.771
Mota-Engil, SGPS	Emprestimo de médio e longo prazo	70.000.000	47.642.857
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	18.000.000	17.817.000
Engenharia e Construção			
Mota-Engil Engenharia	Descoberto bancário	103.325.000	69.436.728
Mota-Engil Engenharia	Emprestimo de médio e longo prazo	68.972.685	45.494.995
Mota-Engil Engenharia	Conta Corrente Caucionada	33.697.114	25.360.000
Mota-Engil Engenharia	Emprestimo de curto prazo	20.000.000	20.000.000
Planinova	Emprestimo de médio e longo prazo	26.000.000	26.000.000
Ambiente e Serviços			
Indaqua	Emprestimo de médio e longo prazo	17.500.000	13.600.000
Indaqua Feira	Emprestimo de médio e longo prazo	63.000.000	50.542.161
Indaqua Santo Tirso	Emprestimo de médio e longo prazo	17.500.000	14.397.747
Indaqua Vila do Conde	Emprestimo de médio e longo prazo	76.500.000	21.263.297
Indaqua Matosinhos	Emprestimo de médio e longo prazo	48.500.000	22.092.546
Sotagus	Emprestimo de médio e longo prazo	11.222.953	4.316.521
Suma	Emprestimo de médio e longo prazo	25.550.000	25.550.000
Tertir	Emprestimo de médio e longo prazo	60.000.000	52.500.000
Tertir	Descoberto bancário	10.000.000	7.928.799

Os montantes considerados em “Outros empréstimos” dizem sobretudo respeito a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (AICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento. Estes empréstimos não vencem juros.

27. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são os seguintes os instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor		
							2010	2009 reexpresso	2009
Ascendi BLA	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Abr-01	180.267.201	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,62%)	Jun-11	-	-	(200.604)
Ascendi CP	Collar	Millennium BCP	Ago-00	89.197.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,5%)	Jun-10	-	-	93.457
Ascendi GL	Interest Rate Swap	Esírito Santo Investment	Jan-07	159.869.501	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,27%)	Jun-33	-	-	382.574
Ascendi GP	Interest Rate Swap	Esírito Santo Investment	Set-02	120.760.018	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,0%)	Jun-12	-	-	(1.326.580)
Ascendi Group	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez-07	50.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Dez-10	-	-	(1.493.930)
Indaqua Feira	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Set-07	17.633.525	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,526%)	Set-29	(2.165.069)	(1.628.016)	(1.628.016)
Indaqua Feira	Interest Rate Swap	Santander	Set-07	17.633.525	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,526%)	Set-29	(2.165.069)	(1.628.016)	(1.628.016)
Indaqua Matosinhos	Interest Rate Swap	CGD	Jun-08	34.905.040	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,485%)	Jun-28	(3.897.662)	(2.780.020)	(2.780.020)
Indaqua St. Tirso	Interest Rate Swap	Caixa BI	Mar-08	15.477.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,85%)	Mar-14	(1.210.748)	(1.525.482)	(1.525.482)
Mota-Engil SGPS	Semi Knock-out Swap	Millennium BCP	Nov-05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa com Knock-out	Nov-10	-	(409.443)	(409.443)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Nov-05	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,24%)	Nov-10	-	(624.834)	(624.834)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez-05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,23%)	Jun-10	-	(229.330)	(229.330)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	37.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,18%)	Jan-11	(56.234)	(1.644.049)	(1.644.049)
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	40.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Jan-11	(61.189)	(1.789.715)	(1.789.715)
Mota-Engil Engenharia	Interest Rate Swap	BNP Paribas Fortis	Dez-05	5.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Dez-10	-	(25.503)	(25.503)
Mota-Engil Engenharia	Cap	BNP Paribas Fortis	Jun-07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Jun-15	2.922	7.885	7.885
Mota-Engil Engenharia	Collar	BNP Paribas Fortis	Jun-07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Jun-15	(1.998.047)	(2.394.000)	(2.394.000)
Suma	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Jul-10	20.400.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,31%)	Jul-17	(1.177.387)	-	-
Outros potencialmente favoráveis	Outros	Vários	-	-	-	-	461.676	-	-
Outros potencialmente desfavoráveis	Outros	Vários	-	-	-	-	(953.345)	781.560	781.560
							(13.220.152)	(13.888.963)	(16.434.046)

Os critérios de classificação e de valorização destes instrumentos encontram-se descritos na alínea ix) f) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo foi efectuado pelas respectivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas/independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados baseiam-se no método dos cash-flows descontados: utilizando Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas da Reuters e Bloomberg, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respectivas taxas forwards e factores de desconto, que servem para descontar os cash flows fixos (fixed leg) e os cash flows variáveis (floating leg). O somatório das duas legs, apura o VAL (Valor Actualizado Líquido).

28. Passivos comerciais e outros passivos a pagar

A informação relativa a passivos comerciais e outros passivos a pagar, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Não correntes			Correntes		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Fornecedores						
Engenharia e Construção	4.117.640	6.954.666	7.143.131	428.973.733	406.934.223	414.552.031
Ambiente e Serviços	-	3.432.044	-	96.372.125	75.536.821	78.119.650
Concessões de Transportes	-	-	-	-	-	6.363.649
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	-	(43.176.293)	(31.112.139)	(34.764.039)
	4.117.640	10.386.710	7.143.131	482.169.565	451.358.905	464.271.291
Fornecedores de activo fixo	141.929.430	123.346.911	125.658.661	58.343.909	63.850.717	81.921.592
Empresas associadas e outros accionistas	537.269	405.992	559.051	490.825	110.495	198.587
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	42.589.768	48.327.366	69.699.344	87.857.323	55.860.791	80.515.411
Estado e outros entes públicos	-	-	-	42.967.832	26.435.990	28.253.519
Outros credores	42.124.063	44.554.339	96.406.783	251.351.272	207.712.792	218.889.041
	227.180.530	216.634.608	292.323.839	441.011.161	353.970.785	409.778.150
	231.298.170	227.021.318	299.466.970	923.180.726	805.329.690	874.049.441

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “fornecedores” inclui o montante de, aproximadamente, Euro 43.000.000 relativos a contratos de *confirming*.

Estes montantes dizem sobretudo respeito a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao Grupo.

O Conselho de Administração está convicto que o valor pelo qual estes passivos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Fornecedores” era como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Maturidade contratual remanescente:			
10 : 1] mês	302.549.548	221.579.006	231.265.487
11 : 3] meses	118.489.916	132.565.212	136.067.555
13 : 12] meses	56.344.081	86.686.735	87.197.851
11 : 3] anos	2.452.555	12.886.019	12.262.105
Mais de 3 anos	6.451.105	8.028.643	4.621.424
	486.287.205	461.745.615	471.414.422

Em 31 de Dezembro de 2010, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Outros credores” era como segue:

	2010
Maturidade contratual remanescente:	
10 : 1] mês	71.686.993
11 : 3] meses	8.240.712
13 : 12] meses	2.907.286
11 : 3] anos	2.203.741
Mais de 3 anos	53.721.892
Factoring	154.714.711
	293.475.335

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estão incluídos na rubrica “Outros credores” os montantes respeitantes a “factoring” com recurso e a letras descontadas nos montantes de Euro 155.599.381 e Euro 167.550.237, respectivamente, os quais no caso do factoring não têm uma maturidade contratual definida.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo mantinha responsabilidades com locatários, registadas na rubrica “Fornecedores de imobilizado”, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 209.011.398 e Euro 196.197.011, respectivamente, com os seguintes prazos de vencimento:

	Rendas vincendas de contratos de leasing			Valor actual das rendas de contratos de leasing		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
1 ano	48.691.759	46.281.473	73.078.365	45.780.948	42.627.098	46.103.001
2 anos	39.277.590	33.629.056	37.152.907	37.144.798	30.638.596	33.720.630
3 anos	30.955.345	26.459.017	30.020.843	28.856.528	24.177.761	27.337.130
4 ou mais anos	90.086.704	89.827.465	112.330.502	69.730.604	68.409.337	90.172.025
	209.011.398	196.197.011	252.582.617	181.512.878	165.852.792	197.332.786
Juros incluídos nas rendas	(27.498.520)	(30.344.219)	(55.249.831)			
Valor actual das rendas de contratos de leasing	181.512.878	165.852.792	197.332.786	181.512.878	165.852.792	197.332.786

Em 31 de Dezembro de 2010, os contratos de locação financeira mais significativos são como segue:

Contraente	Montante	Activo	Período do leasing	Opcão de compra
CPTP	4.897.960	Equipamento portuário	8 anos	141.098
Ferrovias	2.360.169	Equipamento diverso	5 anos	118.008
Liscont	2.100.000	Equipamento portuário	5 anos	42.000
Mota-Engil Engenharia	56.612.438	Equipamento diverso	4 anos	1.086.078
Mota-Engil Engenharia	8.773.546	Equipamento diverso	5 anos	156.838
Mota-Engil Kruszwka	1.288.518	Equipamento diverso	5 anos	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.629.812	Equipamento diverso	6 anos	81.491
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.155.652	Equipamento diverso	10 anos	728.061
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.377.597	Equipamento diverso	5 anos	15.130
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.588.925	Equipamento diverso	7 anos	15.889
ME-Pavimentações	1.038.600	Equipamento diverso	4 anos	-
PTT	2.647.989	Terrenos e Construção	11 anos	-
Rentaco	1.116.134	Equipamento diverso	4 anos	-
Rentaco	3.100.000	Equipamento diverso	5 anos	-
Socarpor Aveiro	1.976.000	Guindaste	8 anos	39.520
Socarpor Aveiro	3.300.000	Guindaste	12 anos	66.000
Socarpor Aveiro	13.057.915	Terminal Sograin	12 anos	261.158
Sotagus	4.000.000	Pórtico de porto	7 anos	80.000
Sotagus	7.400.000	Pórtico de porto	5 anos	148.000
Suma	3.835.050	Equipamento diverso	5 anos	-
Takargo	24.140.200	Locomotivas	25 anos	3.017.525
Takargo	11.943.750	Vagões	25 anos	1.492.969
Correia & Correia	1.008.306	Equipamento diverso	20 anos	-

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido contabilístico dos bens objecto de contratos de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	2010
Terrenos e edifícios	8.415.165
Equipamento básico	121.172.953
Equipamento de transporte	29.176.161
Equipamento administrativo	51.303
Outros activos	1.815.678
Afectos a concessões	19.653.807
	180.285.067

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.948.310	4.895.189	5.990.990
Imposto sobre o valor acrescentado	3.263.778	2.820.098	3.602.309
Segurança social	3.313.048	3.327.661	3.415.170
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.581.008	1.551.452	1.681.676
Outros impostos	1.268.626	410.257	427.746
Impostos em outros países	31.593.062	13.431.333	13.135.628
	42.967.832	26.435.990	28.253.519

29. Provisões

A informação relativa a provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser resumida como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	9.351.392	10.674.497	10.674.497
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	70.935	1.188.714	1.188.714
Selagem e monitorização de aterro	6.135.408	4.722.111	4.722.111
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	15.186.062	7.871.183	2.058.770
Processos Judiciais	7.430.131	6.772.769	6.772.769
Garantias de qualidade	12.592	12.943	12.943
Outras contingências/ custo estimado com operações em processo de encerramento	33.587.943	25.401.258	4.138.031
	71.774.463	56.643.475	29.567.835

As provisões para indemnizações por rescisão de contrato de trabalho a termo e para a selagem e monitorização de aterro referem-se, essencialmente, ao Subgrupo Suma.

As provisões para processos judiciais e outras contingências referem-se, essencialmente, ao Subgrupo Tertir.

A variação ocorrida na rubrica “Outras contingências” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 reexpresso justifica-se pela adopção da IFRIC 12 nas empresas concessionárias.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo constituiu igualmente provisões para fazer face ao encerramento de algumas operações na Irlanda e em Espanha.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência ao exercício de 2010, é como segue:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Transferências e variação de perímetro	Saldo final
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	10.674.497	107.989	(1.319.444)	-	(111.650)	9.351.392
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	1.188.714	47.842	(1.165.621)	-	-	70.935
Selagem e monitorização de aterro	4.722.111	1.415.627	-	-	(2.330)	6.135.408
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equiv. patrimonial	7.871.183	800.605	-	-	6.514.274	15.186.062
Processos Judiciais	6.772.769	731.614	(17.532)	-	(56.720)	7.430.131
Garantias de qualidade	12.943	-	-	-	(351)	12.592
Outras contingências/ custo estimado com operações em processo de encerramento	25.401.258	11.039.408	(796.175)	(1.932.752)	(123.796)	33.587.943
	56.643.475	14.143.085	(3.298.772)	(1.932.752)	6.219.427	71.774.463

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial para os quais foi constituída provisão, são como seguem:

	2010	2009 reexpresso	2009
Construtora Perote-xalapa	-	1.170.508	-
Fabritubo	-	1.879.566	1.879.566
Grossiman	1.152.584	-	-
Luma e NGA (Grupo Geovision)	1.282.903	-	-
Grupo SLPP	5.470.778	3.912.215	-
Haçor	1.653.691	-	-
HL-Soc. Gestora Edifício,SA	2.794.490	-	-
Iberocargo	1.021.839	648.912	-
Vista, SA	666.128	68.490	-
Outras	1.143.649	191.492	179.204
	15.186.062	7.871.183	2.058.770

Com excepção das provisões criadas para a selagem e monitorização de aterros, e para as da subsidiária TCL (relativas à adopção da IFRIC 12), para todas as outras a data de utilização das mesmas não é passível de ser estimada, pelo que tais provisões não foram alvo de actualização financeira.

30. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros passivos não correntes” diz respeito a subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo conforme informação abaixo:

2010		Reconhecimento de proveitos			
Sociedade beneficiária	Valor do activo	Montante do subsídio	Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveito em 2010	Reconhecimento de proveito em 2009
<i>Ferrovias</i>	15.318.483	1.207.736	797.506	284.568	660.721
<i>Indaqua Feira</i>	12.500.000	12.500.000	12.500.000	-	-
<i>Mota-Engil Engenharia</i>	23.785.439	6.697.366	2.113.533	2.130.732	632.618
<i>RTA</i>	7.619.971	3.108.194	1.671.330	107.941	107.941
<i>SGA</i>	3.956.914	1.377.415	222.283	82.302	82.302
			17.304.652	2.605.543	1.483.582

2009 reexpresso		Reconhecimento de proveitos			
Sociedade beneficiária	Valor do activo	Montante do subsídio	Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveito em 2009	Reconhecimento de proveito em 2008
<i>Ferrovias</i>	15.318.483	1.207.736	1.082.074	660.721	58.654
<i>Mota-Engil Engenharia</i>	11.587.677	3.956.078	1.562.301	632.618	444.541
<i>RTA</i>	7.619.971	3.108.194	1.779.271	107.941	107.941
<i>SGA</i>	3.956.914	1.377.415	304.585	82.302	82.302
			4.728.231	1.483.582	693.438

2009		Reconhecimento de proveitos			
Sociedade beneficiária	Valor do activo	Montante do subsídio	Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveito em 2009	Reconhecimento de proveito em 2008
<i>Aenor</i>	348.752.476	59.543.500	53.282.790	2.010.909	1.593.161
<i>Ferrovias</i>	15.318.483	1.207.736	1.082.074	660.721	58.654
<i>Mota-Engil Engenharia</i>	11.587.677	3.956.078	1.562.301	632.618	444.541
<i>RTA</i>	7.619.971	3.108.194	1.779.271	107.941	107.941
<i>SGA</i>	3.956.914	1.377.415	304.585	82.302	82.302
			58.011.021	3.494.491	2.286.599

Do total de proveitos diferidos no âmbito de subsídios ao investimento recebidos, os montantes de Euro 375.565 e Euro 818.677, para 2010 e 2009 respectivamente, encontram-se registados na rubrica “Outros passivos correntes”, conforme apresentado abaixo.

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Acréscimos de custos			
<i>Encargos com férias e subsídio de férias</i>	31.088.568	27.444.207	28.109.001
<i>Juros a liquidar</i>	7.765.659	5.511.595	27.189.547
<i>Trabalhos em curso não facturados por fornecedores</i>	44.672.485	41.521.906	41.921.930
<i>Indemnizações a pagar nas concessões de auto-estradas</i>	-	-	40.442.588
<i>Outros custos por facturar nas concessões de auto-estradas</i>	-	-	8.593.885
<i>Outros acréscimos de custos</i>	256.428.143	27.102.688	33.684.230
	339.954.855	101.580.396	179.941.181
Proveitos diferidos			
<i>Facturação antecipada</i>	97.845.016	145.756.552	146.099.573
<i>Subsídios ao investimento</i>	375.565	818.677	2.829.586
<i>Rendas em imóveis próprios</i>	24.092	317.770	317.770
<i>Proveitos a reconhecer nas concessões de auto-estradas</i>	-	-	49.327.013
<i>Outros proveitos diferidos</i>	32.511.311	12.125.638	17.884.850
	130.755.984	159.018.637	216.458.792
	470.710.839	260.599.033	396.399.973

Em 31 de Dezembro 2009, a rubrica “Indemnizações a pagar nas concessões de auto-estradas” correspondia aos montantes a pagar aos Agrupamentos Complementares de Empresas responsáveis pela construção das referidas auto-estradas, na sequência do pedido de reequilíbrio financeiro estabelecido entre o Grupo Ascendi e o Estado Português, os quais foram liquidados em 2010.

31. Compromissos

Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as garantias prestadas pelo Grupo a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda, eram como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Coroas Checas</i>	4.147.559	3.738.316	3.738.316
<i>Novo Leu da Roménia</i>	-	1.098.700	1.098.700
<i>Díares Argelinos</i>	5.935.342	1.088.539	1.088.539
<i>Dólares dos Estados Unidos</i>	133.239.890	165.819.538	165.819.538
<i>Escudos Cabo Verdianos</i>	4.020.970	1.020.362	1.428.470
<i>Euros</i>	682.281.094	667.728.151	716.041.353
<i>Forints Húngaros</i>	25.390.052	31.678.720	31.678.720
<i>Kwashes do Malawi</i>	19.199.687	35.359.589	35.359.589
<i>Meticalis Moçambicanos</i>	34.125.240	2.341.410	10.425.318
<i>Nuevos Soles Peruanos</i>	35.189.848	2.393.072	2.393.072
<i>Pesos Mexicanos</i>	-	-	16.075.571
<i>Rands da África do Sul</i>	-	825.624	825.624
<i>Złotys Polacos</i>	58.169.015	47.636.294	47.636.294
	1.001.698.697	960.728.315	1.033.609.104

O detalhe por empresas do Grupo é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Areagolfe</i>	1.181.949	963.680	963.680
<i>Constructora Perote Xalapa</i>	-	-	8.083.908
<i>CPTP</i>	22.007.422	16.106.352	16.106.352
<i>Emocil</i>	2.416.369	-	-
<i>EMSA</i>	129.602	98.444	98.444
<i>Ferrovias</i>	20.363.790	21.045.069	21.045.069
<i>Grossman</i>	-	-	48.865
<i>Grupo Ascendi</i>	-	-	63.243.033
<i>Grupo Indaqua</i>	76.385.355	76.726.696	76.726.696
<i>Grupo Suma</i>	25.292.320	29.005.264	29.005.264
<i>Grupo Tertir</i>	81.010.152	82.822.005	82.845.817
<i>Hifer</i>	-	-	52.812
<i>Manvia</i>	1.563.060	964.410	964.410
<i>Mota-Engil Serviços Partilhados</i>	504.933	504.933	504.933
<i>MKC</i>	-	203.982	203.982
<i>Mota-Engil Ambiente e Serviços</i>	15.627.500	17.123.295	17.123.295
<i>Mota-Engil Central Europe Polónia</i>	58.576.891	46.996.031	46.996.031
<i>Mota-Engil Engenharia</i>	617.042.898	631.047.170	631.047.170
<i>Mota-Engil Central Europe Hungria</i>	5.347.174	7.425.653	7.425.653
<i>Mota-Engil Pavimentações</i>	7.564.274	4.657.494	4.657.494
<i>Mota-Engil Peru</i>	46.294.874	4.821.988	4.821.988
<i>Mota-Engil SGPS</i>	250.000	-	-
<i>Parquegil</i>	-	-	3.281
<i>Planinova</i>	283.014	275.178	275.178
<i>Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados</i>	5.275.079	5.380.438	5.380.438
<i>RTA</i>	384.369	423.173	423.173
<i>Sadoport</i>	-	-	1.425.078
<i>Sedengil</i>	30.956	54.857	54.857
<i>Tecnocarril</i>	15.000	15.000	15.000
<i>Tracevila</i>	6.126.734	6.355.615	6.355.615
<i>Vibeiras</i>	8.024.982	7.711.588	7.711.588
	1.001.698.697	960.728.315	1.033.609.104

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas às empresas participadas Ascendi CP, Ascendi GP, Ascendi BLA, LUSOPONTE e Ascendi Norte, para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de “Project Finance”.

32. Benefícios de planos de reforma

O Grupo assumiu responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e a alguns actuais funcionários.

As políticas de contabilização destes planos adoptadas pelo Grupo estão descritas na alínea xx) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo respeitam na sua quase totalidade à Mota-Engil Engenharia (Euro 8.936.770 e Euro 10.256.214 respectivamente), sendo o montante de Euro 414.622 e Euro 418.283 referente a outras empresas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo da Mota-Engil Engenharia, bem como as respectivas coberturas são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Responsabilidades com pensionistas	1.458.253	1.698.852	1.698.852
Responsabilidades com actuais activos	7.478.245	8.557.363	8.557.363
Provisões constituídas (Nota 29. Provisões)	8.936.770	10.256.214	10.256.214
% de cobertura	100%	100%	100%

A variação ocorrida no exercício encontra-se suportada por um relatório actuarial encomendado para o efeito e deveu-se, essencialmente, às seguintes alterações de pressupostos: (i) a taxa de rendimento do fundo passou de 4% para 4,5%, atendendo a que actualmente as taxas de rendimento esperado no longo prazo utilizadas no mercado dos fundos de pensões, também por recomendação das normas internacionais de contabilidade, rondam os 5%; (ii) o mesmo se aplica relativamente à taxa de actualização das pensões, embora se tenha passado apenas de 3% para 4% (como não existe veículo de financiamento para estas responsabilidades, é recomendável que se mantenha nos 4%); (iii) a taxa de crescimento salarial passou de 3% para 2%, atendendo a que o histórico dos salários utilizados para a avaliação actuarial tem apresentado crescimentos inferiores a 3%.

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

O estudo actuarial disponível reportado a 31 de Dezembro de 2010 assumiu os seguintes pressupostos:

Idade de passagem à reforma	65
Taxa esperada de crescimento salarial	2%
Taxa de actualização das pensões	4%
Tábuas de mortalidade	TV 88_90
Taxa de crescimento das pensões	4%
Número de pagamentos do benefício	14

33. Transacções com partes relacionadas

a) Transacções comerciais

As subsidiárias do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os saldos e transacções efectuadas entre subsidiárias durante o exercício findo de 31 de Dezembro de 2010 são como segue:

	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresa-mãe do Grupo e Actividades conexas				
Mota-Engil SGPS	30.297.596	3.202.268	102.828.402	13.394.700
Outras	6.215.895	1.563.599	16.000	2.501.672
Engenharia e Construção				
Mota-Engil Engenharia	121.639.560	116.755.615	95.864.150	1.170.000
Aurimove	9.404	1.685.980	1.173.013	7.153.930
Jeremiasova	-	8.918.398	-	-
M-Invest	250.578	6.590	8.271.283	110.391
Mota-Engil Angola	42.834.295	65.969.721	-	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	2.848.248	3.942.792	6.582.486	348.714
Mota-Engil Central Europe SGPS	13.552.828	17.745.216	50.503.837	68.024.706
Mota-Engil Magyarország	223.947	319.960	7.202.198	8.171.639
Mota-Engil Real Estate Management	3.117.713	3.508.277	7.127.674	9.342.687
Mota-Engil Real Estate Portugal	1.147.435	779.122	22.370.830	17.241.000
Mota-Engil S. Tomé	5.408.989	1.080.817	-	5.094.147
Mota Internacional	22.002.292	346.158	4.384.802	-
Planinova	500	16.403.124	-	6.325.500
Rentaco Angola	9.169.133	6.381.180	-	903.308
Tabella	-	-	-	18.888.995
Wilanow	-	1.064.097	-	7.115.588
Outras	37.004.831	18.155.680	4.580.025	41.454.805
Ambiente e Serviços				
Mota-Engil Ambiente e Serviços	8.130.313	30.127.333	50.157.226	101.650.870
Indaqua	1.222.907	88.173	30.938.414	12.140.215
Indaqua Feira	727	247.551	-	18.450.311
Indaqua Matosinhos	194.363	275.663	-	5.369.187
Suma	27.608.810	2.664.662	5.232.654	18.057.913
Suma Matosinhos	118.309	5.738.529	-	-
Tertir	2.052.114	7.913.944	3.053.284	19.066.319
Vista Waste (Angola)	57.541	13.452.324	-	65.861
Outras	27.997.873	34.769.428	6.349.567	24.593.387

	Juros obtidos	Juros suportados	Outros ganhos	Outros gastos
Empresa-mãe do Grupo e Actividades conexas				
Mota-Engil SGPS	5.250.645	-	12.470.798	-
Mota-Engil Serviços Partilhados	-	47.256	11.233.568	-
Outras	-	40.690	2.230.105	7.810
Engenharia e Construção				
Mota-Engil Engenharia	2.835.474	844.467	93.460.859	196.066.233
Capsfil	-	-	4.636.795	226.539
Ferroviás	48.667	50.589	542.643	5.962.228
Mota-Engil Angola	-	-	136.623.463	93.285.636
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	-	-	11.144.411	1.782.003
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	22	15.874	3.935.617	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	413.131	-	3.765.083	4.396.985
Mota-Engil Pavimentações	-	-	4.322.632	6.901.014
Planinova	-	-	-	17.499.861
Rentaco	-	-	5.408.642	3.735
Rentaco Angola	-	-	5.111.755	183.696
Outras	2.245.306	5.416.394	24.197.574	6.643.530
Ambiente e Serviços				
Mota-Engil Ambiente e Serviços	1.633.209	4.369.543	-	-
Suma	580.300	436.149	11.682.724	749.967
Outras	1.307.502	3.093.294	18.247.927	15.305.359

Os saldos e transacções com empresas associadas e empresas controladas conjuntamente, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, não são eliminados, e são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Contas a receber	85.882.003	17.251.992	15.432.657
Contas a pagar	24.368.211	23.125.511	30.738.865
Suprimentos concedidos	56.620.017	n.d.	n.d.
Suprimentos obtidos	590.681	n.d.	n.d.
Vendas e prestações de serviços	34.694.720	15.391.884	12.615.358
Custos das mercadorias vendidas e dos subcontratos	18.638.094	19.362.458	16.994.697
Juros obtidos	2.999.482	n.d.	n.d.
Juros suportados	172.797	n.d.	n.d.

Os saldos e transacções com accionistas do Grupo com participações qualificadas ou com outras empresas por si detidas são como segue:

	2010
Contas a receber	1.344.288
Contas a pagar	8.359
Suprimentos concedidos	1.467.149
 Vendas e prestações de serviços	739.859
Custos das mercadorias vendidas e dos subcontratos	18.027

Os saldos e transacções foram efectuados com as seguintes empresas com accionistas comuns ao Grupo:

Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

António da Lago Cerqueira, SA

Cerâmica do Bolávio, Lda

Cogera - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda

Covelas - Energia, Lda

F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA

Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

Sunviauto - Indústria de Componentes de Automóveis, SA

A relação dos accionistas do Grupo com participações qualificadas é como segue:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Eng. Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá

Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.

F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.

Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.

Privado Holding SGPS, S.A.

QMC Development Capital Fund, Plc

Por impossibilidade de determinação, encontram-se excluídas as outras empresas em que as sociedades QMC Development Capital Fund, Plc e Privado Holding, SGPS, SA também são accionistas.

Os administradores da Holding do Grupo e de cada uma das suas sub-holdings são os seguintes:

Mota-Engil, SGPS, S.A.

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho

Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Pires

Eng. José Luís Catela Rangel de Lima

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar

Eng. António Martinho Ferreira de Oliveira

Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo

Eng. Fernando Alberto Fiel e Barbosa

Eng. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Eng. Mário Jorge de Melo Faria de Barros

Eng. Gilberto Silveira Rodrigues

Eng. Pedro Rodrigues Martins da Costa

Mota-Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A.

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins

Eng. Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues

Eng. Paulo Jorge Silva da Costa Nunes

Eng. Eduardo João Frade Sobral Pimentel

Eng. Pedro José Avelar Montalvão de Santos e Silva

As sociedades subsidiárias e as sociedades associadas do Grupo encontram-se elencadas no Apêndice A deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

b) Compensações da administração e do Revisor Oficial de Contas

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascenderam aos montantes de Euro 4.807.163 (do qual, Euro 3.565.500 a título de remuneração fixa, Euro 1.132.163 a título de remuneração variável e Euro 109.500 a título de senhas de presença atribuídas aos administradores não executivos) e de Euro 4.906.152 (do qual, Euro 3.555.000 a título de remuneração fixa, Euro

1.257.652 a título de remuneração variável e Euro 93.500 a título de senhas de presença atribuídas aos administradores não executivos), respectivamente.

Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Em cada um desses mesmos exercícios a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas ascendeu a Euro 45.845 e Euro 45.848, respectivamente.

Alguns membros da administração possuem planos de reforma com benefícios definidos. A informação sobre estes planos está apresentada na Nota 32. Benefícios de planos de reforma.

34. Exploração de activos minerais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais activos e passivos afectos à exploração dos activos minerais do Grupo são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
<i>Activo fixo:</i>			
Terrenos em exploração	51.294.089	28.347.907	28.347.907
Edifícios afectos à exploração	1.743.584	491.091	491.091
Equipamentos afectos à exploração	10.040.015	8.359.574	8.359.574
<i>Inventário:</i>			
Stock de minério	6.084.541	5.698.236	5.698.236
Saldos a receber	22.372.729	12.261.634	12.261.634
Saldos a pagar	41.574.995	19.696.111	19.696.111

A contabilização dos terrenos afectos à exploração de activos minerais é feita de acordo com os critérios descritos na alínea iv) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Durante o exercício de 2010 e 2009, os proveitos e custos operacionais do Grupo relacionados com a exploração de activos minerais são como se apresenta abaixo.

	2010	2009 reexpresso	2009
Proveitos operacionais	47.872.952	27.466.703	27.466.703
Custos operacionais	39.385.624	25.225.574	25.225.574
EBITDA	8.487.328	2.241.129	2.241.129
margin EBITDA	17,7%	8,2%	8,2%

Durante o exercício de 2010 e 2009, os fluxos de caixa da actividade de exploração de activos minerais são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Recebimentos de clientes	42.386.222	26.856.225	26.856.225
Pagamentos a fornecedores	(30.208.234)	(16.756.942)	(16.756.942)
Cash-flow operacional	12.177.988	10.099.283	10.099.283
Aquisição de activo fixo	(2.685.444)	(2.290.649)	(2.290.649)
Alienação de activo fixo	561.286	144.559	144.559
Cash-flow de investimento	(2.124.158)	(2.146.090)	(2.146.090)

35. Contribuição das empresas consolidadas pelo método da integração proporcional

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e de forma a transmitir uma imagem mais fiel e apropriada da posição financeira do Grupo Mota-Engil, bem como dos resultados das suas operações, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial), não havendo empresas consolidadas pelo método da integração proporcional no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

36. Alterações de perímetro

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações ao perímetro materialmente relevantes, pelo que não são apresentados os efeitos nas principais rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados.

Durante o exercício de 2010, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação, em termos de entradas e saídas de empresas, foram como segue:

Aquisição de empresas

Aquisição por parte da Indáqua, SA de 5% do capital da Indáqua Feira - Indústria de Aguas de Santa Maria da Feira, S.A., passando o Grupo a deter 50,06% do capital social da empresa.
Aquisição por parte da Indáqua, SA de 0,01% do capital da Indáqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A., passando o Grupo a deter 50,06% do capital social da empresa.
Aquisição por parte da Indáqua SA, de 0,14% do capital da Indáqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A., passando o Grupo a deter 50,06% do capital social da empresa.
Aquisição de 99,9% do capital social da Przedsiębiorstwo Robot Drogowe - Mostowych w Lublinie Sp z o.o.
Aquisição de 5,11% do capital da TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A. via ações próprias, passando o Grupo a deter 54,50% do capital social da empresa.
Aquisição de 50% do capital da Bergamon, A.S., passando o Grupo a deter 100% do capital social da empresa.
Aquisição por parte da Suma do Grupo Geo Vision, pela aquisição de 50% do capital social da Geo Vision, Soluções Ambientais e Energia, S.A.
Aquisição de 0,01% do capital da Tratofeo - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., passando o Grupo a deter 99,62% do capital social da empresa.
Aquisição de 20% do capital da Wilanow Project Development SP. z.o.o., passando o Grupo a deter 80% do capital social da empresa.
Aquisição de 70% do capital social da Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A.

Empresas consolidadas pela primeira vez

Empresas consolidadas pela primeira vez

Empresa - Mãe do Grupo e Actividades Conexas

MESP Central Europe Sp. z o. o. ("MESP Central Europe")
Pentele-Alisca Autópályá - Uzemeleto Kft. ("Pentele-Alisca")

Área de Negócio - Engenharia e Construção

Fibreglass Sundlete (Moç), Lda. ("Fibreglass")
Mota-Engil Brand Management B.V. ("Mota-Engil Brand Management")
Mota-Engil, Brands Development Limited ("Mota-Engil Brands Development")
Mota-Engil Central Europe Magyaroszág Kft. ("Mota-Engil Central Europe Magyaroszág")
Mota-Engil Central Europe Romania S.R.L. ("Mota-Engil Central Europe Roménia")
Novicer-Cerâmicas de Angola, Lda. ("Novicer")

Área de Negócio - Ambiente e Serviços

HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")
Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, S.A. ("Sol-S Internacional")
Transitex México, S.A. de C.V. ("Transitex México")

Constituição de empresas:

Empresas Constituídas

Empresa - Mãe do Grupo e Actividades Conexas

Mota-Engil Energia, S.A. ("Mota-Engil Energia")
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação")

Área de Negócio - Engenharia e Construção

Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África")
Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola")
Mota-Engil Lublin Sp. z o. o. ("Mota-Engil Lublin")

Área de Negócio - Ambiente e Serviços

Serurb Brasil Participações Ltda. ("Serurb Brasil")
Suma Brasil Participações Ltda. ("Suma Brasil")
Tergep, SGPS, S.A. ("Tergep")
Transitex do Brasil Serviços e Logística, Ltda. ("Transitex Brasil")

Fusão de empresas:

Fusão das empresas Norcargas - Cargas e Descargas, Lda., Operport - Sociedade Portuguesa de Operadores Portuários, Lda. e Tertir - Tráfego e Estiva, SGPS, Lda. na Tertir SGPS.
Reorganização societária do Grupo Ascendi, passando o Grupo a deter uma participação de 60% no capital social da Ascendi Group, SGPS, S.A.
Fusão da Transporlixos - Transportes de Lixos, S.A. na Triu.

Saída de empresas:

Alienação de 50% do capital social da Relevante Função - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.
Saída do perímetro da Moravské Pozemní stavby, s.r.o. por se encontrar em processo de dissolução.
Alienação de 60% do capital social da Kozielska Sp. z o.o.
Saída do perímetro da Hifer Construcción Conservación y Servicios, S.A. por se encontrar como activo detido para venda.
Extinção da sociedade Lisprojeto - Consultoria e Soluções Informáticas, S.A.

Alteração ao método de consolidação:

Alteração do Método de Consolidação

Alteração do método de consolidação de Integração global para o método de equivalência patrimonial das seguintes empresas do Grupo Ascendi:

Ascendi Group, SGPS, S.A. ("Ascendi Group SGPS")
Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("Ascendi SGPS")
Ascendi-Serv. Assessoria Gestão Operação, S.A. ("Ascendi SA")
Ascendi O&M, S.A. ("Ascendi O&M")

Alteração do método de consolidação de Integração proporcional para método de equivalência patrimonial das seguintes empresas da área de Engenharia e Construção:

Cimertex & Companhia- Comércio Equip. e Ser. Técnicos, Lda. ("Cimertex & Companhia")
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. ("Cimertex Angola")
Construções Crespo, SA ("Crespo")
Constructora Autopista Perote Xalapa, S.A. de C.V. ("Constructora Perote Xapala")
Grossiman, S.L. ("Grossiman")
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")
M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o. ("Mierova")
M-Invest Slovakia Trnavska, s.r.o. ("Trnavska")
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Probigalp")

Alteração do método de consolidação de Integração proporcional para método de equivalência patrimonial das seguintes empresas da área de Ambiente e Serviços:

Ambigere, S.A. ("Ambigere")
Chinalog - Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda. ("Chinalog")
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")
Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A. ("Parquegil")
Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A. ("Sadoport")
SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A. ("SLPP")
Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda ("STM")
TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE ("TTRM")
Vista Energy Environment & Services ("Vista SA")

Alteração do método de consolidação de Integração proporcional para método de equivalência patrimonial das seguintes empresas do Grupo Ascendi:

Ascendi Beiras Litoral e Alta - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. ("Ascendi Beiras Litoral e Alta")
Ascendi Costa de Prata – Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A. ("Ascendi Costa de Prata")
Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, S.A. ("Ascendi Douro")
Ascendi Grande Lisboa - Auto-Estradas da Grande Lisboa, S.A. ("Ascendi Grande Lisboa")
Ascendi Grande Porto – Auto-Estradas do Grande Porto, S.A. ("Ascendi Grande Porto")
Ascendi Norte – Auto-Estradas do Norte, S.A. ("Ascendi Norte")
Ascendi Operadora BLA – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora BLA")
Ascendi Operadora CP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora CP")
Ascendi Operadora DI - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora DI")
Ascendi Operadora GL - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora GL")
Ascendi Operadora GP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora GP")
Ascendi Operadora NT – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora NT")
Concessionaria Autopista Perote Xalapa, S.A. DE C.V. ("Concessionaria Perote Xalapa")

Alteração do método de consolidação de método de equivalência patrimonial para integração global das seguintes empresas da área de Engenharia e Construção:

Bergamon, A.S. ("Bergamon")

Alteração do método de consolidação de método de equivalência patrimonial para integração global das seguintes empresas da área de Ambiente e Serviços :

Vista Water, Lda. ("Vista Water")

37. Demonstrações financeiras dos últimos 5 exercícios

As principais grandezas das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo dos últimos 5 exercícios são as seguintes:

	2010	2009 reexpresso	2008	2007	2006
Vendas e prestações de serviços	2.004.550.902	1.978.732.739	1.868.731.191	1.401.899.756	1.308.233.076
EBITDA	237.293.889	196.268.213	311.336.139	248.495.314	141.738.046
EBIT	131.746.011	112.493.490	192.740.342	148.186.387	84.193.679
Resultado financeiro	(50.927.593)	(47.835.971)	(129.759.258)	(107.453.070)	(36.156.993)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	32.406.014	9.946.801	9.204.245	10.206.823	5.429.156
ao Grupo	36.950.674	72.612.478	30.565.438	97.538.375	32.205.403

	2010	2009 reexpresso	2008	2007	2006
Ativo					
Não corrente	1.544.113.841	1.416.446.234	2.253.100.986	2.114.522.603	758.741.749
Activos não correntes detidos para venda	67.807.496	29.043.672	29.043.672	-	-
Corrente	1.844.244.847	1.458.407.514	1.427.506.596	1.249.847.829	976.249.835
	3.456.166.184	2.903.897.420	3.709.651.254	3.364.370.432	1.734.991.584
Passivo					
Não corrente	1.049.494.243	878.822.935	1.934.379.034	1.906.922.121	609.415.337
Corrente	1.925.942.042	1.632.263.747	1.433.955.137	1.095.720.799	821.781.450
	2.975.436.285	2.511.086.682	3.368.334.171	3.002.642.920	1.431.196.787
Capital próprio					
atribuível ao Grupo	411.707.342	342.609.114	289.021.913	315.347.369	282.946.007
atribuível a interesses que não controlam	69.022.557	50.201.624	52.295.170	46.380.143	20.848.790
	480.729.899	392.810.738	341.317.083	361.727.512	303.794.797
	3.456.166.184	2.903.897.420	3.709.651.254	3.364.370.432	1.734.991.584

38. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Aguas de S. João	-	2.940.100	2.940.100
Concessão de prestações suplementares	-	-	8.093.501
Capsfil	-	8.267.000	8.267.000
Grupo Ascendi	-	-	32.311.909
Grupo Geo Vision	21.509.000	-	-
Idinsa	10.418.931	-	-
Lusoponte	-	-	85.793.160
MK Contractors, LLC	-	294.920	294.920
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	-	383.958	383.958
Tertir	-	1.902.817	1.902.817
Transporlixos	-	800.000	800.000
Outros	1.515.241	1.658.082	1.658.082
	33.443.172	16.246.877	142.445.447

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes recebidos associados a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Devolução de prestações suplementares	-	5.474.841	5.474.841
Glintt	370.000	3.310.370	3.310.370
Hidrocontrato	-	1.402.652	1.402.652
Imóveis (Edifícios e Terrenos)	-	1.123.133	1.123.133
Jasz-Vasut	1.159.000	-	-
Outros	492.692	8.700	8.700
	2.021.692	11.319.695	11.319.695

39. Activos não correntes detidos para venda

O Grupo decidiu classificar para esta rubrica dois terrenos não operacionais (pertencentes ao segmento Ambiente & Serviços), cujo valor será recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos.

Embora no decurso do exercício de 2010 não tenha sido possível ainda proceder à concretização de tal alienação, continua a ser vontade das partes (comprador e vendedor) efectuar tal negócio, o qual está apenas pendente de alguns procedimentos legais e administrativos.

Adicionalmente, dado que o justo valor dos terrenos deduzido dos custos expectáveis com a venda é superior ao custo de aquisição dos mesmos, tais imóveis encontram-se registados ao custo.

40. Eventos subsequentes

Os principais eventos subsequentes ocorridos durante o ano de 2011 até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se resumidos no Capítulo 10 do Relatório de Gestão (“Factos relevantes após o termo do exercício”), não produzindo os mesmos quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras anexas.

41. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo em 14 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão, ainda, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas sendo convicção do Conselho de Administração do Grupo que estas serão aprovadas sem alterações.

Apêndice A. Empresas consolidadas

Empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral, respectivas sedes, proporção do capital detido, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Empresa - Mãe do Grupo e Actividades Conexas					
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta ("Mota-Engil SGPS")	Portugal (Amarante)	-	SGPS	Ago-90	-
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço")	Portugal (Amarante)	100,00	Promoção Imobiliária	-	Out-01
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
MESP Central Europe Sp. z o. o. ("MESP Central Europe")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Serviços Administrativos	Dez-09	-
Através da Mota-Engil Serviços Partilhados		100,00			
MESP - Mota-Engil , Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("Mota-Engil Serviços Partilhados")	Portugal (Amarante)	100,00	Serviços Administrativos	Dez-02	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Brasil Participações, Lda. ("Mota-Engil Brasil")	Brasil (São Paulo)	100,00	SGPS	Fev-09	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Energia, S.A. ("Mota-Engil Energia")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Produção de electricidade de origem hidrálica	Jun-10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	SGPS	Nov-10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA")	Portugal (Amarante)	100,00	Imobiliário e turismo	-	Mai-00
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
SGA – Sociedade de Golfe de Amarante, S.A. ("SGA")	Portugal (Amarante)	97,17	Prática e comercialização de golfe e actividades relacionadas	Dez-00	-
Através da RTA		96,89			
Através da Mota-Engil Engenharia		0,28			
Área de Negócio - Engenharia e Construção					
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia")	Portugal (Amarante)	100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	-	Dez-00
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Aurimove – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Aurimove")	Portugal (Porto)	100,00	Promoção Imobiliária	Dez-93	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		100,00			
Bergamon, A.S. ("Bergamon")	Eslováquia (Bratislava)	100,00	Promoção Imobiliária	<td>-</td>	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Bicske Plaza Kft. ("Bicske Plaza")	Hungria (Budapeste)	100,00	Promoção Imobiliária	Jan-08	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Bohdalecká Project Development s.r.o. ("Bohdalecká")	Rep. Checa (Praga)	100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Calçadas do Douro – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Calçadas do Douro")	Portugal (Porto)	100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-00
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		100,00			
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil")	Portugal (Vila Flor)	100,00	Extração de Saibro, Areia e Pedra Britada	Mar-77	Out-09
Através da Mota-Engil Engenharia		100,00			
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A.	Portugal (Lisboa)	100,00	Construções e trabalhos portuários	-	Jul-02
Através da Mota-Engil Engenharia		100,00			
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Cargas, Lda. ("Corgimobil")	Portugal (Cascais)	97,25	Construções estudos e realizações imobiliárias	-	Nov-00
Através da Mota-Engil Engenharia		71,79			
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		25,46			
Devonská Project Development A.S. ("Devonská")	Rep. Checa (Praga)	100,00	Promoção Imobiliária	Dez-06	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Dmowsklego Project Development ("Dmowsklego")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção Imobiliária	Ago-07	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Edifício Mota Viso – Soc. Imobiliária, Lda. ("Mota Viso")	Portugal (Porto)	100,00	Promoção Imobiliária	Jun-94	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		100,00			
Edipainel – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. ("Edipainel")	Portugal (Porto)	100,00	Promoção Imobiliária	Mar-02	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		70,00			
Através da Mota-Engil Engenharia		30,00			
Emocil – Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária ("Emocil")	Moçambique (Maputo)	75,00	Promoção Imobiliária	Jul-94	-
Através da Mota-Engil Engenharia		50,00			
Através da Indimo		25,00			
Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A. ("Fatra")	Angola (Luanda)	70,00	Fabricação de produtos derivados de ferro	-	Nov-10
Através da Mota Internacional		70,00			
Ferroviás e Construções, S.A. ("Ferroviás")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Abr-88	Set-94
Através da Mota-Engil Engenharia		100,00			
Fibreglass Sundlete (Moc), Lda. ("Fibreglass")	Moçambique (Maputo)	100,00	Fabricação de fibras de vidro	Ago-62	Mar-99
Através da Mota-Engil Engenharia		100,00			
Hungária Hotel Kft. Achat ("Hotel Achat Hungria")	Hungria (Budapeste)	100,00	Promoção Imobiliária	Jun-08	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Jeremiasova Project Development, s.r.o. ("Jeremiasova")	Rep. Checa (Praga)	100,00	Promoção Imobiliária	Jun-08	Out-09
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		99,00			
Através da Mota-Engil Central Europe República Checa		1,00			
Kiliáskiego Project Development Sp. z o.o. ("Klin")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção Imobiliária	Ago-07	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Kordylewskiego Project Development Sp. z o.o. ("Kord")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção Imobiliária	Fev-05	-
Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS		100,00			
Metrorepszolg, Zrt ("Metrorepszolg")	Hungria (Budapeste)	99,99	Execução de obras públicas	Dez-00	-
Através da Mota-Engil Magyarország		99,99			

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Mil e Sessenta") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Jul-01
M-Invest Bohdalec, A.S., v Ilkvidaci ("M-Invest Bohdalec") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Set-03	-
M-Invest Devonska, s.r.o. ("M-Invest Devonska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Nov-06	-
M-Invest Slovenska, s.r.o. ("M-Invest Slovenska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Eslováquia (Bratislava)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-06	-
M-Invest, s.r.o. ("M-Invest") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Mar-98	Dez-00
MK Contractors, LLC ("MKC") Através da Mota-Engil Engenharia	EUA (Miami)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Mar-02	-
Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda. ("Mota Internacional") Através da Mota-Engil África	Portugal (Funchal)	100,00 100,00	Comércio e gestão de participações internacionais	Set-97	Dez-98
Motadómus - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Motadómus") Através da Aurimove	Portugal (Porto)	100,00 95,00 5,00	Execução de obras	Jan-97	Jan-01
Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 100,00	SGPS	Mai-10	-
Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Construção civil e obras públicas e privadas	Mai-10	-
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto Alto)	100,00 100,00	Fábrica e comercialização de betão, cimento e betuminoso	Jul-96	-
Mota-Engil Brand Management B.V. ("Mota-Engil Brand Management") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Holanda (Amsterdão)	100,00 100,00	Gestão de marcas e outra propriedade intelectual	Dez-09	-
Mota-Engil Brands Development Limited ("Mota-Engil Brands") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Irlanda (Dublin)	100,00 100,00	Promoção e desenvolvimento de marcas e outra propriedade intelectual	Dez-09	-
Mota-Engil Central Europe, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Central Europe") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 100,00	SGPS	Dez-02	-
Mota-Engil Central Europe, S.A. ("Mota-Engil Central Europe Polónia") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 49,60 40,21 10,19	Execução de obras	Fev-53	Mar-99
Através da Tabella					
Através da Mota-Engil Real Estate Management					
Mota-Engil Central Europe Ceska Republika ("Mota-Engil Central Europe República Checa") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Jan-97	-
Mota-Engil Central Europe Magyarország Kft. ("Mota-Engil Central Europe Magyarország") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Fev-08	-
Mota-Engil Central Europe Romania S.R.L. ("Mota-Engil Central Europe Roménia") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Construção de estradas	Jul-09	-
Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika ("Mota-Engil Central Europe Eslováquia") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Eslováquia (Bratislava)	100,00 100,00	Execução de obras	Ago-04	-
Mota-Engil Lublin Sp. z o.o. ("Mota-Engil Lublin") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Construção de estradas	Jan-10	-
Mota-Engil Magyarország Zrt. ("Mota-Engil Magyarország") Através da Mota-Engil Engenharia	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Jan-96	-
Mota-Engil Investitii AV s.r.l. ("Mota-Engil Investitii") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
Mota-Engil Ireland Construction Limited ("Mota-Engil Irlanda") Através da Mota-Engil Engenharia	Irlanda (Ballinasloe)	60,00 60,00	Construção Civil	Out-07	-
Mota-Engil Kruszwka S.A. ("Mota-Engil Kruszwka") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Abr-08	-
Mota-Engil Pavimentações, S.A. ("Mota-Engil Pavimentações") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Construção	Jan-86	-
Mota-Engil Peru S.A. ("Mota-Engil Peru") Através da Mota Internacional	Peru (Lima)	100,00 99,90 0,10	Industria da construção e actividades complementares	Set-86	Jun-98
Mota-Engil Project 1 Kft. ("GOD") Através da Mota-Engil Real Estate Hungria	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Out-05	-
Mota-Engil Property Investments Sp. z o.o. ("Mota-Engil Property") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
Mota-Engil Real Estate Hungary Kft ("Mota-Engil Real Estate Hungria") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jul-05	-
Mota-Engil Real Estate Management ("Mota-Engil Real Estate") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-05	-
Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A. ("Mota-Engil Real Estate Portugal") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Set-01	-
Mota-Engil S.Tomé e Príncipe ("Mota-Engil S.Tomé") Através da Mota Internacional	S. Tomé e Príncipe (S. Tomé)	100,00 95,00 5,00	Empreiteiro de Obras Públicas e/ou Construção Civil	Dez-04	-
Nortedómus, Lda. ("Nortedómus") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Lisboa)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Out-01
Piastowska Project Development Sp. z o.o. ("Piastowska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de Obras	Abr-06	-
Planinova – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Planinova") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Dez-00	-
Prefal – Pré-fabricados de Luanda, Lda. ("Prefal") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	90,00 70,00 20,00	Fábrica de materiais pré-esforçados	Dez-93	-
Przedsiębiorstwo Robót Drogowo - Mostowych w Lublinie Sp z o.o. ("PRD-M Lublin") Através da Mota-Engil Lublin	Polónia (Lublin)	99,90 99,90	Construção de estradas	Abr-99	Jun-10

Apêndice A

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Realmota, sro ("Realmota") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-98	Dez-00
Rentaco - Equipamentos de Construção, Transportes, Combustíveis e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Rentaco") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto Alto)	100,00 100,00	Aluguer de equipamentos de construção	Set-89	Jul-96
Rentaco Angola ("Rentaco Angola") Através da Mota Internacional Através da Emasa	Angola (Luanda)	99,99 97,50 2,49	Aluguer de equipamentos de construção	Jan-08	-
Sedengil – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Sedengil") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Matosinhos)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Out-82	Mai-95 / Mai-97
Steinerova Project Development A.S. ("Steinerova") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Fev-04	-
Tabella Holding, BV ("Tabella") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	Nov-98	-
Tecnocarril – Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda. ("Tecnocarril") Através da Ferrovias Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Entroncamento)	100,00 85,00 15,00	Tratamento de madeira para uso ferroviário	Jan-94	Set-94
Tetenyl Project Development Kft ("Tetenyl") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-05	-
Tracevia – Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Sintra)	100,00 100,00	Sinalização e gestão de tráfego	Jun-80	Out-84
Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola") Através da Mota-Engil Engenharia	Angola (Luanda)	80,00 80,00	Sinalização Rodoviária	-	Set-07
Traversofer - Industrie et Services Ferroviaires SARL ("Traversofer") Através da Ferrovias	Argélia (Argel)	50,00 50,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Dez-07	-
Wilanow Project Development SP. z.o.o. ("Wilanow") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	80,00 80,00	Promoção Imobiliária	Jun-07	-
Wilenska Project Development Sp. z.o.o. ("Wilenska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-05	-
Zöld-Project 2 Kft. ("GOD 2") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Jun-08	-
Zsombor Utcaif Kft. ("Zsombor") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-07	-
Area de Negócio - Ambiente e Serviços					
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	SGPS	Jun-97	-
Areagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golf, S.A. ("Areagolfe") Através da Vibeiras	Portugal (Torres Novas)	52,21 52,21	Campos de Golf	-	Jul-07
Aqualevel - Gestão de Sistemas de Informação, Soc. Unipessoal, Lda. ("Aqualevel") Através da Indaqua	Portugal (Covilhã)	50,06 50,06	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	-	Mai-09
Belratir - Terminais da Covilhã, Lda. ("Belratir") Através da Tertir	Portugal (Covilhã)	98,88 98,88	Manuseamento de Cargas	Dez-87	Out-06
Citrave - Centro Integrado de Resíduos de Avelro, S.A. ("Citrave") Através da Suma Através da Novaflex Através da Suma Espesende	Portugal (Lisboa)	46,13 44,90 0,62 0,62	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Dez-87	Out-06
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia") Através da Enviroil	Portugal (Sertã)	45,45 45,45	Comércio e recolha de óleos usados	Set-88	Fev-00
E.A.Moreira - Agentes de Navegação, S.A. ("E.A. Moreira") Através da Tertir	Portugal (Matosinhos)	98,88 98,88	Agentes de navegação	Out-45	Out-06
Ekosrodowisko Spółka z.o.o. ("Ekosrodowisko") Através da MES	Polónia (Bytom)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	Fev-05	Dez-05
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, S.A. Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Cascais)	100,00 100,00	Concepção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	Dez-00	-
Enviroil – Resíduos e Energia, Lda. ("Enviroil") Através da Suma	Portugal (Torres Novas)	45,45 45,45	Valorização de Resíduos Não Metálicos	Nov-97	-
Glan Água, Ltd ("Glanagua") Através da MEIS	Irlanda (Ballinasloe)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	Jan-08	-
GT - Investimentos Internacionais SGPS, SA ("GT SGPS") Através da Tertir SGPS	Portugal (Porto)	98,88 98,88	SGPS	Out-06	-
Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. ("Indaqua") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da MEAS II	Portugal (Matosinhos)	50,06 50,05 0,01	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Jun-94	-
Indaqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A. ("Indaqua Fafe") Através da Indaqua	Portugal (Fafe)	50,06 50,06	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Dez-95	-
Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. ("Indaqua Feira") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Santa Maria da Feira)	50,06 49,06 1,00	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Mar-99	-
Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. ("Indaqua Matosinhos") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Matosinhos)	49,81 48,81 1,00	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Jun-07	-
Indaqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A. ("Indaqua Sto. Tirso") Através da Indaqua	Portugal (Santo Tirso)	50,06 50,06	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Dez-98	-
Indaqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A. ("Indaqua Conde") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Vila do Conde)	49,92 49,06 0,86	Distribuição de Água	Dez-07	-

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("Investambiente") Através da Novaflex	Portugal (Lisboa)	31,98 31,98	Recolha de resíduos não perigosos	Fev-00	Dez-07
Liscont - Operadores de Contentores, S.A. ("Liscont") Através da Tertir SGPS	Portugal (Lisboa)	82,01 51,11 30,90	Operadores de contentores	Nov-83	Out-06
Através da Multiterminal					
Lokemark - Soluções de Marketing ("Lokemark") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Setúbal)	70,00 70,00	Outras Actividades de Apoio e Serviços	Jun-03	Set-07
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	90,00 90,00	Manutenção e exploração de instalações	Jul-94	Jun-98
Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, S.A. ("MEAS II") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de projectos	Dez-03	-
Mota-Engil Ireland Services Ltd. ("MEIS") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Irlanda (Ballynasloe)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	Jan-08	-
Mota-Engil Srodonisko, Sp. z.o.o. ("MES") Através da Suma	Polónia (Cracóvia)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	Dez-05	-
Multiterminal - Soc. De Estiva e Tráfego, S.A. ("Multiterminal") Através da Tertir	Portugal (Lisboa)	98,88 98,88	Exploração de Terminais	<td>Out-06</td>	Out-06
Nova Belra - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Belra") Através da Novaflex	Portugal (Lisboa)	30,85 20,30 10,55	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Dez-07
Através da Investambiente					
Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex") Através da Suma	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	Dez-07
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. ("Proempar") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Porto)	52,00 26,00 26,00	Promoção gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	Out-06	-
Através da Mota-Engil Engenharia					
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega ("PTT") Através da Proempar	Portugal (Felgueiras)	51,20 31,20 10,00 10,00	Promoção e gestão de acolhimento empresarial tecnológico	Dez-06	-
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços					
Através da Mota-Engil Engenharia					
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde") Através da Novaflex	Portugal (Vila Real)	58,43 58,43	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Dez-07	-
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges") Através da Novaflex	Portugal (Setúbal)	30,75 30,75	Recolha de resíduos perigosos	Mai-98	Dez-07
Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, Lda ("Resilei") Através da Suma	Portugal (Leiria)	30,75 30,75	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Jun-03
Rima - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima") Através da Suma	Portugal (Silvares)	59,12 59,12	Tratamento de resíduos industriais	Ago-01	-
Sadomar - Ag. de Naveg. e Trânsitos, S.A. ("Sadomar") Através da Tertir	Portugal (Lisboa)	98,88 98,88	Agentes de navegação	-	Out-06
Sealne - Navegação e Afretamentos ("Sealne") Através da Socarpor SGPS	Portugal (Aveiro)	60,14 50,54 9,60	Agentes de navegação	-	Out-06
Através da Socarpor Aveiro					
Serurb Brasil Participações Ltda. ("Serurb Brasil") Através da Sol-S Internacional	Brasil (São Paulo)	61,50 61,50	SGPS	Jun-10	-
SIGA - Serviço Integrado Gestão Ambiental ("Siga") Através da Suma	Portugal (S. Roque)	43,05 43,05	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	Out-08	-
Socarpor - Soc. Cargas Port. (Avelro), S.A. ("Socarpor Avelro") Através da Socarpor SGPS	Portugal (Aveiro)	63,98 52,37 11,61	Serviços Portuários	-	Out-06
Através da Tertir SGPS					
Socarpor - Soc. Gestora de Participações Sociais (Douro e Leixões), S.A. ("Socarpor SGPS") Através da Tertir SGPS	Portugal (Matosinhos)	59,46 59,46	Gestão de participações financeiras	-	Out-06
Através da Suma					
Sol-S International, Tecnologias de Informação, S.A. ("Sol-S") Através da Mota Internacional	Portugal (Funchal)	61,50 61,50	Actividades de programação informática	Jun-00	-
Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	100,00 100,00	Transportes Marítimos c/exclusão dos Costeiros	Nov-94	-
Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A. ("Sotagus") Através da Tertir SGPS	Portugal (Lisboa)	98,88 98,88	Terminal de contentores	-	Out-06
SRI - Gestão de Resíduos, Lda ("SRI") Através da Correia & Correia	Portugal (Sertã)	45,45 45,45	Recolha de resíduos perigosos	Jul-08	-
Suma Brasil Participações Ltda. ("Suma Brasil") Através da Suma	Brasil (São Paulo)	61,50 61,50	SGPS	Fev-10	-
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro") Através da Suma	Portugal (Murça)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jul-00	-
Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende") Através da Suma	Portugal (Esposende)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dez-99	-
Suma (Matosinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matosinhos") Através da Suma	Portugal (Matosinhos)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dez-00	-
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto") Através da Suma	Portugal (Porto)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Nov-08	-
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jun-94	-
Takargo-Transporte de Mercadorias, S.A. ("Takargo") Através da Tertir SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	99,21 69,21 30,00	Transportes Ferroviários de mercadorias	Set-06	-
Através da Ferrovias					
TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A. ("TCL") Através da Tertir SGPS	Portugal (Matosinhos)	54,50 30,85 23,65	Manuseamento de Carga	Jan-96	-
Através da Socarpor SGPS					
Tergep, SGPS, S.A. ("Tergep") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	SGPS	Ago-10	-
Terminals Portuários Euroandinos ("TPE Palta") Através da Tertir	Peru (Paita)	49,55 39,55 10,00	Exploração de terminais	-	-
Através da Mota-Engil Peru					

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Tenor - Sociedade de Exploração de Terminais, S.A. ("Tenor") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Tertir	Portugal (Matosinhos)	98,00 94,16 3,84	Armazenagem não frigorífica	Fev-74	Out-06
Tertir - Concessões Portuárias, SGPS, S.A. ("Tertir SGPS") Através da Tertir Através da Sadomar Através da Multiterminal Através da E.A. Moreira	Portugal (Lisboa)	98,88 49,37 26,67 17,34 5,50	SGPS	Out-07	-
Tertir - Terminais de Portugal, S.A. ("Tertir") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Tenor Através da Liscont	Portugal (Lisboa)	98,88 64,67 32,07 2,14	Exploração de terminais	-	Out-06
Transitex do Brasil Serviços e Logística, Ltda. ("Transitex Brasil") Através da Transitex Espanha Através da Transitex Portugal	Brasil (São Paulo)	84,04 83,20 0,84	Organização de Transporte	Mai-10	-
Transitex México, S.A. de C.V. ("Transitex México") Através da Transitex Espanha	México (Cidade do México)	84,04 84,04	Organização de Transporte	Fev-09	-
Transitex Moçambique, Lda ("Transitex Moçambique") Através da Transitex Portugal Através da GT SGPS	Moçambique (Maputo)	84,04 79,84 4,20	Operadores de contentores	Nov-08	-
Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.A. ("Transitex Portugal") Através da Transitex Espanha	Portugal (Lisboa)	84,04 84,04	Organização de Transporte	Mai-08	-
Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.L. ("Transitex Espanha") Através da Tertir SGPS	Espanha (Badajoz)	84,04 84,04	Operadores de contentores	Nov-02	-
Transitox de Extremadura S.L. Transitex Lietuvos filialas ("Transitex Lituânia") Através da Transitex Espanha	Espanha (Badajoz)	84,04 84,04	Operadores de contentores	Abr-08	-
Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Suma	Portugal (Maiorca)	99,62 99,00 0,62	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Out-02	-
Trilu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Trilu") Através da Suma	Portugal (Prior Velho)	61,50 61,50	Recolha de resíduos não perigosos	Abr-91	Set-08
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Angola (Luanda)	43,34 10,00 33,34	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Set-08	-
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Torres Novas)	66,67 66,67	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Jul-88	Out-98
Vista Waste Management, Lda ("Vista Waste") Através da Suma Através da Vista SA	Angola (Luanda)	50,64 30,14 20,50	Recolha de resíduos	Dez-09	-
Vista Water, Lda. ("Vista Water") Através da Indaqua Através da Vista SA	Angola (Luanda)	43,78 22,53 21,25	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Mai-09	-

Empresas registadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

As empresas do GRUPO e associadas incluídas na consolidação pela aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação
Empresa - Mãe do Grupo e Actividades Conexas		
Pentele-Alisca Autópálya - Uzemeleto Kft. ("Pentele-Alisca")	Hungria	45,00
Área de Negócio - Engenharia e Construção		
Asinter – Comércio Internacional, Lda. ("Asinter")	Portugal	30,00
Auto Sueco Angola, S.A. ("Auto Sueco Angola")	Angola	25,50
Bay 6.3 Kft. ("Bay 6.3")	Hungria	29,70
Bay Office Kft. ("Bay Office")	Hungria	29,70
Bay Park Kft. ("Bay Park")	Hungria	29,70
Bay Tower Kft. ("Bay Tower")	Hungria	29,70
Bay Wellness Kft. ("Bay Wellness")	Hungria	29,70
Berd - Projecto Investigação e Engenharia de Pontes, SA ("Berd")	Portugal	24,79
Cimertex & Companhia- Comércio Equip. e Ser. Técnicos, Lda. ("Cimertex & Companhia")	Portugal	50,00
Cimertex Angola - Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. ("Cimertex Angola")	Angola	50,00
Construcciones Crespo, SA ("Crespo")	Espanha	50,00
Engber Kft. ("Engber")	Hungria	29,70
Grossiman, S.L. ("Grossiman")	Espanha	50,00
Icer - Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")	Angola	50,00
Mamaia Investments, SRL ("Mamaia")	Roménia	24,00
M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o. ("Mierova")	Eslováquia	50,00
M-Invest Slovakia Trnávská, s.r.o. ("Trnávská")	Eslováquia	50,00
Nádor Obol Kft. ("Nádor Obol")	Hungria	29,70
Novicer-Cerâmicas de Angola,Lda. ("Novicer")	Angola	40,00
Obol Invest Kft. ("Obol Invest")	Hungria	30,00
Obol XI Kft. ("Obol XI")	Hungria	29,70

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Probigalp")	Portugal	40,00
Sampaio Kft. ("Sampaio")	Hungria	29,70
Sołtysowska Project Development Sp. z o.o. ("Sołtysowska")	Polónia	34,00
Turalgo - Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo")	Portugal	51,00
Área de Negócio - Ambiente e Serviços		
Ambigere, S.A. ("Ambigere")	Portugal	30,75
Ambibital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. ("Ambibital")	Portugal	30,14
CGR Catanduva - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda. ("CGR Catanduva")	Brasil	15,38
CGR Guatapara - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda. ("CGR Guatapara")	Brasil	15,38
CGR Jardimópolis - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda. ("CGR Jardimópolis")	Brasil	15,38
CGR Participações S.A. ("CGR Participações")	Brasil	30,44
Chinalog - Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda. ("Chinalog")	Portugal	49,44
Citrap - Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrap")	Portugal	18,45
Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M. ("Ecoleziria")	Portugal	15,07
Geo Vision, Soluções Ambientais e Energia, S.A. ("Geo Vision")	Brasil	30,75
Hácor, Conc. Edifício do hospital da ilha terceira, SA ("Hácor")	Portugal	40,00
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")	Portugal	50,00
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")	Espanha	49,61
Leão Ambiental, S.A. ("Leão Ambiental")	Brasil	30,44
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz")	Portugal	34,61
Luma - Limpeza Urbana e Meio Ambiente, Ltda. ("Luma")	Brasil	30,44
NGA Jardimópolis - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda. ("NGA Jardimópolis")	Brasil	30,45
NGA - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda. ("NGA")	Brasil	30,44
NGA Ribeirão Preto - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda. ("NGA Ribeirão Preto")	Brasil	30,45
Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A. ("Parquegil")	Portugal	50,00
Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A. ("Sadoport")	Portugal	49,44
SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A. ("SLPP")	Portugal	49,44
Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda ("STM")	Moçambique	49,44
Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A. ("Tersado")	Portugal	24,72
TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE ("TTRM")	Portugal	15,38
Vista Energy Environment & Services ("Vista SA")	Angola	50,00
Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Portugal	24,98
Grupo Ascendi	Portugal	60,00
Grupo Martifer	Portugal	37,50



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADO
2010

3.
RELATÓRIO SOBRE
AS PRÁTICAS DE
GOVERNO SOCIETÁRIO





0. Declaração de cumprimento

0.1 O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento CMVM nº 1/2010 e tem por referência o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2010 divulgado pela CMVM no seu endereço electrónico www.cmvm.pt.

0.2 Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas pela Mota-Engil, SGPS, SA:

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Cumprida	I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	I.3
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Não aplicável	I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Não aplicável	I.5
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónica.	Cumprida	I.9 e I.12
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Cumprida	I.11
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Cumprida	I.6
I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não cumprida	0.4 e I.8
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Cumprida	I.13 e I.14
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	I.19
I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	I.20

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1.1 TEMAS GERAIS – ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Cumprida	II.3
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparéncia do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assumpção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Cumprida	II.5, II.6 e II.9
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Cumprida	II.6
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Cumprida	II.5 e II.9
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Não cumprida	0.4 e II.7
II.1.2 TEMAS GERAIS – INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não-executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Cumprida	II.14
II.1.2.2 De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não cumprida	0.4 e II.14
II.1.2.3 A avaliação da independência dos membros não-executivos pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente um administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Cumprida	II.15
II.1.3 TEMAS GERAIS – ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Cumprida	II.22
II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Não Cumprida	0.4 e II.16
II.1.4 TEMAS GERAIS – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Cumprida	II.35
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.35
II.1.5 TEMAS GERAIS – REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assumpção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes	Não Cumprida	0.4, II.31, II.32 e II.33

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
<p>da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.</p> <p>(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p> <p>(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p> <p>(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p> <p>(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.</p> <p>(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p> <p>(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.</p> <p>(viii) A remuneração dos membros não-executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.</p>		
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Cumprida	II.30
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Cumprida	II.29
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	
II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.	Cumprida	I.15
II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Cumprida	II.31
II.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.3
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Cumprida	II.3
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não-	Não aplicável	-

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.		
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	II.3
II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não cumprida	0.4, II.3 e II.11
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	II.3
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Cumprida	II.3 e II.13
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	-
II.4 CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se, incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Cumprida	II.4 e II.21
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização, desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	II.4 e II.21
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Cumprida	II.24 e III.17
II.4.5 O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	II.24
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de "compliance") devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Não Cumprida	0.4 e II.3
II.5 COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Não cumprida	0.4 e II.3
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não cumprida	0.4 e II.3, II.38 e II.39
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a	Cumprida	II.39

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.		
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Cumprida	II.3

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Cumprida	III.16
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) estatutos; c) identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) documentos de prestação de contas; f) calendário semestral de eventos societários g) propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) convocatórias para a realização de assembleia geral.	Cumprida	-
III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Não Cumprida	0.4 e III.18
III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Cumprida	-
III.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovadas pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – estes não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Não Cumprida	0.4 e III.17

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1 RELAÇÕES COM ACCIONISTAS

IV.1.1 Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Cumprida	III.11 e III.12
IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não Cumprida	0.4 e III.13

0.3 Avaliação global sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

A Mota-Engil considera que, não obstante o não cumprimento integral das recomendações da CMVM, tal como detalhadamente justificado nos capítulos seguintes, o grau de adopção das recomendações é bastante amplo e completo.

0.4 Explicitação das divergências entre as práticas de governo da sociedade e as recomendações da CMVM:

1.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Os estatutos da Mota-Engil prevêem que, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação, seja indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham pelo menos metade do capital. Uma vez que o art. 383º do Código das Sociedades Comerciais é menos restritivo, esta

recomendação não se encontra cumprida. A Mota-Engil entende que este é o modelo que melhor defende os interesses societários.

III.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Os órgãos de Administração e de Fiscalização da Mota-Engil, SGPS, SA têm regulamentos internos de funcionamento, no entanto, não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e não se encontram disponíveis para consulta. A Mota-Engil entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

III.1.2.2 De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Dos oito administradores não-executivos do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, apenas três são qualificados como administradores independentes, representando estes 20% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida esta recomendação, a Mota-Engil, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

III.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

Tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, entende-se não ser necessária a existência de um processo formal de selecção de candidatos a administradores não-executivos. Os candidatos aos cargos de administração não-executiva são eleitos pela Assembleia-Geral. Nas Assembleias Gerais electivas que vêm sendo realizadas, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não-executivos, têm sido propostos pelos accionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores executivos no processo de escolha.

III.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade.

A recomendação não é cumprida no que respeita às seguintes alíneas. Não obstante estes incumprimentos, a Mota-Engil considera que não está posto em causa o objectivo do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os da Sociedade.

(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Apesar de os Estatutos fixarem apenas em termos totais a remuneração variável do Conselho de Administração, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, a Comissão de Vencimentos considera que a componente variável atribuída aos membros da Comissão Executiva tem sido globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração.

(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Embora não exista qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis a Comissão de Vencimentos procura estruturar a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a poder haver uma continuação do desempenho positivo da sociedade no longo prazo.

(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável. No entanto, a Comissão de Vencimentos tem sempre em consideração este factor nos critérios utilizados para a determinação da remuneração variável.

(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.

Não se encontram previstos quaisquer instrumentos jurídicos, para além dos legalmente existentes, que impossibilitem o pagamento de compensações quando existe desempenho desadequado do administrador, nos casos de destituição sem justa causa ou cessação por acordo.

(viii) A remuneração dos membros não-executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

A remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração integra componentes variáveis. A Mota-Engil entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

II.2.5 *A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.*

Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A Mota-Engil entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir os seus interesses, pelo que, os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.

II.4.6 *Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.*

Os serviços de auditoria interna (Gabinete de Auditoria e Risco) reportam funcionalmente à Comissão de Investimento, Auditoria e Risco. Esta comissão é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não executivo, que preside, um administrador independente não-executivo e o “CFO”). Apesar de não reportar funcionalmente a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, considera-se garantida a independência deste gabinete face ao órgão de administração executivo.

II.5.1 *Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.*

Não foram criadas as comissões recomendadas, uma vez que não se revelaram necessárias.

II.5.2 *Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.*

O Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente e membro não-executivo do Conselho de Administração) e a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da accionista majoritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das suas próprias remunerações enquanto membros do órgão de administração. Considera-se que, em virtude dos respectivos currículos e percursos profissionais (constantes do ponto II.18), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Empresa, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

III.1.3 *As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.*

A MOTA-ENGIL não definiu nem implementou qualquer política de rotação do auditor externo. O Conselho de Administração considera que a substituição do sócio responsável pelos serviços de auditoria a cada sete anos (obrigatória por lei), em combinação com os poderes atribuídos ao Conselho Fiscal, é suficiente para garantir a independência do auditor externo.

A manutenção do auditor está fundamentada num parecer do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

III.1.5 *A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovadas pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.*

Ainda que tivessem sido contratados, ao auditor externo, serviços diversos dos de auditoria, em valor superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade, tal como se poderá constatar no ponto III.17 deste relatório, a Mota-Engil entende que, face aos mecanismos existentes, está assegurada a sua independência.

IV.1.2 *Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.*

Os negócios entre a sociedade e titulares de participações qualificadas, ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objecto de apreciação exclusiva pela Comissão Executiva, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco (comissão especializada). Não estão estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização. É de referir, no entanto, que as transacções com administradores da Mota-Engil, ou com sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador, independentemente do valor, estão sujeitas à prévia autorização do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respectivo, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

I. Assembleia Geral

I.1 Identificação dos membros da mesa da assembleia geral

Presidente: Dr. Luís Neiva Santos
Secretário: Dr. Rodrigo Neiva Santos

São facultados os recursos humanos e logísticos adequados às necessidades do presidente da Mesa da Assembleia Geral, nomeadamente através do apoio dado pelos serviços da Direcção Jurídica da Mota-Engil, SGPS, SA. Este apoio é considerado adequado à dimensão e situação económica da Sociedade.

Estão disponíveis no sítio da Internet da Sociedade as actas das reuniões da Assembleia Geral, assim como um acervo das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos três anos.

I.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

As datas de início e termo dos mandatos dos membros da Mesa da Assembleia Geral são, respectivamente, 2010 e 2013.

I.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral

Durante o ano de 2010, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 12.500 Euros.

I.4 Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral

Face à publicação do Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de Maio, esta recomendação deixou de ser aplicável.

I.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral

Face à publicação do Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de Maio, esta recomendação deixou de ser aplicável.

I.6 Número de acções a que corresponde um voto

De acordo com os estatutos da Mota-Engil, a cada acção corresponde um voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

I.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confiram o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionado.

Ainda que o contrato social da Mota-Engil preveja a possibilidade da Sociedade emitir acções preferenciais sem voto, não existe actualmente esta categoria de acções.

I.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quórums constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

De acordo com o artigo 23º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em

primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham acções correspondentes a mais de 50% do capital social.

I.9 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 22º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os accionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

I.10 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direcção de Relações com o Mercado de Capitais (Dr. João Vermelho – e-mail: jvermelho@mota-engil.pt).

I.11 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia geral.

I.12 Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Até à presente data, a Sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.13 Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral

Os accionistas da Sociedade podem aceder, no sítio de Internet (www.mota-engil.pt) aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

I.14 Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio de Internet (www.mota-engil.pt) informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade referentes aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

I.15 Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais

Nas assembleias gerais anuais da sociedade, a comissão de remunerações tem sido representada por todos os seus membros.

I.16 Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

Compete à Assembleia Geral de Accionistas nomear uma Comissão de Vencimentos, a qual terá de definir uma

política de remunerações dos órgãos sociais e outros dirigentes que promova, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respectivos interesses com os da Sociedade. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização é submetida à Assembleia Geral, tal como previsto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

I.17 Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções e, ou, de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia geral com vista a uma avaliação correcta desses planos

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

I.18 Informação sobre a intervenção da assembleia geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Com excepção dos accionistas-fundadores, a Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Os administradores accionistas-fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da Mota-Engil, SGPS, SA.

I.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas

O Contrato de Sociedade não prevê a limitação de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.21 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem acordos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

I.22 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1 Identificação e composição dos órgãos da sociedade

Conselho de Administração (2010-2013):

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)
Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Vice-Presidente) (CEO)
Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente)
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)
Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves (Vogal)
Eng. José Luís Catela Rangel de Lima (Vogal)
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal) (CFO)
Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres (Vogal)
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)

Comissão Executiva (2010-2013):

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Presidente)
Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres

Conselho Fiscal (2007-2010):

Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)
Dr. José Rodrigues de Jesus (Efectivo)
Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Efectivo)⁽¹⁾

(1) Na sequência da renúncia apresentada pelo anterior membro efectivo (Eng. Manuel Teixeira Mendes), no dia 21 de Setembro de 2010, e nos termos do nº 4 do art. 415º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez, até então membro suplente do Conselho Fiscal, passou a membro efectivo do referido órgão, até à próxima Assembleia Geral.

Revisor Oficial de Contas (2007-2010):

António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC

Auditor Externo Registado na CMVM:

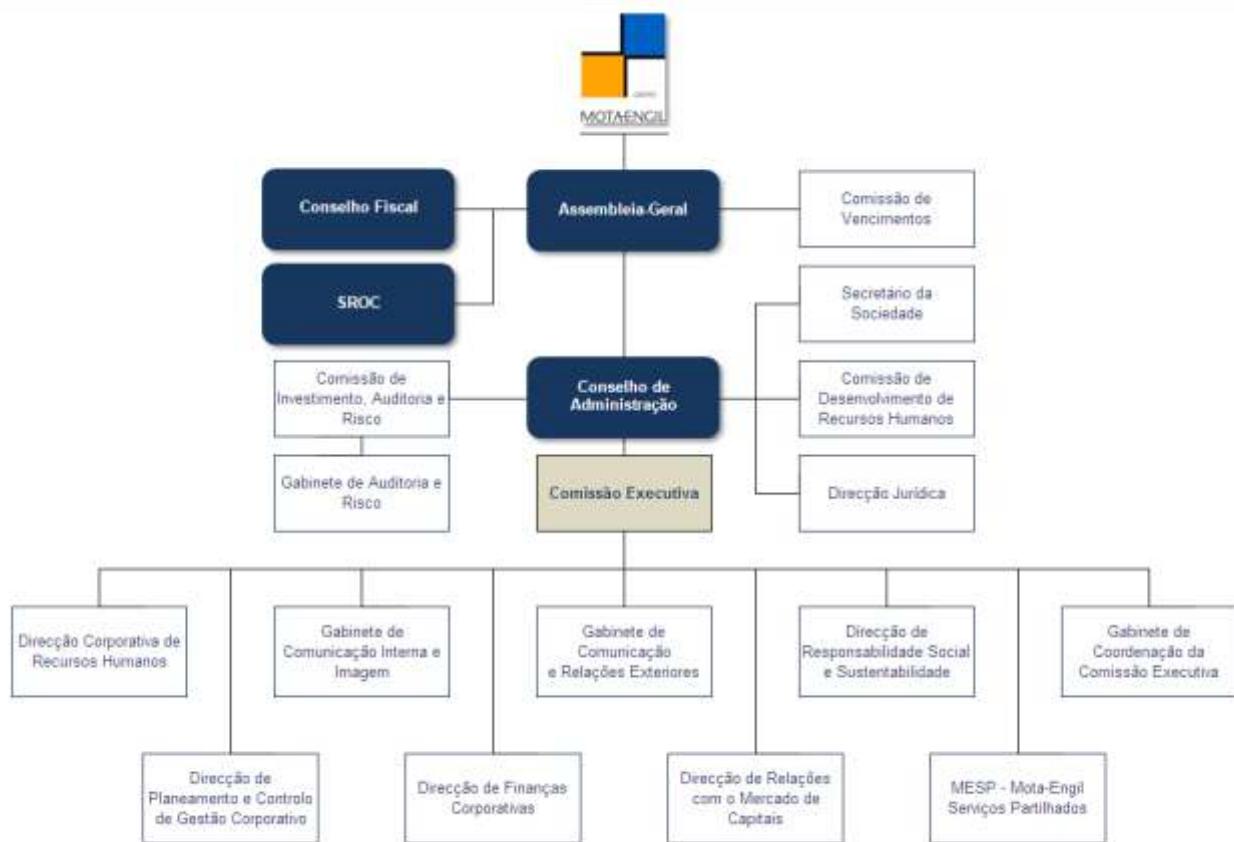
Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

II.2 Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade

Para além das comissões referidas no ponto a seguir, não foram constituídas outras comissões com competências em

matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

II.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas



Órgãos de Administração

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA tem um Conselho de Administração composto por 15 membros, um presidente, três vice-presidentes e onze vogais. Sete dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração, e outros oito administradores exercem funções não executivas.

À Comissão Executiva foram delegados, pelo Conselho de Administração, todos os poderes relacionados com a gestão das actividades da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e de todas as suas participadas, na sua acepção mais estrita de tomada de opções tácticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias actividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do Grupo em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos Administradores não executivos, que têm acesso às respectivas actas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se com uma periodicidade quinzenal, sendo, no início de cada exercício económico, calendarizadas as reuniões a realizar ao longo desse mesmo exercício. O presidente da Comissão Executiva, através do Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva, remete ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal, com a antecedência necessária, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Todas as decisões respeitantes à definição da estratégia da Empresa, bem como às políticas gerais da Sociedade e à estrutura empresarial do Grupo, são matéria da competência exclusiva do Conselho de Administração, não tendo a Comissão Executiva competências delegadas nesse sentido.

O presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por lei e pelos estatutos.

No que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente, no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho

- Coordenação da Comissão Executiva
- Coordenação da Área Internacional
- Direcção Jurídica
- Comunicação e Imagem
- Novos Negócios
- Serviços Partilhados

- Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

- Projecto Novo Aeroporto de Lisboa
- Rede de Alta Velocidade
- Representante do Grupo no Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA

- Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins

- Negócios Ambiente e Serviços
- Negócios Concessões de Transportes

- Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

- Negócios Turismo

- Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar

- Negócios Engenharia e Construção
- Unidade Operacional de Mineração

- Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva

- Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo
- Direcção de Finanças Corporativas
- Direcção de Relações com o Mercado de Capitais
- Representante do Grupo no Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA

- Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres

- Direcção Corporativa de Recursos Humanos;
- Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade;
- Interlocutora da Comissão Executiva na Fundação Manuel António Mota.

O Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, é

considerado o “Chief Executive Officer” (CEO) da Mota-Engil, SGPS, SA. O Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da Mota-Engil, SGPS, SA, é considerado o “Chief Financial Officer” (CFO).

Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A Mota-Engil entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir da melhor forma os seus interesses, pelo que, os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilidades e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho. Não obstante esta posição do Grupo Mota-Engil, foi designado um novo CFO para o mandato de 2010-2013, substituindo o anterior CFO (Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha).

Os administradores não-executivos acompanham a actividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que venha a ser solicitada a qualquer momento. No exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2010, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA é composto por quatro membros, um presidente, dois membros efectivos e um suplente. Na sequência da renúncia apresentada no dia 21 de Setembro de 2010 pelo Eng. Manuel Teixeira Mendes, o até então membro suplente Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez passou a membro efectivo. Por consequência, o Conselho Fiscal ficou reduzido a apenas três membros efectivos, sendo que será recomposto na próxima Assembleia Geral.

Comissões Especializadas

Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

A comissão eleita para o quadriénio 2010-2013 é composta pelos seguintes membros: Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Eng. Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas.

Comissão de Investimento, Auditoria e Risco

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não-executivo, que preside, um administrador independente não executivo e o CFO), e

poderá convidar outros responsáveis do Grupo ligados aos projectos em avaliação. Esta comissão tem como principais funções e responsabilidades apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projectos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (administradora não-executiva), o Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva (CFO) e o Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (administrador independente não-executivo).

Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos tem como principais funções: a monitorização dos níveis de produtividade, remuneração e igualdade de oportunidades; a avaliação dos programas de captura e desenvolvimento de quadros de elevado valor; a definição das orientações dos sistemas de avaliação e incentivos, planos de carreiras, plano de formação e plano de recrutamento e selecção; a avaliação regular da motivação dos colaboradores; e a definição da cultura e valores-chave, coordenando esforços para a sua implementação no Grupo. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Presidente), o Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho, o Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo, o Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, o Eng. Carlos Manuel Marques Martins e a Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres.

Avaliação do Órgão de Administração sobre o modelo de governo adoptado

O Conselho de Administração declara que o modelo de governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. Na avaliação feita em 2010, não foram encontrados constrangimentos relevantes relativamente ao modelo governo seguido, o qual se baseia no modelo de governo “Latino” / Clássico Reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, que não faz parte do Conselho Fiscal.

II.4 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de Internet da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas. A Sociedade não dispõe de Conselho Geral e de Supervisão, de comissão para as matérias financeiras ou de Comissão de Auditoria.

II.5 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia

O Grupo Mota-Engil encontra-se sujeito a um conjunto diversificado de riscos que podem ter um impacto negativo na sua actividade. Todos estes riscos são devidamente identificados, avaliados e monitorizados, cabendo a diferentes estruturas dentro da Sociedade a sua gestão e/ou mitigação, com especial destaque para o papel da Comissão de Investimento, Auditoria e Risco neste domínio.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, com a missão de apoiar a gestão do Grupo Mota-Engil no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, dispõe do Gabinete de Auditoria e Risco, com uma estrutura de recursos especificamente alocados às seguintes funções:

- identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;

- emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do Grupo Mota-Engil ;
- minimização de ineficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do Grupo Mota-Engil na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e na proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;
- identificação de riscos transversais dentro do Grupo, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do Grupo Mota-Engil ;
- emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições ou alienações definidas pelo Grupo Mota-Engil ;
- auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos ou actividades em todas as áreas e empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil .

Em termos genéricos, o modo de funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade é o seguinte:

- Âmbito do processo: São monitorizados os principais riscos a que o Grupo está sujeito, nomeadamente riscos de mercado dos segmentos de actividade, riscos financeiros (de câmbio e de taxa de juro) e outros riscos de negócio (operacionais, de integridade, de sistemas de informação e comunicação), através dos reportes internos da Comissão de Investimento, Risco e Auditoria, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas (com destaque para a Direcção Jurídica, a Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, a Direcção de Finanças Corporativas e a Direcção Corporativa de Recursos Humanos).
- Caracterização do Processo Operacional: a Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do Grupo, concretizando-se, genericamente, no seguinte conjunto cíclico sequencial de fases:
 - Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
 - Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
 - Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
 - Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
 - Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Adicionalmente, todos os investimentos ou novos negócios são analisados quanto aos riscos pelas diversas áreas corporativas, sendo objecto de um parecer prévio da Comissão de Auditoria, Investimentos e Risco antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de risco permitiu aferir sobre a sua eficácia, sem contudo deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo.

Quanto ao controlo de riscos no processo de divulgação de informação financeira, apenas um número muito restrito de colaboradores da Mota-Engil, SGPS, SA está envolvido no processo de divulgação de informação financeira. A este propósito, e por imposição legal (nº 6 do artigo 248º do Código dos Valores Mobiliários), a Mota-Engil, SGPS, SA elaborou uma lista dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. Esta lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a engloba, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei; (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada.

II.6 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas susceptíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade.

O Órgão de Fiscalização acompanha todos os assuntos relevantes da sociedade, assistindo a todas as reuniões do Conselho de Administração. Quer o órgão de administração, quer o órgão de fiscalização acedem aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco referidos no ponto anterior, efectuando a avaliação do funcionamento e do ajustamento às necessidades da sociedade, dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados.

II.7 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e ao número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Tal como é referido no capítulo zero, relativamente ao não-cumprimento da recomendação II.1.1.5, os órgãos de administração e fiscalização da sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A Mota-Engil entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

II.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões

O presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.9 Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade

O mapeamento de risco das empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil permitiu aferir que os principais riscos a que a sociedade se expõe são a sua dependência de clientes, comportamento da concorrência, liquidez, nível de endividamento, taxa de juro, assim como a diversidade dos enquadramentos jurídicos e fiscais a que a sociedade se expõe, fruto das várias geografias em que está presente.

II.10 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 13º e 14º dos estatutos da Sociedade. Os estatutos não conferem poderes ao órgão de administração quanto a deliberações de aumento de capital.

II.11 Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

As regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização são as previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos da Sociedade:

- Conselho de Administração: Compete à Assembleia Geral eleger os administradores (nº1 do art. 391º do Código das Sociedades Comerciais). O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no nº 3 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais. Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A Mota-Engil entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir da melhor forma os seus interesses, pelo que os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.
- Conselho Fiscal: Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como o suplente ou os suplementes deste (nº2 do art. 16º dos Estatutos). O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415º do Código das Sociedades Comerciais.
- SROC: Compete à Assembleia Geral designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº3 do art. 16º dos estatutos).

II.12 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

Órgão	Nº de reuniões 2010
Conselho de Administração	13
Comissão Executiva	23
Conselho Fiscal	6

Relativamente a cada uma das referidas reuniões foi elaborada a respectiva acta.

II.13 Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao presidente do Conselho de Administração, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras

Durante o exercício de 2010, a Comissão Executiva reuniu 23 vezes. As convocatórias com as ordens de trabalhos e documentação de apoio, incluindo minutas de actas de reuniões anteriores para aprovação, são remetidas pelo Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva, com a antecedência necessária, aos membros da Comissão Executiva. De igual forma, e depois de aprovadas pelos membros da Comissão Executiva, são remetidas as actas das reuniões, acompanhadas das respectivas convocatórias, ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal.

II.14 Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fossem aplicáveis as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Administrador	Executivo / Não-executivo	Independente / Não-Independente
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Executivo	Não-independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Executivo	Não-independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não-independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não-executivo	Não-independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Executivo	Não-independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não-independente
Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves	Não-executivo	Não-independente
Luís Filipe Cardoso da Silva	Executivo	Não-independente
Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres	Executivo	Não-independente
José Luís Catela Rangel de Lima	Não-executivo	Não-independente
Luís Valente de Oliveira	Não-executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não-executivo	Independente
António Manuel da Silva Vila Cova	Não-executivo	Independente

Os três administradores não-executivos independentes acima referidos não estão abrangidos por quaisquer incompatibilidades referidas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração era composto por 15 membros, dos quais sete eram executivos e oito não-executivos, composição esta que a Mota-Engil considera garantir uma efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos oito administradores não-executivos, apenas três são qualificados como administradores independentes, representando estes 20% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida a recomendação prevista no Código de Governo das Sociedades, no que respeita ao limite mínimo de administradores independentes, a Mota-Engil, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

Os administradores independentes participam na maioria das reuniões do Conselho de Administração, acompanhando, por essa via, a actividade da Mota-Engil, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do Grupo Mota-Engil.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta por três administradores, sendo um deles independente não-executivo.

II.15 Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração

Para a avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração foi utilizado, única e exclusivamente, o referencial previsto no nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido igualmente tomadas em consideração, com as devidas adaptações, as regras aplicáveis em termos de incompatibilidades previstas no nº 1 do artigo 414º-A do mesmo Código. Não se encontram definidos internamente outros critérios de avaliação.

II.16 Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos

Tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, entende-se não ser necessária a existência de um processo formal de selecção de candidatos a administradores não executivos. Os candidatos aos cargos de administração não-executiva são eleitos pela Assembleia Geral. Nas Assembleias Gerais electivas que vêm sendo realizadas, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não-executivos, têm sido propostos pelos accionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores executivos no processo de escolha.

II.17 Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados

O relatório de gestão consolidado de 2010 do Grupo Mota-Engil inclui, no seu ponto 7, uma descrição da actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos e eventuais constrangimentos detectados.

II.18 Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há seis anos, para além de ser presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO e de empresas fora do GRUPO

Nº de acções em 31/12/2010

5.017.647 acções (correspondentes a 2,45% do capital social)

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Entre 2001 e 2006, deputado a tempo parcial e presidente da Comissão de Poder Local e Ordenamento do Território na Assembleia da República
- Entre 2004 e 2008, membro do Conselho de Estado
- Entre 2001 e 2008, administrador da Congetmark – Consultoria, Estudos e Management, Lda.
- Entre 2001 e 2008, Professor Convidado e membro do Conselho Científico do Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM) e presidente do Conselho Consultivo da Escola de Estudos Avançados das Beiras
- Actualmente, para além de vice-Presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, é presidente do Conselho de Administração (administrador não-executivo) da MESP - Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA.

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação

26 de Maio de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013



Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
- Presidente do Conselho de Administração da MEITS - MOTA-ENGIL, IMOBILIÁRIA E TURISMO, SA
- Gerente da MOTA INTERNACIONAL, LDA.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da MAPREL-NELAS, INDÚSTRIA DE PRÉ-FABRICADOS EM BETÃO, SA
- Membro da Mesa da Assembleia Geral da Paviterra, SARL
- Presidente da Comissão de Fixação de Vencimentos (em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA) da FERROVIAS E CONSTRUÇÕES, SA
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da AURIMOVE – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da NORTEDOMUS – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da PLANINOVA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Actualmente, para além de Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO

Nº de acções em 31/12/2010

Não possui quaisquer acções da Mota-Engil, SGPS, SA

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO e de empresas fora do GRUPO.

Nº de acções em 31/12/2010

3.665.066 acções (correspondentes a 1,79% do capital social)

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos atrás, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO e de empresas fora do GRUPO

Nº de acções em 31/12/2010

3.736.836 acções (correspondentes a 1,83% do capital social)

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO e de empresas fora do GRUPO

Nº de acções em 31/12/2010

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)

3.943.051 acções (correspondentes a 1,93% do capital social)

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (ISEL)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Vice-presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA (com o pelouro da Europa Central)
- Actualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO MOTA-ENGIL

Nº de acções em 31/12/2010

1.000 acções

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Desde Março de 2006 que exerce a presidência do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, SA
- Desde Janeiro de 2009 que exerce a presidência do Conselho de Administração da Ascendi Group, SGPS, SA
- Actualmente, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO MOTA-ENGIL

Nº de acções em 31/12/2010

12.435 acções

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Desde Junho de 2003, e até 5 de Janeiro de 2009, exerceu a presidência do Conselho de Administração da Ascendi Group, SGPS, SA e participadas
- Actualmente, é membro do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Administrador da MESP, MOTA-ENGIL SERVIÇOS PARTILHADOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO SA;

Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)

- Administrador da MESP Central Europe Sp. z.o.o.;
- Administrador da Mota-Engil Brand Management B.V.;
- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, SA;
- Membro Conselho Superior da Ascendi Group, SGPS, SA;
- Administrador da Martifer, SGPS, SA
- Foi membro do conselho Fiscal de várias sociedades do Grupo Ascendi;
- Actualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do GRUPO MOTA-ENGIL.

Nº de acções em 31/12/2010
12.500 acções

1ª Designação
31 de Março de 2010

Termo do mandato
31 de Dezembro de 2013

Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa – Porto
- Curso de Pós-Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, pela AEP
- XVIII PDE – Programa de Direcção de Empresas, pela AESE

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Directora de Desenvolvimento de Recursos Humanos na MESP – Mota-Engil Serviços Partilhados, SA
- Directora Corporativa de Recursos Humanos na Mota-Engil SGPS, SA
- Actualmente membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2010
Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação
31 de Março de 2010

Termo do mandato
31 de Dezembro de 2013

José Luís Catela Rangel de Lima (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (IST)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da ASCENDI NORTE, SA
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da ASCENDI COSTA DE PRATA, AUTO-ESTRADAS DA COSTA DE PRATA, SA;
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA, AUTO-ESTRADAS DAS BEIRAS LITORAL E ALTA, SA;
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da ASCENDI GRANDE PORTO, AUTO-ESTRADAS DO GRANDE PORTO, SA;
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da ASCENDI GRANDE LISBOA, AUTO – ESTRADAS DA GRANDE LISBOA, SA;
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da ASCENDI DOURO, ESTRADAS DO DOURO INTERIOR, SA.

Nº de acções em 31/12/2010
1.000 acções

1ª Designação
2 de Fevereiro de 2009

Termo do mandato
31 de Dezembro de 2013

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (UO)
- Doutor em Engenharia Civil
- Professor catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)

- Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação

31 de Março de 2006

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percorso profissional nos últimos cinco anos

- Desde 1999 e até à presente data, é consultor da comissão executiva da SonaeCom, encontrando-se encarregado de dirigir os departamentos legal, fiscal, de relações públicas e o de regulação;
- Desde 1985, tem exercido de forma independente funções de jurisconsulto nas áreas do Direito Financeiro e do Direito Fiscal
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação

31 de Março de 2006

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

Percorso profissional nos últimos cinco anos

Até 2005:

- Director Coordenador do Norte do Banco Nacional Ultramarino (BNU)
- Director Geral do Norte da Caixa Geral de Depósitos(CGD)
- Administrador da Locapor-Soc. de Leasing Mobiliário
- Administrador do Banco Simeon
- Administrador da PME.Capital- Soc. de Capital de Risco
- Administrador da CGD com os pelouros de Recuperação de Crédito (a nível nacional) e Comercial Norte, este último substituído, após segmentação, pelo pelouro da Banca de Retailho a nível nacional

Em 2006 e 2007, membro do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, como vogal não-executivo independente

Em 2007 e até Junho de 2008, membro do Conselho de Administração do Banco Finantia, também como vogal não-executivo independente.

De Junho a Dezembro de 2008 ,membro do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios

De Junho de 2008 a Agosto de 2009, membro do Conselho de Administração da Sociedade Lusa de Negócios, tendo, enquanto tal, funções de presidente do Conselho de Administração e administrador de empresas do referido Grupo

Actualmente, vogal não-executivo independente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e vogal do Conselho Fiscal do Banco Finantia

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação

15 de Abril de 2009

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

II.19 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)
Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da MOTA-ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da TRATOFOZ – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁREA GOLFE – GESTÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CAMPOS DE GOLFE, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da AURIMOVE, SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da CPTP – COMPANHIA PORTUGUESA DE TRABALHOS PORTUÁRIOS E CONSTRUÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da FERROVIAS E CONSTRUÇÕES, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MANVIA – MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MARTIFER, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ME REAL ESTATE – MOTA-ENGIL REAL ESTATE PORTUGAL, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – MOTA-ENGIL, SERVIÇOS PARTILHADOS, ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL II, GESTÃO, AMBIENTE, ENERGIA E CONCESSÕES DE SERVIÇOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da NORTEDOMUS – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da PLANINOVIA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SEDENGIL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SOL-S INTERNATIONAL, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TAKARGO – TRANSPORTE DE MERCADORIAS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TERTIR – CONCESSÕES PORTUÁRIAS, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TERTIR – TERMINAIS DE PORTUGAL, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TRATOFOZ – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da VIBEIRAS – SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, ENERGIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, INDÚSTRIA E INOVAÇÃO, SGPS, SA
- Presidente do Conselho Superior da Ascendi Group, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho Superior da TERTIR – TERMINAIS DE PORTUGAL, SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Vogal do Conselho Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Vogal do Conselho Administração da Auto Sueco (Angola) SARL
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sunviauto – Indústria de Componentes de Automóveis, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA
- Presidente do Conselho de Fundadores do Centro Rodoviário Português, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Vogal da Direcção da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-Presidente)
Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados dos Administrativos e de Gestão, SA;
- Membro do Conselho Consultivo da ASCENDI – CONCESSÕES DE TRANSPORTES, SGPS, SA.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro do Conselho Consultivo do Banco de Investimento Global (BIG);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade das Águas da Cúria;
- Presidente da AG da APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)
Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL II, GESTÃO, AMBIENTE, ENERGIA E CONCESSÕES DE SERVIÇOS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da TERNOR – SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO DE TERMINAIS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da TERTIR – CONCESSÕES PORTUÁRIAS, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Group, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI NORTE, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA, AUTO ESTRADAS DAS BEIRAS LITORAL E ALTA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI COSTA DE PRATA, AUTO ESTRADAS DA COSTA DE PRATA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI GRANDE PORTO - AUTO ESTRADAS DO GRANDE PORTO, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI GRANDE LISBOA, AUTO ESTRADAS DA GRANDE LISBOA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI DOURO - ESTRADAS DO DOURO INTERIOR, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI OPERADORA NT - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, SA

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vogal)

- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI OPERADORA BLA - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI OPERADORA CP, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI OPERADORA CP, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI OPERADORA GL - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI OPERADORA DI, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI, CONCESSÕES DE TRANSPORTES, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI, SERVIÇOS DE ASSESSORIA, GESTÃO E OPERAÇÃO, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI O&M, SA
- Presidente do Conselho de Administração da TERGEPE, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da GT- INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS ,SGPS,SA
- Membro do Conselho de Administração da EMSA - EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, SA
- Membro do Conselho de Administração da COPEXA - CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA PEROTE-XALAPA, SA DE C.V. (México)
- Membro do Conselho de Administração da LUSOPONTE – CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO SA
- Membro do Conselho de Administração da GESTIPONTE – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS TRAVESSIAS DO TEJO, SA
- Membro do Conselho de Administração da LOGZ – ATLANTIC HUB, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da MULTITERMINAL – SOCIEDADE DE ESTIVA E TRAFEGO, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da LOKEMARK - SOLUÇÕES DE MARKETING, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TAKARGO – TRANSPORTE DE MERCADORIAS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da E.A. MOREIRA – AGENTES DE NAVEGAÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da LISCONT – OPERADORES DE CONTENTORES, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TRANSITEX – TRANSITOS DA EXTREMADURA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MULTITERMINAL – SOCIEDADE DE ESTIVA E TRAFEGO,SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SADOPORT- TERMINAL MARÍTIMO DO SADO,SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SLPP- SERVIÇOS LOGÍSTICOS DE PORTOS PORTUGUESES,SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SOL – S INTERNACIONAL, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO,SA
- Membro do Conselho Geral da ASTERIUM, ACE
- Membro do Conselho Superior da SUMA
- Membro do Conselho Superior da TERTIR – TERMINAIS DE PORTUGAL, SA
- Membro do Conselho de Supervisão da INDAQUA – INDÚSTRIA DE GESTÃO DE ÁGUAS, SA
- Representante da ASCENDI GROUP,SGPS,SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Gerente da COGERA - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda.
- Gerente da COVELAS – Energia, Lda

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador não executivo da Martifer, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil , Indústria e Inovação, SGPS, SA;
- Membro do Conselho Consultivo da Ascendi – Concessões de Transportes, SGPS, S.A..

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL.

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Gerente da EDIFÍCIOS GALIZA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.
- Vogal do Conselho de Administração da EMPRESA AGRÍCOLA FLORESTAL PORTUGUESA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da E.A. MOREIRA – AGENTES DE NAVEGAÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da INDAQUA – INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da LISCONT – OPERADORES DE CONTENTORES, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da LOKEMARK – SOLUÇÕES DE MARKETING, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MARTIFER, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – MOTA-ENGIL, SERVIÇOS PARTILHADOS, ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL II, GESTÃO, AMBIENTE, ENERGIA E CONCESSÕES DE SERVIÇOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos DA NORTEDOMUS – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da TAKARGO – TRANSPORTE DE MERCADORIAS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TERTIR – CONCESSÕES PORTUÁRIAS, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TERTIR – TERMINAIS DE PORTUGAL, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TRATOFOZ – SOCIEDADE DE SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TRANSITEX- TRANSITOS DA EXTREMADURA,SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da AREAGOLF – GESTÃO CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO E CAMPOS DE GOLF, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da AURIMOVE – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA ENGIL ENERGIA,SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL INDUSTRIA E INOVAÇÃO , SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da PLANINOVA – SOCIEDADE IMBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – Rio TÂMega, TURISMO E RECREIO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – SOCIEDADE DE GOLF DE AMARANTE, SA

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

- Membro da Comissão de Vencimentos da MANVIA – MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.
- Gerente da Ladário - Sociedade de Construção, Lda.
- Gerente da Serra Lisa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Cerâmica de Boialvo, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Socomagra, Lda
- Vocal do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Vocal do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Vocal do Conselho de Administração da Agrimota – Sociedade Agrícola e Florestal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA
- Vocal do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Membro do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação Manuela António da Mota

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da FERROVIAS E CONSTRUÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da LISCONT – OPÉRADORES DE CONTENTORES, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – MOTA-ENGIL, SERVIÇOS PARTILHADOS, ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SEDENGIL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TRANSITEX – TRANSITOS DE EXTREMADURA, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TRATOFOZ – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos VIBEIRAS – SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos SADOPORT – TERMINAL MARÍTIMO DO SADO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos SLPP – SERVIÇOS LOGÍSTICOS DE PORTOS PORTUGUESES, SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Membro do Conselho de Administração da Supermercados Navarras, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda.
- Gerente da Matiprel – Materiais Pré-Fabricados, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda;
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuela António da Mota

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da RTA – RIO TÂMega, TURISMO E RECREIO, SA
- Presidente do Conselho de Administração da SGA – SOCIEDADE DO GOLFE DE AMARANTE, SA
- Gerente da EDIFÍCIOS GALIZA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.
- Gerente da LARGO DO PAÇO – INVESTIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS, LDA.
- Gerente da MATIPREL – MATERIAIS PRÉ-FABRICADOS, LDA.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EMSA – EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL II, GESTÃO, AMBIENTE, ENERGIA E CONCESSÕES DE SERVIÇOS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – RIO TÂMega, TURISMO E RECREIO, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – SOCIEDADE DO GOLFE DE AMARANTE, SA.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)

- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Predimarão – Sociedade de Construções, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliárias, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA.

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
- Presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da EMSA-EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SEDENGIL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Vogal do Conselho Fiscal do FUNDCIC – Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção
- Membro participante da Comissão Instaladora da OFP – Organização Ferroviária Portuguesa
- Representante da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA na AECOPS - Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas, participando na elaboração de inquéritos sobre o Sector
- Representante da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA na CCAP – Câmara de Comércio Americana em Portugal
- Representante da MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA na CCLH – Câmara de Comércio Luso Húngara

Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Desde 5 de Janeiro de 2009 que não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

José Luís Catela Rangel de Lima (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador não executivo da LUSOPONTE – CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador da MESP, MOTA-ENGIL SERVIÇOS PARTILHADOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO SA;
- Administrador da MESP Central Europe Sp. z.o.o.;
- Administrador da Mota-Engil Brand Management B.V.;
- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, SA;
- Membro Conselho Superior da Ascendi Group, SGPS, SA;
- Administrador da Martifer, SGPS, SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador da Vallis, SGPS, SA

Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres (Vogal)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Vogal do Conselho de Administração da MESP – Mota-Engil Serviços Partilhados, SA
- Membro da Comissão de Recursos Humanos da Mota-Engil SGPS, SA

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho Geral da E.G.P.- Escola de Gestão do Porto, em representação da Mota-Engil SGPS, SA

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)

- Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)
Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro não executivo da Sonaecom, SGPS, SA Sociedade Aberta
- Membro não executivo do Banco BPI, SA, Sociedade Aberta
- Vogal do Conselho de Administração da EPM, SGPS, SA;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Serralves
- Membro do Conselho Geral do PÚBLICO, SA;
- Presidente da Assembleia Geral do Banco Santander Consumer, SA
- Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Belmiro de Azevedo
- Membro do Conselho de Administração da Dot One SGPS, SA
- Presidente da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, SA

António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)
Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro do Conselho Fiscal do Banco Finantia

II.21 Identificação dos membros do Conselho Fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o Conselho Fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

Membro	Critério Incompatibilidade	Critério Independência
Alberto João Coraceiro de Castro	Cumprido	Cumprido
José Rodrigues de Jesus (ROC)	Cumprido	Cumprido
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez	Cumprido	Cumprido

O Conselho Fiscal reúne, com a periodicidade que considera adequada, com o Revisor Oficial de Contas e com Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão/auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. As decisões de escolha dos prestadores destes serviços e das respectivas remunerações são da responsabilidade do Conselho de Administração, sob propostas previamente apresentadas pelo Conselho Fiscal.

O relatório anual emitido pelo Conselho Fiscal sobre a actividade desenvolvida é publicado conjuntamente com o Relatório e Contas, estando disponível no sítio de Internet da MOTA-ENGIL. Quaisquer constrangimentos deparados pelo Conselho Fiscal no âmbito da sua actividade desenvolvida durante o ano são comunicados no seu relatório.

Embora seja o Conselho Fiscal o interlocutor privilegiado nas relações com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo e o primeiro destinatário dos relatórios desenvolvidos por estes, o Conselho de Administração assiste estas tarefas através de algumas reuniões conjuntas entre o Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração com os auditores e revisores.

O Auditor Externo é avaliado pelo Conselho Fiscal de forma permanente.

Aos membros do Conselho Fiscal, designadamente ao seu presidente, é dado conhecimento das reuniões do Conselho de Administração às quais assistem regularmente, permitindo-lhes um acompanhamento da actividade global do GRUPO.

II.22 Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da

primeira designação e data do termo de mandato

Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto
- Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul

Percorso profissional nos últimos cinco anos

- Professor na Universidade Católica Portuguesa (Porto)
- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006)
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007)
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões
- Presidente do Conselho de Administração da Ciencinvest – Valorização Económica da Ciência, SA (2005-2008)
- Membro, não executivo, do Conselho de Administração da Douro Azul, SA (até 2008)

Nº de acções em 31/12/2010

2.200 acções

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2010

José Rodrigues de Jesus (Efectivo)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Revisor Oficial de Contas (ROC)

Percorso profissional nos últimos cinco anos

- Docente universitário
- Revisor Oficial de Contas

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2010

Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Efectivo)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percorso profissional nos últimos cinco anos

- Sócio-gerente da Gedafe, Gabinete de Gestão Administrativa, Lda.
- Membro do Conselho Fiscal da Tertir-Terminais de Portugal, SA (Março de 2007 a Agosto de 2008);
- Secretário da mesa da assembleia geral da BRM, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL SGPS SA

1ª Designação

30 de Março de 2007, na qualidade de suplente, 23 de Setembro de 2010, como efectivo

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2010

II.23 Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006);
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007);
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões.

José Rodrigues de Jesus (Efectivo)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

- Fiscal Único nas sociedades Ambar – Ideias no Papel, SA, Calfor - Indústrias Metálicas, S.A., Quinta de Roriz – Vinhos, SA, Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, Edemi Gardens – Promoção Imobiliária, SA, Quintas & Quintas – Offshore, Sistemas de Amarração, S.A., Farmácia Ribeiro, SA, Camilo dos Santos Mota, S.A., Imoagedua, SGPS, SA; é membro dos Conselhos Fiscais, sem a qualidade de revisor oficial de contas de Finibanco Holding, SGPS, SA, Finibanco, SA, Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, SAGPS, SA, e Gérmen – Moagem de Cereais, S.A., e secretário da Mesa da Assembleia Geral de millennium bcp – Gestão Fundos Investimento, SA

Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Efectivo)

Funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

Funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL.

II.24 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia geral de destituição do auditor com justa causa

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo tendo a responsabilidade de fiscalização das suas habilitações e da sua independência. A lei e os estatutos não atribuem à Assembleia Geral a competência para a nomeação do auditor externo, pelo que não se encontra prevista a possibilidade de ser proposta à Assembleia Geral a sua destituição com justa causa. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da Mota-Engil não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de auditor externo da Sociedade.

II.25 Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Não aplicável

II.26 Declaração de que os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho geral e de supervisão procede à respectiva auto-avaliação.

Não aplicável

II.27 Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

Não aplicável

II.28 Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Não aplicável

II.29 Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, a dos dirigentes na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, e a de outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante

A política de remuneração aplicável aos dirigentes da Mota-Engil na acepção do nº 3 do art.º 248º-B do dos Valores Mobiliários encontra-se descrita na declaração sobre esta matéria submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral. Não existem na Mota-Engil outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante

II.30 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho

Tal como estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, é submetida anualmente à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização

A actual política de remunerações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, tal como aprovada na última Assembleia Geral, procura promover, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da Sociedade, e assenta sobretudo numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da actividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações são, essencialmente, os seguintes:

a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da actividade efectivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efectuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para a Empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furtar a esta reflexão da existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

b) A situação económica da Sociedade

Deve ser tida em consideração a situação económica da sociedade, bem como os interesses desta numa perspectiva de longo prazo e do real crescimento da Empresa e da criação de valor para os seus accionistas.

c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos Órgãos Sociais uma excepção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho de um nível adequado à complexidade das funções e responsabilidades. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e colectivo, assegurando-se não só os interesses do próprio mas essencialmente os da sociedade e a criação de valor para todos os seus accionistas.

As opções concretas de política de remuneração submetidas e aprovadas foram as seguintes:

- A remuneração dos membros executivos, bem como dos membros não-executivos não-independentes, do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável;
- A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa;
- A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não-independentes, consistirá num valor mensal pagável 14 vezes por ano.
- A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes;
- A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas;
- As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável doze vezes por ano;
- O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, atenta a avaliação de desempenho efectuada, da sua posição hierárquica, de critérios de “performance” de longo prazo da Sociedade e crescimento real da Sociedade e das variáveis de desempenho escolhidas;
- Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas recomendatórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao Grupo Mota-Engil.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Mota-Engil relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

II.31 Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga

Membros	Empresa	Componente Fixa	Componente Variável		Senhas de Presença	Total
			Participação lucros	Outros Prémios		

Conselho de Administração

António Manuel Queirós V. da Mota	Mota-Engil SGPS	500.000	102.250	2.825	-	605.075
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Mota-Engil SGPS	500.000	200.000	-	-	700.000
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Mota-Engil SGPS	310.000	130.000	3.282	-	443.282
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Mota-Engil A&S, SGPS	300.000	139.825	-	-	439.825
Maria Manuela Q. V. Mota dos Santos	Mota-Engil SGPS	275.000	30.000	74.420	-	379.420
Maria Teresa Q. V. Mota Neves da Costa	Mota-Engil SGPS	275.000	30.000	72.890	-	377.890
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Mota-Engil SGPS	275.000	30.000	79.055	-	384.055
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Mota-Engil E&C SA	310.000	130.000	3.336	-	443.336
Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves	Mota-Engil SGPS	300.000	102.180	-	-	402.180
Luís Filipe Cardoso da Silva	Mota-Engil SGPS	195.000	-	-	-	195.000
Maria Isabel da Silva F. Rodrigues Peres	Mota-Engil SGPS	175.500	-	-	-	175.500
José Luís Catela Rangel de Lima	Mota-Engil SGPS	150.000	2.100	-	-	152.100
Luís Valente de Oliveira	Mota-Engil SGPS	-	-	-	35.000	35.000
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Mota-Engil SGPS	-	-	-	35.000	35.000
António Manuel da Silva Vila Cova	Mota-Engil SGPS	-	-	-	39.500	39.500
						4.807.163

Conselho Fiscal

Alberto João Coraceiro de Castro	Mota-Engil SGPS	30.000	-	-	-	30.000
José Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30.000	-	-	-	30.000
Manuel Teixeira Mendes ⁽¹⁾	Mota-Engil SGPS	6.000	-	-	-	6.000
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez ⁽¹⁾	Mota-Engil SGPS	1.650	-	-	-	1.650

(1) Na sequência da renúncia apresentada pelo anterior membro efectivo (Eng. Manuel Teixeira Mendes), no dia 21 de Setembro de 2010, e nos termos do nº 4 do artº 415º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez, até então membro suplente do Conselho Fiscal, passou a membro efectivo, até à próxima Assembleia Geral.

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções ou de direitos de adquirir opções sobre acções ou de qualquer outro sistema de incentivos com acções, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remuneração descrita no ponto II.30.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto II.30.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto II.30. Não existem outros benefícios não-pecuniários.

Durante o ano de 2010 foi paga uma indemnização por cessação de funções do ex-administrador Dr. Eduardo Jorge

de Almeida Rocha, no montante de 880 mil de Euros.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Alguns dos administradores (accionistas-fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da Mota-Engil, SGPS, SA.

De acordo com a nota 32 do Anexo às contas consolidadas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo bem como as respectivas coberturas são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Responsabilidades com pensionistas	1.458.253	1.698.852	1.698.852
Responsabilidades com actuais activos	7.478.245	8.557.363	8.557.363
Provisões constituídas (Nota 29. Provisões)	8.936.770	10.256.214	10.256.214
% de cobertura	100%	100%	100%

A variação ocorrida no exercício encontra-se suportada por um relatório actuarial encomendado para o efeito e deveu-se essencialmente às seguintes alterações de pressupostos: (i) a taxa de rendimento do fundo passou de 4% para 4,5%, atendendo a que actualmente as taxas de rendimento esperado no longo prazo utilizadas no mercado dos fundos de pensões, também por recomendação das normas internacionais de contabilidade, rondam os 5%; (ii) o mesmo se aplica relativamente à taxa de actualização das pensões, embora se tenha passado apenas de 3% para 4% (como não existe veículo de financiamento para estas responsabilidades, é recomendável que se mantenha nos 4%); (iii) a taxa de crescimento salarial passou de 3% para 2%, atendendo a que o histórico dos salários utilizados para a avaliação actuarial tem apresentado crescimentos inferiores a 3%.

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

II.32 Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assumpção excessiva de riscos

Ainda que não esteja formalmente previsto qualquer mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, nomeadamente através do diferimento da remuneração variável, a Comissão de Vencimentos procura estruturar a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a que possa haver um alinhamento de médio e longo prazo com os interesses da Sociedade.

II.33 Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida em função dos níveis de responsabilidade de cada um dos administradores executivos, revista anualmente, e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga no ano seguinte, a título de prémio de “performance” tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos, a qual considera o real crescimento da Empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da Empresa.

A componente variável é atribuída anualmente e compete à Comissão de Vencimentos o acompanhamento e a avaliação, numa base constante, do desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos.

b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação dos membros do Conselho de Administração Executivo é feita pela Comissão de Vencimentos.

c) Indicação dos critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Os critérios fixados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos são critérios genéricos e encontram-se consignados na política de remunerações aprovada em Assembleia Geral, sendo que não existem critérios predeterminados e objectivos sobre esta matéria.

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores e indicação acerca dos limites máximos para cada componente

As componentes variáveis da remuneração dos membros da gestão executiva têm em consideração a “performance” da Empresa no curto e médio prazo, bem como o desempenho em “benchmarking” com outras empresas de dimensão e negócio similares.

Apesar dos Estatutos fixarem apenas em termos totais a remuneração variável do Conselho de Administração, em que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, a Comissão de Vencimentos considera que a componente variável atribuída aos membros da Comissão Executiva tem sido globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento

Não aplicável, sem prejuízo das considerações constantes do ponto II.32.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (“hedging”) ou de transferência de risco, respectivo limite e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e, ou, qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não-pecuniários

A sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não-pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

As remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e, ou, de pagamento de prémios encontram-se demonstradas no ponto II.31 e fazem parte da componente variável, a título de prémio de “performance” tendo em consideração a evolução do desempenho dos administradores, face aos objectivos propostos.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Durante o ano de 2010 foi paga uma indemnização por cessação de funções do ex-administrador Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha, no montante de 880 mil de Euros.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício de 2010 não foram pagos quaisquer montantes aos administradores executivos (nem a administradores não-executivos) da Mota-Engil por sociedades em relação de domínio ou de grupo para além dos divulgados no ponto II.31.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral

Alguns dos administradores (sócios-fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da Mota-Engil, SGPS, SA.

p) Estimativa do valor dos benefícios não-pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

A sociedade não atribui quaisquer benefícios não-pecuniários relevantes a título de remuneração.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável. No entanto, a Comissão de Vencimentos tem sempre em consideração este factor nos critérios utilizados para a determinação da remuneração variável.

II.34 Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis

A remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração integra componentes variáveis. A Mota-Engil entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos, esta situação não desvirtua a sua função não executiva.

II.35 Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento)

Foi aprovado, no final de 2008, o “Regulamento do Conselho Fiscal sobre procedimentos a adoptar em matéria de comunicação de irregularidades”, divulgado a todo o Grupo através de uma ordem de serviço interna.

O Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, com a aprovação deste regulamento, pretendeu ver estimuladas as comunicações internas de práticas irregulares, de forma a prevenir ou reprimir irregularidades, evitando danos agravados pela continuidade da prática irregular, e dando cumprimento ao recomendado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre esta matéria.

O regulamento considera que constituem práticas irregulares todos os actos ou omissões, dolosos ou negligentes, praticados no âmbito da actividade das sociedades do Grupo Mota-Engil, que possam ter reflexo nas demonstrações financeiras, ou outras, e que causem dano ao património e ao bom nome do Grupo, nomeadamente violação de qualquer lei, norma ou regulamento, prática de fraudes, abuso de autoridade, má gestão, desperdício de fundos, danos para a saúde e segurança dos trabalhadores e danos para o ambiente.

É garantida pelo Conselho Fiscal a confidencialidade das participações, assim como o anonimato da sua autoria, a quem comunique indícios da prática de irregularidades, sem prejuízo do conhecimento por parte do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA. Quando os indícios de irregularidades forem comunicados por trabalhadores de empresas do Grupo Mota-Engil, estes nunca poderão ser prejudicados nos seus direitos por aquele facto. A quem denuncie indícios de práticas irregulares com manifesta falsidade ou má fé, assim como àqueles que infrinjam o dever de confidencialidade, poderão ser instaurados processos penais, bem como processos disciplinares no caso de se tratar de trabalhadores de sociedades do Grupo Mota-Engil.

As fases processuais do sistema de comunicação de irregularidades, da responsabilidade do Conselho Fiscal, são as seguintes:

- a) Recepção e registo;
- b) Análise preliminar e avaliação da consistência da comunicação recebida;
- c) Investigação;
- d) Relatório final, com comunicação ao presidente do Conselho de Administração.

O processo de investigação é promovido pelo Conselho Fiscal, sendo assistido pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, que terá competência para se ocupar das questões não-decisórias. A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco poderá propor a contratação de auditores externos ou outros peritos para auxiliarem na investigação, quando a especialidade das matérias em causa assim o justificarem.

Até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, o Conselho Fiscal avalia a actividade desenvolvida no ano imediatamente anterior e propõe as alterações que considera necessárias para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de comunicação de práticas irregulares.

II.36 Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com

competências específicas nessas matérias.

II.37 Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

Não aplicável, face ao explicitado no ponto anterior.

II.38 Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração

Considera-se que, em virtude dos respectivos currículos e percursos profissionais (constantes do ponto II.18), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Empresa, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

II.39 Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa

O Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (presidente e membro não-executivo do Conselho de Administração) e a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da accionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das suas próprias remunerações enquanto membros do órgão de administração. Não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos.

III. Informação

III.1 Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital social da Mota-Engil, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 204.635.695 Euros, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ordinárias ao portador com valor nominal de 1 Euro cada, que, com excepção das acções próprias, conferem direito a dividendos. Encontra-se admitida à negociação na Euronext Lisbon a totalidade das acções que compõem o capital social

III.2 Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Accionistas	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	80.406.957	39,29%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30.538.198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	5.017.647	2,45%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3.665.066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3.736.836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3.943.051	1,93%
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá	33.775	0,02%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA ⁽¹⁾	127.341.530	62,23%
Kendall II, SA	9.472.764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620.510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271.243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10.364.517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4 190 954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores SA	4 190 954	2,05%

(1) A empresa FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA é detida a 100% por: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (38,23%), Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (20,59%) Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (20,59%) e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (20,59%).

III.3 Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas, ou categoria de accionistas, titulares de direitos especiais.

III.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções

Não existem restrições de qualquer natureza quanto à transmissibilidade das acções da Mota-Engil, SGPS, SA, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou quanto a limitações à titularidade das acções.

III.5 Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

Não existem quaisquer regras especiais relativas à alteração dos estatutos, para além das que resultam da aplicação do regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais.

III.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não se encontram previstos mecanismos para participação dos trabalhadores no capital da Mota-Engil, SGPS, SA.

III.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) o anúncio de resultados; c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção

O ano de 2010 ficou marcado por uma grave crise dos mercados obrigacionistas da zona euro, espelhando os receios de incumprimento nos reembolsos de dívida soberana externa por parte dos países periféricos da zona Euro (Europa do Sul e Irlanda). Esta crise foi o principal factor que condicionou a evolução dos restantes mercados na Europa. Verificou-se assim, sobretudo a partir do segundo trimestre do ano, uma selectividade nunca antes vista no espaço do Euro, distinguindo os investidores claramente aqueles países que vêm acumulando dívida externa fruto de elevados défices orçamentais e sobreaquecimento da procura interna dos demais.

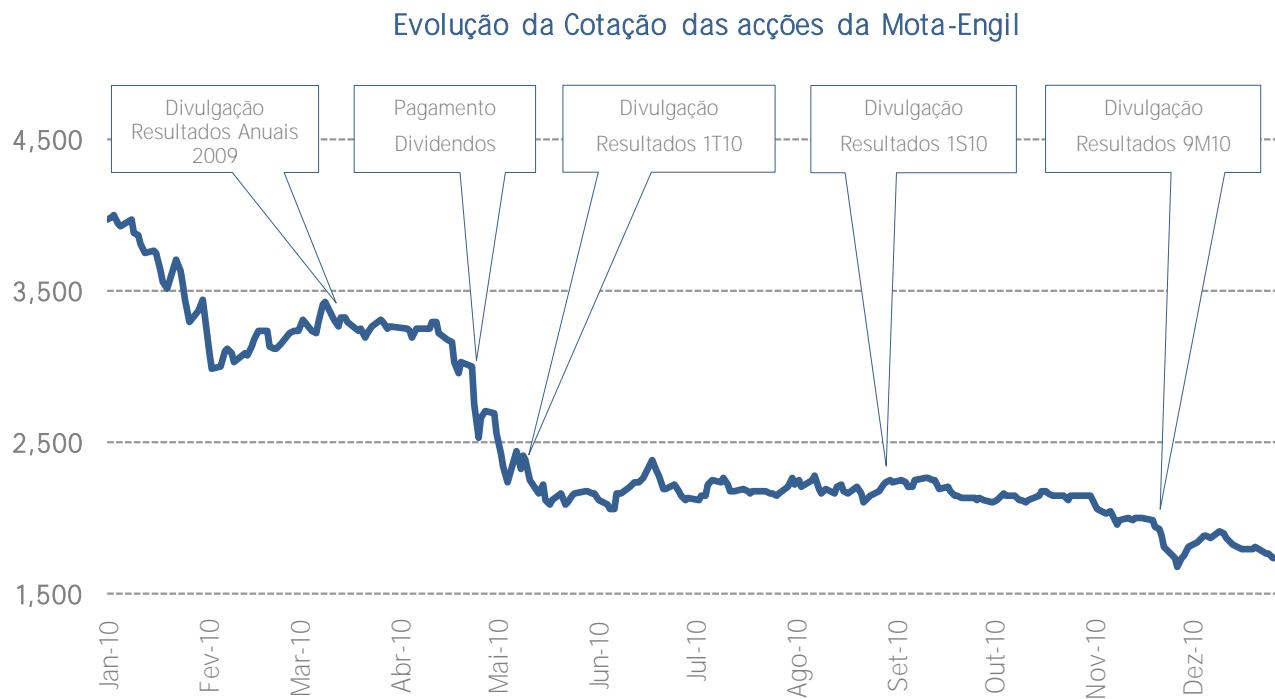
No terceiro trimestre, reagindo a sinais que apontavam para uma recuperação económica frágil mas aparentemente sustentável e à expectativa de que a Reserva Federal Norte-Americana poderia reiniciar uma política de compra massiva de instrumentos financeiros de longo prazo, injectando liquidez na economia e permitindo uma redução das taxas de juro a longo prazo, os mercados accionistas recuperaram significativamente. Esta tendência não eliminou, contudo, as incertezas relativamente à capacidade de reembolso da dívida pública externa por parte do Estado grego, do irlandês e, em certa medida do português.

No contexto de um novo paradigma onde também os investidores de acções se revelaram cada vez mais sensíveis ao endividamento das empresas e afectado pelas incertezas no sector de construção em Portugal, principalmente no sector das obras públicas, o título da Mota-Engil, depois da forte apreciação que registara em 2009 (68%) foi fortemente penalizado, com uma queda de 55,7% no ano, correspondendo a uma capitalização bolsista de 356,7 milhões de euros.

O comportamento semestral do título pode ser analisado como segue:

	1º semestre 2010	2º semestre 2010	Performance total 2010	1º semestre 2009	2º semestre 2009	Performance total 2009
Acção Mota-Engil	-46%	-10%	-56%	37%	30%	68%
PSI-20	-17%	6%	-10%	12%	21%	33%
EURONEXT 100	-9%	10%	1%	0%	26%	25%

A evolução da cotação pode ser analisada no gráfico seguinte:



Com excepção das acções próprias, todas as acções que compõem o capital social da Mota-Engil, SGPS, SA conferem direito a dividendos. Em 30 de Abril de 2010 foi colocado à disposição dos accionistas o dividendo relativo ao exercício de 2009, com um valor líquido por acção de 0,088 Euros.

Durante 2010 não foram emitidas acções ou outros valores mobiliários que tivessem dado direito à subscrição ou aquisição de acções.

III.9 Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios

A política de dividendos adoptada pela Sociedade consiste na atribuição de um dividendo que materialize, em cada ano económico, um “Pay-Out Ratio” mínimo de 50% e máximo de 75%, dependendo da avaliação pelo Conselho de Administração de um conjunto de condições temporais, mas onde pontifica o objectivo de atingir uma adequada remuneração do capital accionista por essa via. Nos últimos três exercícios o dividendo ilíquido por acção ascendeu a 11 cêntimos.

III.10 Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e, ou, o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e, ou modificação do plano. Indicação: a) do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano; b) do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano; c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

III.11 Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos entre membros dos órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, excepto os negócios que, fazendo parte da actividade corrente, foram realizados em condições normais de mercado.

III.12 Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.13 Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliário

Os negócios entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas, ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objecto de apreciação exclusiva pela Comissão Executiva, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco (comissão especializada). Não estão estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização. É de referir, no entanto, que as transacções com administradores da Mota-Engil, ou com sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador, independentemente do valor, estão sujeitas à prévia autorização do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respectivo, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

III.14 Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização

Não aplicável

III.15 Indicação da disponibilização, no sitio de Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal são objecto de divulgação no sítio de Internet da Sociedade (www.mota-engil.pt), em conjunto com os documentos de prestação de contas.

III.16 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) Funções do Gabinete; b) tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) vias de acesso ao Gabinete; d) sítio da sociedade na Internet; e) identificação do representante para as relações com o mercado

A Mota-Engil, SGPS, SA mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direcção de Relações com o Mercado, que disponibiliza informação actualizada relevante e fidedigna, além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do Grupo, com o objectivo de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação ao Grupo.

A Direcção de Relações com o Mercado de Capitais, em articulação com a Direcção de Planeamento e Controlo de Corporativo, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das ações da Mota-Engil, SGPS, SA. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as actividades do Grupo, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página de Internet da CMVM (www.cmvm.pt) e na página de internet da Mota-Engil (www.mota-engil.pt).

O representante para as Relações com o Mercado é o Dr. Luis Filipe Cardoso da Silva (CFO), cujos contactos são:

Luís Silva
Edifício Mota
Rua do Rego Lameiro, Nº38
4300-454 Porto
Tel: +351 225 190 300
Fax: +351 225 190 303
e-mail: investor.relations@mota-engil.pt

O responsável pela Direcção de Relações com o Mercado é o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho
Rua Mário Dionísio nº2
2796-957 Linda-a-Velha
Tel: 351 214 158 200
Fax: +351 214 158 688
e-mail: jvermelho@mota-engil.pt

Qualquer investidor ou analista poderá ainda entrar em contacto com a empresa através do seu Representante para as Relações com o Mercado, Dr. Luís Silva, por correio electrónico, pelo endereço investor.relations@mota-engil.pt.

III.17 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo bem como, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) serviços de revisão legal de contas; b) outros serviços de garantia de fiabilidade; c) serviços de consultoria fiscal; d) outros serviços que não de revisão legal de contas. Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da sua independência. Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia Nº C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Durante o exercício de 2010, a remuneração anual suportada pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA, e por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, com os Auditores Externos da Sociedade (Deloitte & Associados, SROC, SA), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 2.618.000 Euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços (valores arredondados):

Natureza do Serviço	Valor	%
Auditória e revisão legal de contas	909.000	35%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	422.000	16%
Consultoria fiscal	130.000	5%
Outros serviços de consultoria	1.157.000	44%
TOTAL	2.618.000	100%

Os “Outros serviços de consultoria” do quadro acima referem-se essencialmente a serviços de apoio na área de Recursos Humanos (795.000 Euros) e a serviços prestados na área de sistemas de informação (280.000 euros).

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência do auditor é reforçada. Em 2010, os honorários suportados pela MOTA-ENGIL, em Portugal, às empresas da rede Deloitte em Portugal representaram menos de 3% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a MOTA-ENGIL. Adicionalmente, é obtida uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais do IFAC (International Federation of Accountants) em matéria de independência do auditor.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do Artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do Auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respectivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do Auditor são avaliadas e discutidas com este, assim como as respectivas medidas de salvaguarda.

O acompanhamento da actividade do Auditor Externo é assegurado pelo Conselho Fiscal, competindo-lhe igualmente propor à Assembleia Geral a respectiva eleição e designação, pronunciando-se sobre as suas condições de independência e outras relações com o Grupo. O regulamento interno do Conselho Fiscal prevê um procedimento que sujeita à aprovação por este órgão dos serviços a prestar pelo auditor externo (incluindo serviços de consultoria), bem como da respectiva remuneração, zelando, desta forma, para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. O Conselho Fiscal é também o interlocutor da Empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios do auditor externo.

III.18 Referência ao período de rotatividade do auditor externo.

A Deloitte & Associados, SROC, SA presta serviços de auditoria externa à MOTA-ENGIL, ao abrigo de contratos de prestação de serviços com a duração de 1 ano, desde 1992, sendo que em 2009 foi designado um novo sócio responsável pela orientação ou execução directa dos referidos serviços (sete anos após a última substituição).

A MOTA-ENGIL não definiu nem implementou qualquer política de rotação do auditor externo. O Conselho de Administração considera que a substituição do sócio responsável pelos serviços de auditoria a cada sete anos (em conformidade com a prática adoptada pela Deloitte quer através da Deloitte & Associados, SROC, SA, quer através da rede internacional da Deloitte) em combinação com os poderes atribuídos ao Conselho Fiscal, é suficiente para garantir a independência do auditor externo.

A manutenção do auditor está fundamentada num parecer do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

Anexos

Declaração nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários

Nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Mota-Engil, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Mota-Engil, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 14 de Março de 2011

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (“Chief Executive Officer”)

Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves
Vogal do Conselho de Administração

Eng. José Luís Catela Rangel de Lima
Vogal do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (“Chief Financial Officer”)

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
 Vogal do Conselho de Administração e
 Membro da Comissão Executiva

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
 Vogal não executivo e independente do Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Vogal não executivo e independente do Conselho de Administração

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
 Vogal não executivo e independente do Conselho de Administração

Artigos 324.º nº 2 e 66.º nº5 alínea c) do Código das Sociedades Comerciais

No âmbito da deliberação aprovada em Assembleia-Geral no dia 31 de Março de 2010, a Mota-Engil SGPS, SA adquiriu em bolsa 33.128 acções próprias durante o exercício de 2010, com o detalhe que se segue:

Data	Nº de acções	Preço médio (Euro/acção)	Montante (Euro)
09/Jun/2010	30.850	2,04	63.070,30
10/Jun/2010	2.278	2,03	4.624,34

Em 31 de Dezembro de 2010, a Mota-Engil SGPS, SA detinha 11.005.456 acções próprias representativas de 5,38% do seu capital social.

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2010 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do Grupo, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da Mota-Engil SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do Grupo.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentar exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14.º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e o nº 7 do Artigo 14.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008:

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Eng.) e cônjuge	Saldo Inicial	4.624.617	85.823	3,09	Compra	Bolsa	2,26%	1.666	16,7%	517.500	8,6%	
	04-02-2010	4.624.617	85.823	3,09	Compra	Bolsa		1.666	16,7%	517.500	8,6%	
	05-02-2010	14.177	3,08	Compra	Compra	Bolsa				19.115	38,2%	

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
	20-05-2010	100.000	2,11	Compra	Bolsa							
	12-11-2010	37.500	1,96	Compra	Bolsa							
	28-12-2010	30.000	1,76	Compra	Bolsa							
	29-12-2010	22.270	1,74	Compra	Bolsa							
	30-12-2010	230	1,72	Compra	Bolsa							
	Saldo Final	4.914.617				2,40%	1.666	16,7%	517.500	8,6%	19.115	38,2%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Dra.) e cônjuge												
Saldo Final		3.665.066				1,79%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Dra.) e cônjuge												
Saldo Final		3.736.836				1,83%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Eng.) e cônjuge												
Saldo Inicial		3.913.051										
06-12-2010	5.000	1,84	Compra	Bolsa		1,91%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
16-12-2010	5.000	1,87	Compra	Bolsa								
23-12-2010	5.000	1,78	Compra	Bolsa								
28-12-2010	5.000	1,76	Compra	Bolsa								
29-12-2010	5.000	1,75	Compra	Bolsa								
30-12-2010	5.000	1,74	Compra	Bolsa								
Saldo Final		3.943.051				1,93%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá (Eng.)												
Saldo Final		33.775		(*)		0,02%	-	-	-	-	-	-
Luís Filipe Cardoso da Silva (Dr.)												
Saldo Final		12.500		(**)		0,01%	-	-	-	-	-	-
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Dr.)												
Saldo Final		12.435				0,01%	-	-	-	-	-	-
Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Eng.)												
Saldo Final		1.000				0,00%	-	-	-	-	-	-
José Luís Catela Rangel de Lima (Eng.)												
Saldo Final		1.000				0,00%	-	-	-	-	-	-
Alberto João Coraceiro de Castro (Prof. Dr.)												
Saldo Final		2.200				0,00%	-	-	-	-	-	-
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA												
Saldo Inicial		30.538.198				14,92%	-	-	-	-	-	-
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA												
Saldo Final		-				-	-	-	4.200.000	70,0%	-	-
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA												
Saldo Inicial		75.695.252										
05-02-2010	81.612	2,98	Compra	Bolsa		36,99%	5.100	51,0%	-	-	-	-
20-04-2010	54.040	3,14	Compra	Bolsa								
21-04-2010	33.213	3,03	Compra	Bolsa								
21-05-2010	32.509	2,06	Compra	Bolsa								
30-07-2010	20.000	2,16	Compra	Bolsa								
02-08-2010	1.714	2,21	Compra	Bolsa								
05-08-2010	2.000	2,25	Compra	Bolsa								
06-08-2010	-2.000	2,21	Venda	Bolsa								
09-09-2010	3.000	2,20	Compra	Bolsa								
14-09-2010	22.882	2,27	Compra	Bolsa								
27-09-2010	16.000	2,13	Compra	Bolsa								
28-09-2010	332.127	2,10	Compra	Bolsa								
30-09-2010	10.545	2,12	Compra	Bolsa								
01-10-2010	7.093	2,13	Compra	Bolsa								
04-10-2010	45.000	2,10	Compra	Bolsa								
06-10-2010	1.000	2,12	Compra	Bolsa								
07-10-2010	3.000	2,12	Compra	Bolsa								
08-10-2010	50.000	2,13	Compra	Bolsa								
11-10-2010	10.000	2,13	Compra	Bolsa								
12-10-2010	10.000	2,13	Compra	Bolsa								
13-10-2010	10.000	2,12	Compra	Bolsa								
14-10-2010	412.343	2,11	Compra	Bolsa								

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
	27-10-2010	35.000	2,11	Compra	Bolsa							
	02-11-2010	1.000	2,14	Compra	Bolsa							
	05-11-2010	123.533	2,09	Compra	Bolsa							
	08-11-2010	146.027	2,03	Compra	Bolsa							
	09-11-2010	33.036	2,02	Compra	Bolsa							
	10-11-2010	32.553	2,02	Compra	Bolsa							
	11-11-2010	154.249	1,97	Compra	Bolsa							
	12-11-2010	658.166	1,97	Compra	Bolsa							
	15-11-2010	131.432	1,99	Compra	Bolsa							
	16-11-2010	311.762	1,99	Compra	Bolsa							
	17-11-2010	109.334	2,00	Compra	Bolsa							
	18-11-2010	463.974	2,00	Compra	Bolsa							
	19-11-2010	97.133	2,00	Compra	Bolsa							
	22-11-2010	196.397	1,99	Compra	Bolsa							
	23-11-2010	303.641	1,95	Compra	Bolsa							
	24-11-2010	220.950	1,92	Compra	Bolsa							
	25-11-2010	51.761	1,90	Compra	Bolsa							
	26-11-2010	73.777	1,83	Compra	Bolsa							
	29-11-2010	60.500	1,75	Compra	Bolsa							
	01-12-2010	2.000	1,67	Compra	Bolsa							
	02-12-2010	4.000	1,72	Compra	Bolsa							
	03-12-2010	849	1,74	Compra	Bolsa							
	06-12-2010	3.066	1,84	Compra	Bolsa							
	09-12-2010	1.000	1,87	Compra	Bolsa							
	10-12-2010	1.170	1,85	Compra	Bolsa							
	15-12-2010	3.000	1,85	Compra	Bolsa							
	16-12-2010	3.000	1,84	Compra	Bolsa							
	17-12-2010	40.600	1,81	Compra	Bolsa							
	20-12-2010	21.202	1,79	Compra	Bolsa							
	21-12-2010	21.000	1,79	Compra	Bolsa							
	22-12-2010	12.042	1,77	Compra	Bolsa							
	23-12-2010	83.229	1,79	Compra	Bolsa							
	24-12-2010	19.495	1,80	Compra	Bolsa							
	27-12-2010	25.800	1,76	Compra	Bolsa							
	28-12-2010	62.687	1,76	Compra	Bolsa							
	29-12-2010	15.000	1,74	Compra	Bolsa							
	30-12-2010	10.000	1,73	Compra	Bolsa							
	31-12-2010	22.262	1,74	Compra	Bolsa							
Saldo Final		80.406.957				39,29%	5.100	51,0%	-	-	-	

(*) Passou a ser membro do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

(**) Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, SA desde 31/03/2010

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao estipulado no nº 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos accionistas que, em 31 de Dezembro de 2010, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da Mota-Engil, SGPS, SA:

Accionista	Nº de acções	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	80.406.957	39,29%
Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA (1)	30.538.198	14,92%

(1) A Mota Gestão e Participações, SGPS, SA detém 51% do capital social da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

Durante o ano de 2010, não houve accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções de capital.



Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro

Nos termos e para os efeitos do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que o Grupo Mota-Engil não apresenta dívidas em mora à Segurança Social.

Artigo 66.º nº 5 alínea g) do Código das Sociedades Comerciais

O Grupo Mota-Engil detém sucursais nos seguintes países:

Empresa	País
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Angola
	Benim
	Cabo Verde
	Chade
	Eslováquia
	Espanha
	EUA
	Hungria
	Irlanda
	Malawi
	Moçambique
	Polónia
	República Checa
Ferroviás e Construções, SA	Argélia
	Hungria
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, SA	Cabo Verde
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA	Irlanda
MESP Central Europe Sp. z.o.o.	Eslováquia
	Hungria
	República Checa

Participações qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2010:

Accionistas	Nº de acções	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	80.406.957	39,29%
Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30.538.198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	4.914.617	2,40%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3.665.066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3.736.836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3.943.051	1,93%
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá	33.775	0,02%
Atribuível à F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA (1)	127.238.500	62,18%
Kendall II, SA	9.472.764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620.510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271.243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10.364.517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4.190.954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores SA	4.190.954	2,05%

(1) A empresa FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA é detida a 100% por: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (38,23%), Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (20,59%), Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (20,59%) e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (20,59%).





MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADO
2010

4.
RELATÓRIO
DE FISCALIZAÇÃO





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." e subsidiárias (Grupo), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 3 456 166 184 Euros e um total de capital próprio de 480 729 899 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 36 950 674 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." e subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

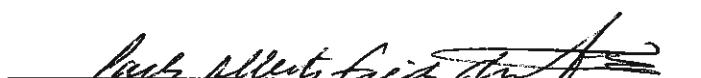
8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório sobre as práticas do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº.7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Grupo, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2010, adoptou o método de equivalência patrimonial, conforme Notas 4 e 20 do Anexo, em detrimento do método de consolidação proporcional que, até então aplicava, no registo, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, dos interesses financeiros que detinha em entidades conjuntamente controladas. Em resultado desta alteração, para efeitos de comparabilidade, o Grupo procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2009, conforme Ponto 3 do relatório consolidado de gestão e Nota 1.1 do Anexo.

Porto, 16 de Março de 2011


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2010, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu, da forma usual, com a regularidade necessária e acompanhou a evolução do Grupo, designadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que, em cada circunstância, se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, igualmente, a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

Como oportunamente comunicado às entidades competentes, durante o exercício de 2010 ocorreu uma alteração na composição do Conselho Fiscal, tendo o membro Manuel Teixeira Mendes sido substituído por Pedro Manuel Seara Cardoso Pérez.

Culminando a sua actividade habitual, com o propósito de elaboração deste parecer, o Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, a



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

informação constante do relatório e contas consolidado de 2010 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 16 de Março de 2011

O Conselho Fiscal


Alberto João Coraceiro de Castro


José Rodrigues de Jesus


Pedro Manuel Seara Cardoso Pérez

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.
SOCIEDADE ABERTA
CAPITAL SOCIAL: 204 635 695 €
MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO
COMERCIAL DO PORTO COM O N.º 502 399 694
NIPC: 502 399 694

ESCRITÓRIOS PORTO
RUA DO REGO LAMEIRO, n.º 38
4300-454 PORTO

ESCRITÓRIOS LISBOA
RUA MÁRIO DIONÍSIO, n.º 2
2799-557 LINDA-A-VELHA

TEL.: 351 22 5190300
FAX: 351 22 5191261

TEL.: 351 21 4158200
FAX: 351 21 4158700

www.mota-engil.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Mota-Engil, S.G.P.S.,S.A. e subsidiárias (“Sociedade”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo total de 3.456.166.184 Euros e capitais próprios de 480.729.899 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 36.950.674 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

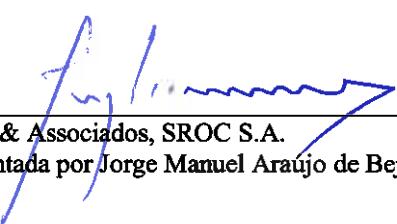
Ênfase

6. Conforme mencionado na Nota 1.1, o Grupo procedeu, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, à alteração do método de consolidação dos seus interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas, tendo passado a adoptar o método de equivalência patrimonial em substituição do método de consolidação proporcional seguido até essa data. Tal alteração produziu um maior impacto nas empresas afectas à área de concessões de transportes, conjuntamente controladas pelo Grupo Mota Engil e por outro Grupo empresarial, nomeadamente após a operação de concentração dos respectivos interesses financeiros nesta área na Ascendi Group S.G.P.S., S.A., subsidiária que passou a ser conjuntamente controlada pelos referidos Grupos e, consequentemente, a ser registada nas demonstrações financeiras anexas pelo método da equivalência patrimonial (Notas 4 e 20). Como resultado desta alteração, as demonstrações financeiras do exercício de 2009 foram re-expressas para efeitos de comparabilidade, evidenciando a Nota 1.1 o total de activos e passivos, bem como de proveitos e custos, que deixaram de ser consolidados nas demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2009 e 2010.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 16 de Março de 2011


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

